



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX Nº 206, TERÇA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2025

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 179ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 1º DE DEZEMBRO DE 2025

1.1 – ABERTURA	9
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a celebrar o Dia Nacional do Delegado de Polícia, nos termos do Requerimento nº 259/2025, do Senador Humberto Costa e outros Senadores.	9
1.2.1 – Execução do Hino Nacional brasileiro	9
1.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Izalci Lucas)	9
1.2.3 – Exibição de vídeo institucional preparado pela Polícia Federal.	11
1.2.4 – Oradores	
Sra. Christiane Correa Machado, Diretora de Ensino da Academia Nacional de Polícia	11
Sr. Luciano Soares Leiro, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF)	11
Sr. Edvandar Felix de Paiva, Presidente eleito da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF)	13
1.2.5 – Exibição de vídeo institucional preparado pela Polícia Civil do Distrito Federal.	16
1.2.6 – Oradores (continuação)	
Sr. Alexandre Silveira, Ministro de Estado de Minas e Energia	16
Sra. Cláudia Alcântara, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal (Sindepo-DF)	20
Sr. Saulo Ribeiro Lopes, Delegado-Geral Adjunto da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF)	22
Sr. Amarildo Fernandes, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Distrito Federal (Adepol-DF)	25
Sra. Maria do Socorro Santos Nunes Tinoco, Presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (Fenadepol)	28
1 2 – ENCERRAMENTO	32



2 – ATA DA 180ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 1º DE DEZEMBRO DE 2025

2.1 – ABERTURA 34

2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

2.2.1 – Oradores

Senador Paulo Paim – Registro da participação de S. Exa. no encontro do PT do Rio Grande do Sul, no qual confirma decisão pessoal de não se candidatar à reeleição. Balanço dos 40 anos de vida pública de S. Exa., com agradecimento às lideranças partidárias, movimentos sociais e suplentes que sustentam sua trajetória. Destaque ao compromisso histórico com direitos sociais, igualdade racial, trabalhadores e democracia. Valorização dos militantes como força motriz da luta política e da construção de um Brasil mais justo. 34

Senador Confúcio Moura – Reflexão sobre as desigualdades territoriais do país, destacando que o Código de Endereçamento Postal (CEP) ainda determina o acesso a direitos e oportunidades. Denúncia do possível abandono de comunidades indígenas, ribeirinhas e rurais, com elogio à criação de universidade voltada aos povos indígenas. Defesa de políticas públicas que garantem dignidade, inclusão e presença efetiva do Estado. 38

2.2.2 – Convocação de Sessões

Convocação de sessão especial para 2 de dezembro, às 10 horas, destinada a comemorar os 10 anos de atuação da Liga do Bem. 41

Convocação de sessão deliberativa ordinária para 2 de dezembro, às 14 horas. 41

2.3 – ENCERRAMENTO 41

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Abertura de Prazos

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Educação e Cultura, aos Projetos de Lei nºs 2586 e 2587/2024. 43

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a primeira ou única Comissão do despacho, aos Projetos de Lei nºs 5761 e 5868/2025. 44

3.1.2 – Comunicações

Da Senadora Daniella Ribeiro, que comunica a ausência de S. Exa. do País no período de 29 de novembro a 1º de dezembro (Ofício nº 199/2025). 46

Da Liderança do PL, de exercício da referida Liderança pelo Senador Izalci Lucas, no período de 3 a 8 de dezembro (Ofício nº 35/2025). 47

3.1.3 – Encaminhamentos



Encaminhamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2025; do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei Complementar nº 124/2022; e dos Projetos de Lei nºs 2447 e 2911/2022; 4357, 4488 e 5063/2023; 1707/2024; e 1881/2025 às Comissões competentes. 49

Encaminhamento da Indicação nº 84/2025, nos termos regimentais. 51

3.1.4 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 167/2025, que *aprova os textos do Protocolo de 1992 à Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC PROT 1992) e das Emendas ao CLC PROT 1992, adotadas pela Resolução LEG.1(82), de 18 de outubro de 2000.* 53

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 167/2025. 78

Projeto de Lei nº 2829/2025, que *altera a Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira do Tribunal de Contas da União; e revoga a Lei nº 11.854, de 3 de dezembro de 2008.* 79

3.1.5 – Ofício da Câmara dos Deputados

Nº 840/2025, na origem, que *comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 1.496, de 2021.* 102

3.1.6 – Projeto de Lei

Nº 6044/2025, do Senador Esperidião Amin, que *inscreve o nome de Nilo Procópio Peçanha no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.* 105

3.1.7 – Projetos de Lei Complementar

Nº 246/2025, do Senador Mecias de Jesus, que *assegura liberdade concorrencial e fortalece a defesa digital do País ao retirar exigência indevida e permitir que empresas de segurança cibernética atuem no Brasil com plena responsabilidade jurídica.* 112

Nº 247/2025, do Senador Mecias de Jesus, que *adoção de um limite único, de forma a harmonizar os critérios de enquadramento, reduzir distorções e favorecer a competitividade das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, fortalecendo o papel do SIMPLES NACIONAL.* 116

3.1.8 – Requerimentos

Nº 884/2025, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia Mundial da Conscientização do Autismo. 121

Nº 885/2025, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o 66º Aniversário de Brasília 124

Nº 886/2025, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia do Contabilista. 127

Nº 887/2025, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia da Polícia Militar do Distrito Federal. 130

Nº 888/2025, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia do Quadrilheiro Junino. 133



Nº 889/2025, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia do Maçom.	136
Nº 890/2025, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia dos Corretores de Imóveis	139
Nº 891/2025, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia do Administrador	142
Nº 892/2025, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia do Médico	145
Nº 893/2025, do Senador Eduardo Gomes e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar os 50 anos do Hospital Dom Orione	148
Nº 894/2025, do Senador Dr. Hiran e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia do Oftalmologista.	151
Nº 895/2025, do Senador Dr. Hiran e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o aniversário do Estado de Roraima.	154
Nº 896/2025, do Senador Dr. Hiran e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia do Psiquiatra e homenagear os 60 anos da Associação Brasileira de Psiquiatria	156
Nº 897/2025, do Senador Dr. Hiran e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia do Médico.	159
Nº 898/2025, do Senador Esperidião Amin e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar os 150 anos do município de Jaraguá do Sul, no estado de Santa Catarina.	162
Nº 899/2025, da Senadora Damares Alves, requer informações ao Senhor Enrique Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, sobre as investigações conduzidas pela Polícia Federal, em conjunto com a CGU, relativas a suspeitas de fraudes, superfaturamento, conluio empresarial e pagamento por obras não executadas (“obra fantasma”) no âmbito do DNOCS.	168
Nº 900/2025, da Senadora Damares Alves, requer informações ao Senhor Waldez Goés, Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, sobre a gestão, execução, fiscalização e supervisão de contratos firmados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), no contexto das investigações conduzidas pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pela Polícia Federal (PF), incluindo a apuração de uma obra fantasma no valor aproximado de R\$ 22 milhões, conforme divulgado pela imprensa em 27/11/2025.	175
Nº 901/2025, do Senador Eduardo Gomes, requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Bonifácio Gomes de Souza.	183

PARTE III

4 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL. (Suplemento “A”)

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL. (Suplemento “B”)

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 187



6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 190

7 – LIDERANÇAS 191

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 194

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 199

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 203

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 249



Ata da 179ª Sessão, Especial, em 1º de dezembro de 2025

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Izalci Lucas.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 13 minutos e encerra-se às 12 horas e 18 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento 259, de 2025, de autoria do Senador Humberto Costa e de outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é destinada a celebrar o Dia Nacional do Delegado de Polícia.

Convido para compor a mesa desta sessão especial os seguintes convidados: Sra. Christiane Correa Machado, Diretora de Ensino da Academia Nacional de Polícia, representando o Diretor-Geral da Polícia Federal. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Luciano Soares Leiro, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, gestão 2023-2025. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Edvandir Felix de Paiva, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, gestão 2025-2027. (*Palmas.*)

Convido a Sra. Cláudia Alcântara, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Distrito Federal. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Saulo Lopes, Delegado-Geral Adjunto da Polícia Civil do Distrito Federal. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Amarildo Fernandes, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Distrito Federal. (*Palmas.*)

A Presidência informa que a sessão terá também a participação da seguinte convidada: Sra. Maria do Socorro Santos Nunes Tinoco, Presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal. (*Palmas.*)

Convido todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar - Presidente.) – Quero aqui cumprimentar a Sra. Christiane Correa Machado, Diretora de Ensino da Academia Nacional de Polícia, representando o Diretor-Geral da Polícia Federal; o Sr. Saulo Ribeiro Lopes, Delegado-Geral Adjunto da Polícia Civil aqui do Distrito Federal; o Sr. Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Luciano Soares Leiro; o Sr. Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Edvandir Felix de Paiva; o Sr. Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Distrito Federal, Amarildo Fernandes; e a Sra. Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Distrito Federal, Cláudia Alcântara.

Quero cumprimentar todos os delegados, servidores, convidados.

Quero também registrar a presença dos alunos do ensino fundamental da Escola São Francisco de Sales, aqui de Brasília. Sejam bem-vindos aqui à nossa Casa.

Existem três pilares invisíveis que sustentam toda a sociedade: a lei, que orienta; a Justiça, que decide; e a coragem de quem garante que ambas sejam cumpridas. Sem esse último pilar, os outros dois desabam. Hoje, homenageamos aqueles que sustentam este pilar todos os dias: as delegadas e delegados de polícia do Brasil, profissionais que transformam em realidade direitos que só existem no papel, que transformam caos em ordem, que transformam medo em segurança.

O delegado é a figura que chega onde a lei encontra a sua primeira fronteira: o fato. É ali, seja de dia, seja de noite, seja dia útil, seja feriado, que essa autoridade encara o crime, organiza a investigação, protege as vítimas, dá início ao processo de responsabilização e assegura que o Estado não seja força bruta, mas, sim, força justa. Delegadas e delegados são, por isso, os primeiros intérpretes da legalidade.



Eles decidem rumos, protegem garantias, evitam arbitrariedades e encontram a prova que permitirá ao Judiciário fazer justiça. Sem eles, a Justiça se vê cega e, com eles, enxerga a verdade.

Para nós, este congresso de segurança pública não pode ser *slogan* nem bandeira ocasional. Tem que ser missão permanente. E missão se cumpre com seriedade, com técnica e, principalmente, com respeito por aqueles que dedicam a vida a proteger as nossas. Por isso sempre defendi e continuarei defendendo que segurança não é favor, não é privilégio, não é luxo; segurança é direito fundamental e só existe, na prática, quando o Estado tem servidores capacitados, equipados e valorizados.

Foi com esse pensamento que lutei nesta Casa pelo reajuste do servidor de segurança, garantindo não só a paz do nosso DF, mas também a remuneração compatível. E, quando falo em valorização, falo com conhecimento de causa. No Distrito Federal, nossas forças policiais estão entre as mais qualificadas do país. A polícia do DF alcançou 90% de solução de homicídios dolosos em 2022, segundo o Instituto Sou da Paz, um índice raro, invejável e excepcional: 90%. Isso não é acaso. Isso é trabalho, isso é método, isso é comprometimento. E todo resultado começa na mesa de uma delegada ou de um delegado que conduz a investigação com rigor técnico e responsabilidade constitucional.

Por isso, quando assumi a relatoria do PLN 31, de 2025, tratei o reajuste das forças de segurança do DF como questão de justiça; não política, não administrativa, mas justiça. O texto final trouxe previsões responsáveis, estimativas adequadas e o provimento de quase 2 mil cargos, mas não me contentei em garantir isso apenas no papel: trabalhei no Plenário, articulei na Casa, conversei com o Presidente Alcolumbre e com representante do Executivo e lutamos para que a recomposição salarial tivesse efeito imediato por meio da medida provisória que hoje garante a segurança jurídica e põe fim à espera da categoria, que já tinha esperado demais.

Valorização não se faz com discursos, valorização se faz com decisões concretas. E nós desta Casa devemos isso às delegadas e aos delegados do DF e de todo o país.

Mas, hoje, mais do que números, quero falar de algo que raramente aparece nos relatórios: o que significa ser delegado em um país tão desigual, tão complexo e tão desafiador como o nosso. Significa carregar uma responsabilidade imensa, é proteger famílias que jamais conhecerão seu nome, é tomar decisões difíceis em minutos para evitar tragédias que durariam décadas, é manter a serenidade quando a sociedade inteira exige respostas imediatas, é enfrentar criminosos que tentam desumanizar o próprio Estado, é ser exemplo de legalidade quando o mundo ao redor quer atalhos, improvisos e soluções fáceis.

Delegadas e delegados fazem isso todos os dias sem aparecer nas manchetes pelo resultado positivo de seus trabalhos e, mesmo assim, continuam porque acreditam na lei, porque acreditam no país, porque acreditam que tudo isso é pelo bem maior da nação.

Por tudo isso, nesta sessão solene, eu deixo aqui o meu reconhecimento, o meu respeito e a minha gratidão a delegados e delegadas do Brasil. Vocês são a porta de entrada da justiça e o último obstáculo contra o avanço do crime. Vocês representam equilíbrio, autoridade técnica, humanidade e coragem. Vocês fazem parte da espinha dorsal do Estado brasileiro.

Que esse Dia do Delegado seja, acima de tudo, uma renovação do nosso compromisso: o compromisso de valorizá-los, de equipá-los, de estruturar suas instituições e de assegurar que o exercício dessa carreira tão nobre seja digno, seguro e reconhecido. Que este reconhecimento vá além dessas homenagens e se traduza em políticas, estrutura e ações permanentes pela classe!

A vocês que investigam, que lideram equipes, que enfrentam o perigo e que carregam nos ombros a proteção da sociedade o nosso muito obrigado. (*Palmas.*)

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa a exibição de um vídeo institucional preparado pela Polícia Federal.



(Procede-se à exibição de vídeo.)

Neste momento, eu concedo a palavra à Sra. Christiane Correa Machado, Diretora de Ensino da Academia Nacional de Polícia, representando aqui o Diretor-Geral da Polícia Federal.

A SRA. CHRISTIANE CORREA MACHADO (Para discursar.) – Bom dia a todos e a todas. Exmo. Sr. Presidente desta sessão, Senador Izalci Lucas, Sr. Delegado-Geral Adjunto da Polícia Civil do Distrito Federal, Sr. Saulo Lopes; Sr. Presidente da Associação Nacional de Delegados de Polícia Federal, nosso amigo Luciano Leiro; Sr. Presidente da Associação Nacional de Delegados da Polícia Federal, agora, hoje, tomando posse, Sr. Edvandir Paiva; Sr. Presidente da Associação de Delegados da Polícia Civil do Distrito Federal, Amarildo Fernandes; e Sra. Presidente do Sindicato de Delegados da Polícia Federal, Sra. Cláudia Alcântara.

Em nome do Dr. Andrei, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui falando em nome da Polícia Federal, agradecer ao Senador Humberto Costa, que fez o requerimento pelo dia do delegado de polícia, nossos colegas policiais, delegados de polícia civil e policiais federais que aqui se encontram.

Primeiramente, eu gostaria de expressar, em nome da Polícia Federal, o mais sincero agradecimento a esta Casa, que, com a realização desta sessão solene, assinala o reconhecimento de toda a sociedade ao trabalho desempenhado por todos nós, delegados de polícia, mulheres e homens, que desempenham essa linda função de proteger a sociedade.

A função de delegado de polícia no Brasil é singular, diante dos diversos sistemas de investigação ao redor do mundo. As atividades da Polícia Judiciária são dirigidas por profissionais qualificados e com formação jurídica. Tal singularidade reveste-se de especial importância, porquanto vê-se que os delegados de polícia são os primeiros garantidores – como disse o nosso Presidente – dos direitos de todos os cidadãos que se apresentam em qualquer situação. Em uma delegacia de polícia, são garantidores da legalidade e da justiça, sempre em defesa da cidadania e da segurança da sociedade.

A investigação policial é uma atividade técnica que versa a busca pela verdade, utilizando-se de metodologia científica que prioriza a qualidade da evidência coletada e a busca pela imparcialidade da atuação policial. A valorização do delegado de polícia exteriorizada nesta sessão solene é força motriz para que continuemos atuando de maneira ética, responsável, isenta e técnica, contribuindo para o sistema de justiça criminal – sim, porque nosso trabalho é dirigido ao sistema de justiça criminal – e aperfeiçoando a segurança pública deste país.

Meu muito obrigado, em nome da Polícia Federal, pela solenidade, pelos agradecimentos a todos os policiais que aqui se encontram.

Um ótimo dia a todos. *(Palmas.)*

Em nome da Polícia Federal, e agora um especial agradecimento da nossa Academia Nacional de Polícia, que é o local onde formamos todos os policiais federais, eu gostaria de prestar uma homenagem ao senhor, entregando uma medalha nossa, da Polícia Federal e da Academia Nacional de Polícia.

(Procede-se à entrega de medalha ao Senador Izalci Lucas.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Concedo a palavra ao Sr. Luciano Soares Leiro, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal na gestão 2023-2025.

O SR. LUCIANO SOARES LEIRO (Para discursar.) – Bom dia a todos.

Senador, meu querido amigo já de muitos anos, desde a época como Deputado, muito obrigado pela gentileza, pela disponibilidade para estarmos aqui hoje.

Quero agradecer à Dra. Christiane, aqui representando o nosso Diretor, nossa Diretora da Academia



de Polícia; ao Dr. Saulo, Delegado-Geral Adjunto da Polícia Civil; ao meu querido amigo Dr. Paiva, que assumirá, a partir das 19h, a nossa associação – já é o segundo momento em que a gente está aqui, exatamente nessa passagem; então é uma alegria podermos estar aqui novamente –; ao Dr. Amarildo, nosso grande parceiro também; à Dra. Cláudia, sempre presente também nos nossos embates.

Queria também reiterar o agradecimento ao Senador Humberto Costa, na pessoa do Dr. Adilson, que sempre nos prestigia com requerimento para este momento tão tradicional para os delegados de Polícia Federal.

Quero cumprimentar aqui, em nome dos nossos aposentados – temos vários colegas diretores regionais, Senador, de todo o Brasil, aqui presentes –, e agradecer a presença do Dr. Eziel, em nome de todos os nossos aposentados. É uma entidade, uma instituição que não valoriza os seus aposentados, não valoriza a sua história. Então, na pessoa do Dr. Eziel, quero agradecer a todos.

Quero agradecer à Dra. Paula, em nome das mulheres, nossa atual Diretora da Mulher, pela sua disponibilidade e atuação; ao Dr. Wal Goulart, em nome dos diretores regionais, o nosso decano aqui, o mais antigo diretor regional aqui – obrigado pela sua presença –; a todos os nossos diretores regionais; à Dra. Socorro, nossa Presidente da Fenadepol, Vice-Presidente também eleita da ADPF; e a todos os policiais e delegados da polícia civil que estão aqui presentes também.

Encerrando o meu mandato hoje, Senador, algumas coisas parecem que não mudam em relação às nossas demandas.

A cada ano nós estamos aqui e falamos de como a Polícia Federal, comandada pelos delegados de polícia, tem realizado seu trabalho e trazido retorno para a sociedade. Conforme o vídeo que nós colocamos em homenagem, só em 2024 foram R\$5,6 bilhões de prejuízo ao crime organizado do trabalho da Polícia Federal. O orçamento da Polícia Federal há mais de três anos – e recentemente tivemos um pequeno aumento, luta grande para melhorar o orçamento, mas ele não passa de um... este ano foi de R\$1,8 bilhão; nos últimos dois anos, R\$1,5 bilhão, ou seja, a Polícia Federal traz muito mais do que efetivamente recebe.

Isso tem gerado um problema muito grande na Polícia Federal, não só no combate ao crime, mas também na valorização dos seus servidores. Ano passado nós tivemos – por conta de contingenciamento, porque, além da falta de recursos, além do orçamento anual, nós temos contingenciamento – quatro meses sem indenização de sobreaviso para os policiais, para os delegados, policiais como um todo. Nós tivemos este ano, no início do ano, quase três meses, em algumas localidades, sem recebimento de diária; e isso é algo que não muda. Eu queria realmente clamar para que o nosso Congresso, o Senado e a Câmara, possa de fato atuar, fazendo com que nós tenhamos essa garantia.

Eu me lembro, Senador, do PLP 424. O senhor era Deputado ainda e, numa das Comissões em que o PL tramitava – esse PL veda o contingenciamento do Funapol –, o senhor foi Relator. Isso tem... Em que ano V. Exa. era Deputado? Era...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Em 2010.

O SR. LUCIANO SOARES LEIRO – Em 2010. E nós estamos nessa guerra para que esse PLP seja aprovado na Câmara. Ele está pronto para aprovação, e veda o contingenciamento. É uma proteção; não é a solução, mas é uma proteção, para que não haja a utilização simplesmente para um superávit primário, como é feito pelo governo.

Nós temos um PL agora que está em trâmite no Senado Federal, que é o projeto antifacção, que veio da Câmara praticamente uma colcha de retalhos, em que se mudava o relatório às vezes em horas, e que de início colocava... De início que eu digo é depois que ele foi relatado, porque ele veio do Ministério da Justiça com vários pontos positivos, mas foram feitas alterações que desconfiguravam realmente o projeto, inclusive na atuação da Polícia Federal.



Então eu espero que, no Senado Federal, o Senador Alessandro Vieira, que é também um delegado, um colega... que a gente possa resgatar o que de fato tem de importante que foi colocado pelo Ministério da Justiça no projeto inicial, para desmantelamento das organizações criminosas. Que o Funapol seja o recurso destinado, e não o Fundo Nacional de Segurança Pública, como foi colocado, que é um fundo que atinge a todos os estados inclusive. Então fica esse nosso apelo para que a gente possa, aqui no Senado, resgatar essas questões.

Eu vou encerrando aqui, deixando as minhas congratulações ao Dr. Paiva, para que ele possa, de fato, continuar na defesa – já o fez por quatro anos – e que possa, nessa próxima gestão, atuar com o mesmo vigor, aliás, com mais vigor ainda, e que a gente possa estar aqui em outros anos, para falar das vitórias que nós tivemos com relação à valorização do delegado de polícia, que hoje é uma das carreiras jurídicas mais desvalorizadas, enquanto diversas outras carreiras conseguem valorizações. Temos aí uma gratificação que foi incluída, um projeto de lei do Ministro, de que a gente ainda não tem dados ainda, mas que espero que possa trazer uma valorização devida. Mas que a gente possa, então, estar aqui colhendo mais... melhor valorização para os nossos delegados. Em que pese termos conseguido uma valorização importante, durante a gestão, da questão do nosso subsídio, mas precisamos avançar; além do subsídio precisamos ter uma outra complementação em nível dos delegados de polícia.

Parabéns ao Senador pelas suas palavras! Eu iria comentar alguns pontos que o Senador colocou, mas o seu discurso foi excelente, mostrando a importância do delegado de polícia como o primeiro garantidor do direito de cidadão.

Muito obrigado a todos. Tenham um bom dia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quero registrar aqui também a presença na galeria do grupo dos novos servidores, estagiários e também os menores aprendizes aqui da Biblioteca do Senado Federal. Sejam bem-vindos!

Concedo a palavra agora ao Sr. Edvandir Felix de Paiva, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, na gestão, agora, 2025-2027.

O SR. EDVANDIR FELIX DE PAIVA (Para discursar.) – Bom dia a todos!

Obrigado, Presidente. Agradeço a gentileza de mais uma vez nos prestigiar. O Senador Izalci Lucas é um apoiador de longa data da polícia e dos delegados de Polícia Federal. Demonstra isso mais uma vez, nessa labuta pelo reajuste da nossa querida Polícia Civil do Distrito Federal, que é nossa coirmã. Então, mais uma vez lhe agradeço.

Agradeço também ao Senador Humberto Costa por ter feito o requerimento, como tradicionalmente faz, na pessoa do nosso Delegado de Polícia Federal Dr. Adilson. Tanto ele quanto o Senador sempre nos ajudando aqui no Parlamento.

Parabenizo a Dra. Christiane Correa Machado pela representação do nosso Diretor-Geral, Dr. Andrei, que se encontra em férias, e pelas palavras de felicitação a nós delegados; a ela mesma, delegada.

Felicitó o Delegado-Geral Adjunto da Polícia Civil do Distrito Federal, Dr. Saulo Ribeiro Lopes.

O meu amigo... Estamos aqui num papel invertido, não é, Dr. Leiro? Há quatro anos estávamos também nesta sessão; eu me despedia e o senhor assumia o seu mandato. E hoje... Eu não imaginava naquela época que estaria de volta aqui, quatro anos depois, mas é sempre um prazer encontrá-lo.

E já aproveito para lhe agradecer por toda a representação que fez, durante esse tempo todo de nós, delegados de Polícia Federal.

O Dr. Leiro tem uns 15 anos de ADPF ou mais, entre vários cargos – Diretoria Regional do Distrito Federal, depois Vice-Presidente da ADPF, Assessoria Especial da Presidência, enfim –, e coroou, com sua Presidência, durante os últimos quatro anos.

Felicitó o Sr. Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Distrito Federal, Amarildo



Fernandes.

Dr. Amarildo, não sei se o senhor sabe, mas eu trabalhei seis anos na Polícia do Distrito Federal. Comecei a minha carreira como policial lá. São 24 anos de polícia, e iniciei na honrosa, na grande Polícia do Distrito Federal.

E felicito a nossa combatente histórica aqui, a Dra. Cláudia Alcântara.

Quantas vezes nos ombreamos aqui nesta Casa, Dra. Cláudia, defendendo os direitos dos delegados e das próprias polícias, da polícia judiciária?

Aproveito também para felicitar e cumprimentar a Dra. Maria do Socorro Tinoco, que hoje é a Presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal e me honrou de aceitar competir conosco nessa campanha eleitoral em que se findou como Vice-Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal e toma posse hoje.

Aos colegas delegados e delegadas de Polícia Federal que estão aqui presentes, aos delegados da polícia civil que estão aqui presentes, amigos de longa data, muito obrigado pela presença de vocês. É uma honra, é um prazer ver esta Casa do Senado Federal repleta de colegas como vocês, de amigos de longa data, de parceiros de luta, de delegados de Polícia Federal que cumpriram sempre a sua missão, e muitos aqui já aposentados, que também nos honram com o seu apoio, com a sua presença e com o seu aguerrimento.

Dias de muita luta virão!

Bom, eu vou com as palavras do Dr. Leiro, com as palavras do nosso Presidente da sessão, o Senador Izalci Lucas, não há muito o que eu dizer sobre a importância dos delegados de Polícia Federal.

A presença do nosso Ministro e autor da PEC 412, da autonomia da Polícia Federal. Quantas vezes vocês, que estão aqui presentes, levantaram a bandeira da autonomia da Polícia Federal?

Oxalá um dia a gente chegue a aprovar a 412, meu Ministro Alexandre Silveira, que foi Senador, que foi Deputado e que foi nosso parceiro aqui. É um prazer revê-lo.

Bom, como eu dizia, os meus antecessores aqui na tribuna já abordaram muito o valor e a necessidade do delegado, sobretudo numa sociedade como a nossa, e eu vou me permitir fazer uma outra abordagem, algo que nos preocupa bastante, que é a capacidade técnica das polícias. E como você consegue que as polícias tenham a mais alta capacidade técnica? É selecionando as melhores cabeças no mercado. E onde os delegados, tanto da Polícia Federal como da polícia civil, tiram ou buscam essas pessoas? Nas carreiras jurídicas, nos formandos, formados, bacharéis em Direito, nas faculdades de Direito, os oriundos de outras carreiras também jurídicas, também de Direito, que se interessam por se arregimentar conosco, nas polícias judiciárias. Desse pote também saem os defensores públicos, os advogados públicos, os promotores, os procuradores e os juízes.

O nosso sonho é que um dia as pessoas, esse público escolha por qual carreira se encaminhar, de acordo com os seus perfis, as suas vocações, e não somente por conta do salário, mas o salário e o reconhecimento são muito importantes e são muito fortes. Quando a nossa carreira diminui a sua força e a sua atratividade, nós perdemos as melhores cabeças para outras carreiras.

E nós ficamos muito assustados – um dado concreto, Senadores, Senador –: no último concurso para delegado de Polícia Federal, nós tivemos a menor quantidade de participante histórica, e isso sinaliza que a nossa carreira está perdendo atratividade.

Nós tivemos, recentemente, um colega superintendente da Polícia Federal, com 15 anos de carreira, que saiu da Polícia Federal para ingressar na magistratura. Isso sinaliza que a carreira não está também mantendo os seus talentos.

Nós temos aqui vários colegas mais novos, e esses colegas falam muito que há um movimento na carreira de estudar para ir para outras instituições, e isso nos preocupa demais. Isso é um problema para



a polícia, para a polícia judiciária, para a Polícia Federal, porque todo esse sucesso que foi mostrado aqui, no vídeo, depende do elemento humano. Ainda não é possível fazer polícia com inteligência artificial e robôs. Acredito que nunca será. O elemento humano será sempre decisivo, e, por isso, nós precisamos ter os melhores, precisamos atrair os melhores.

Infelizmente, nós vivemos um momento de perda de talentos.

E como o Parlamento pode nos ajudar? Pode nos ajudar aprovando legislações que valorizem o elemento humano das polícias, que valorizem os delegados e delegadas de polícia civil e Polícia Federal no Brasil inteiro.

Aqui mesmo na Casa, no Senado Federal, nós temos a PEC dos quinquênios. É uma PEC importante, talvez até mais importante para nós do que para as outras carreiras que estão nela inseridas, porque ela traz um reconhecimento pelos anos de carreira; ela reconhece o trabalho desenvolvido anos a fio nas polícias, uma atividade difícil, uma atividade diferente de todas as outras.

Para fazer concurso para delegado, você faz várias fases e ainda enfrenta uma fase física importante, uma fase de psicotécnico, uma academia exigente – que bom que ela é exigente, porque é a nossa formação. Então, não é um concurso tão simples; então, nós precisamos valorizar.

Aqui, na Casa, nós vamos continuar, Dr. Leiro, brigando para que o orçamento da Polícia Federal seja o melhor possível. E que a polícia judiciária mantenha as suas garantias e se acrescentem garantias que não tem.

Vamos continuar lutando para que a legislação traga ferramentas de investigação eficientes. Vamos fazer todo esse trabalho, porque nós somos os dirigentes da polícia e, se a polícia cresce, nós crescemos também e a sociedade estará bem atendida.

Mas é preciso, no Dia do Delegado de Polícia, tanto Federal quanto civil, olhar um pouco para nós, buscar um pouco a nossa valorização, pensar um pouco em como nós podemos ser, ter, atrair as melhores cabeças.

Então, neste dia, eu peço o apoio do Parlamento, para que possamos aqui discutir e aprovar legislações que valorizem o elemento humano das polícias, dos delegados.

Temos projetos – durante essa nossa chegada à ADPF, novamente –, discutimos entre nós projetos, escrevemos projetos de valorização por metas, por atendimento à sociedade, por trazer mais recursos tirados do crime, descapitalização das organizações criminosas e vemos aqui muitos projetos falando de segurança pública: temos uma PEC falando sobre segurança pública, a PEC da Segurança Pública, a PEC 18; temos o projeto antifacção, com pontos importantes, mas nós vemos pouco nesses dois projetos, nesses projetos que são falados na Casa, algo que trate do elemento humano das polícias.

Então, nós precisamos falar mais; nós precisamos entender que, sem valorização do policial, do delegado, nós não vamos chegar aos resultados que almejamos.

Nós também estamos preocupados com a segurança pública, com a atuação das facções, com todos os prejuízos que a sociedade sofre, e estamos prontos para atender à sociedade e trabalhar por um país mais seguro, mas nós precisamos pensar um pouco no elemento humano, em nós, numa valorização maior, que possa, sobretudo, fixar nas polícias as melhores cabeças e prestar à população brasileira a melhor segurança e o melhor dos serviços.

Então, no Dia do Delegado – civil e federal –, é esse o pedido do próximo Presidente da Associação dos Delegados de Polícia Federal, que representa quase 2,4 mil delegados, de valorização dos delegados do Brasil.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quero registrar aqui a presença, aqui na mesa desta sessão especial, do Exmo. Sr. Ministro Alexandre Silveira, Ministro



de Estado de Minas e Energia.

Eu solicito agora à Secretaria-Geral da Mesa a exibição de um vídeo institucional preparado pela Polícia Civil do Distrito Federal.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Ministro Alexandre Silveira, Ministro de Estado de Minas e Energia.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Para discursar.) – Muito bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar... Mais uma vez, destaco a alegria de ter sido colega, passado pela tribuna desta Casa e servido ao Brasil como Senador da República, e quero aqui dar um testemunho da vida pública honrosa, decente e dedicada do meu querido amigo, o Senador Izalci Lucas.

É uma alegria, Senador, vê-lo presidindo a sessão dos profissionais abnegados da segurança pública do Brasil, neste dia tão especial do Delegado de Polícia.

Cumprimento a nossa querida, representando aqui o Diretor-Geral da Polícia Federal, Dra. Christiane Correa Machado – transmita um abraço ao colega de Governo, o Dr. Andrei.

Cumprimento o Delegado-Geral Adjunto da Polícia Civil do Distrito Federal, Saulo Ribeiro Lopes, e, na pessoa dele, estendo os cumprimentos a todos os policiais civis do Brasil, em especial os colegas delegados de polícia: Sr. Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Luciano Soares Leiro; Sr. Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, nosso querido – e me permito chamá-lo assim – Paiva. Lutamos muito e acho que temos que continuar perseguindo a Proposta de Emenda à Constituição 402, de 2009, de minha autoria, que visa a buscar autonomia funcional, administrativa e financeira para a Polícia Federal – seria um primeiro e grande passo para que ela se torne uma polícia de Estado, e não uma polícia de governo –, bem como isso deveria ser estendido às polícias civis dos estados, para cumprirem o seu mister de combater, de forma mais vigorosa, o crime que campeia e alardeia, cada vez mais forte, no país inteiro, nos rincões do país.

Cumprimento o Sr. Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Distrito Federal, Amarildo, e a Sra. Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal, Cláudia Alcântara, e, na pessoa dela, destaco a alegria de ter sido o fundador da primeira delegacia da mulher, na minha querida região, aonde eu cheguei para cumprir os meus primeiros trabalhos na área de segurança, no Vale do Aço.

Eu me empenhei muito para estar aqui, Senador Izalci, nesta manhã, porque rememorava com a minha família ontem 1997, quando cheguei, com 27 anos, numa região longínqua da capital dos mineiros, a região do Vale do Aço, para trabalhar. E nós todos ainda temos muitos pleitos e muitas coisas para buscar a melhoria da qualidade dos serviços que a polícia, em especial a Polícia Judiciária, tem que prestar ao Brasil.

Eu me lembro muito bem: eu cheguei com o Xandinho, meu filho mais novo, com cinco anos, e com a Malu, recém-nascida, no banco de trás do carro, para morar na pensão da D. Reni, no Município de Antônio Dias. E quando cheguei lá, a delegacia era na garagem de um supermercado. Eu tinha um cabo da PM e um escrivão *ad hoc*. Essas eram as condições de trabalho. A pensão da D. Reni, até porque era a única, então, se chamava Hotel nº 1. Só tinha jeito de morar lá, porque era a única pensão, com banheiro fora do quarto.

Eu me lembro bem de que – eu já comerciante em Belo Horizonte, já bem estabelecido – a vida de servidor público me chamava a servir o meu estado, na área da segurança. Por isso, eu tenho uma reverência muito grande pelos profissionais da segurança. Porque, de todas as profissões, naturalmente, aquele que se dispõe a servir na área de segurança, normalmente, Senador Izalci, é um servidor vocacionado, um servidor que, quando sai de casa, realmente não sabe se vai voltar. Numa operação policial, durante



muitas de que eu participei, eu pude presenciar o limite – naquela época, as operações eram ainda mais vigorosas – entre sair de casa e não voltar para poder ver os filhos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, autoridades aqui presentes, delegados e delegadas de polícia de todo o Brasil, é com grande honra e satisfação que volto à tribuna desta Casa, que tão bem me acolheu como Senador da República representando o meu querido povo de Minas Gerais. Neste Plenário, pude dar continuidade à nobre missão de servidor público, iniciada há quase três décadas como delegado de polícia concursado no meu querido estado natal.

Hoje é um dia muito especial para todos nós, policiais. Estamos celebrando o dia 03 de dezembro, data em que se comemora, com grande alegria, o Dia Nacional do Delegado de Polícia.

A data remete à Lei nº 261, de 03 de dezembro de 1841, sancionada por D. Pedro II, que reorganizou a estrutura policial do império. Naquela ocasião, foi criado o cargo de chefe de polícia para a corte e para cada província, bem como os cargos de delegado de polícia e de subdelegado de polícia.

A oficialização da data como o Dia do Delegado de Polícia em âmbito nacional decorre da Lei Federal nº 13.567, de 21 de dezembro de 2017, da qual tive a alegria de participar junto com o saudoso ex-Presidente da Adepol do Brasil, o nosso querido Dudu.

A celebração de hoje não é apenas simbólica, reforça a importância e o papel institucional de quem exerce a função de delegado de polícia. Explico esse ponto de vista, Senador Izalci, em três aspectos: em primeiro lugar, o delegado de polícia é a autoridade da Polícia Judiciária responsável pela investigação criminal, instauração de inquéritos e produção de provas. Estão também sob a sua responsabilidade a representação pela prisão preventiva, a prisão temporária e a busca e apreensão, entre outras atribuições. Em segundo lugar, o delegado de polícia é um cargo de carreira de estado, cuja ocupação impõe concurso público e habilitação jurídica e atua como o primeiro filtro oficial acerca das condições de liberdade individuais dos cidadãos.

Em terceiro lugar, assinalo que a data serve para valorizar o trabalho árduo, os riscos e as responsabilidades da função, muitas vezes envolvida em investigações complexas, decisões delicadas e proteção de direitos. Esses profissionais têm, portanto, papel essencial na preservação do Estado de direito, na investigação criminal e na defesa da sociedade.

Hoje, celebramos não apenas uma categoria, mas uma verdadeira instituição de garantias de direitos. Estamos falando em uma instituição formada por mulheres e homens que assumem, diariamente, o compromisso de fazer valer a lei, proteger vidas e assegurar justiça à população.

Senhoras e senhores, como membro da carreira de delegado de polícia e na qualidade de Deputado Federal por dois mandatos, fui Vice-Presidente da CPI do Sistema Carcerário e Prisional na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2008.

Naquela época, lembro-me muito bem de que a guarda dos detentos era feita por nós, policiais civis; nós não tínhamos a Suapi, não tínhamos a Polícia Penal. Eu me lembro e rememoro aqui que, muitas vezes, tirei plantão em cima de 180 presos, Senador Izalci, 180 detentos com um escrivão e um detetive. Eram quatro celas, e o plantão era em cima das celas. Se pegasse fogo ali dentro daquela cela, você não sabia o que fazer. Se você jogava a chave para os detentos saírem, no que a gente chamava antigamente de “cavalo doido”, ou se você esperava a PM chegar e respondia por 180 homicídios.

Por isso é que eu, como membro da Comissão de Segurança Pública e de CPIs que foram instaladas naquela época, inclusive nessa, defendi muitos delegados de polícia e agentes policiais, como defendi meus colegas de Ponte Nova e de Rio Piracicaba, porque viveram, na realidade, mortes nesses plantões por deficiência do Estado e não por negligência ou imprudência – ou muito menos de forma dolosa por esses servidores.

Nessa CPI, investigamos a realidade do sistema carcerário brasileiro, incluindo a superlotação, os



custos sociais, a violência e a corrupção. Isso resultou em um diagnóstico abrangente e detalhado da situação prisional brasileira, outrora sob gestão de inúmeros delegados e delegadas de polícia. Foi nessa época que se fortaleceu a discussão sobre a criação da Polícia Penal, que levou à transformação dos agentes penitenciários em uma polícia de carreira com *status* constitucional. A mudança veio a se materializar na Emenda Constitucional 104, de 2019.

Em 2009, tive ampla atuação em Comissões ligadas à segurança pública, incluindo a Presidência da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Na ocasião, apresentei a Proposta de Emenda à Constituição já dita pelo colega Paiva, PEC 402, de 2009. Seu objetivo é – porque eu considero, é, viu, Paiva? – buscar garantir autonomia funcional, administrativa e orçamentária à Polícia Federal nos moldes do que já ocorre com o Ministério Público. A proposta visa dar mais independência ao órgão em combate ao crime, valorizando os policiais.

Naquela oportunidade, discutimos regras para o programa Habite Seguro, mediante financiamento de moradias para profissionais de segurança. A ideia se tornou realidade por meio da Lei nº 14.312, de 14 de março de 2022. A iniciativa ofereceu condições especiais de financiamento de subsídios para aquisição da casa própria por policiais federais, rodoviários federais – agora na Emenda Constitucional 18, polícias viária, civis, militares e penais –, além de bombeiros militares e guardas municipais.

Como Senador da República, fui autor e relator de diversos projetos de lei, em especial, relacionados à segurança pública. Entre eles, estavam propostas relacionadas ao combate à violência doméstica, ao feminicídio e à segurança em eventos esportivos.

Senhoras e senhores, considerando-me um servidor por natureza e vocação para dar o meu melhor pelo Brasil, sinto enorme orgulho de ter abraçado a nobre função de delegado de polícia. Essa opção moldou minha personalidade e acuidade para o trato do bem público.

Nunca apaguei da minha vida e memória o peculiar momento de minha posse como delegado de polícia, os ensinamentos que adquiri, os treinamentos que fiz, a disciplina, a dedicação e a minha determinação na carreira. Está sempre vivo nas minhas atitudes e memórias, sobretudo, o juramento que expressei no sentido de servir e de cumprir a legislação e a Constituição da República. Para além de um rito, guardo esse juramento no peito, no coração, no espírito e na alma, sem jamais quebrá-lo.

Senhoras e senhores, o delegado de polícia é, por excelência, a primeira autoridade jurídica, Senador Izalci, a atuar diante de uma violação da ordem pública. É ele ou ela quem conduz investigações, decide sobre prisões em flagrante, determina diligências, analisa provas e assegura que cada medida restritiva de liberdade siga rigorosamente os princípios constitucionais.

A atividade policial moderna é complexa, técnica e exige preparo jurídico profundo, por isso o delegado de polícia assume a responsabilidade singular de unir investigações e garantias fundamentais. Essa postura exige equilíbrio, exige rigor e humanidade, eficiência e legalidade, firmeza e respeito ao cidadão.

Neste dia de hoje, é preciso reconhecer não apenas as atribuições legais, mas também o sacrifício cotidiano desses profissionais. Delegadas e delegados enfrentam suas jornadas extensas, condições adversas, exposições – repito, a riscos –, criminalidade organizada, pressões sociais e institucionais.

Isso ocorre muitas vezes com recursos escassos – como tenho visto, em meu estado, a Polícia Civil sendo completamente sucateada – e em realidades estruturais muito distintas pelo território nacional.

São profissionais que lideram equipes, dialogam com o sistema de justiça, acolhem vítimas – acolhem vítimas – e enfrentam criminosos perigosos. Ao mesmo tempo, devem manter serenidade, prudência e rigor técnico. Não raro, eles trabalham em delegacias lotadas, por vezes precárias, em regiões remotas ou localidades vulneráveis, onde são a única presença do Estado disponível, onde muitas vezes são a única autoridade do Estado presente à população. São verdadeiros pedagogos da cidadania, como leciona Ricardo



Brisolla Balestreri, ex-Secretário Nacional de Segurança Pública e especialista em segurança pública e direitos humanos.

Delegadas e delegados de polícia são profissionais que cultivam o fascínio pela verdade, desvelando, desnudando e descortinando crimes. Para o sucesso de seus trabalhos, utilizam técnica, ciência e arte, cotejam equilíbrio, poder e austeridade. Eis a magnitude da função investigativa que presidem e que não apenas inspira filmes, minisséries, romances e novelas. A função também produz conhecimentos acerca de cenários de violência e de criminalidade para o melhor desenvolvimento social e econômico de um povo.

Por isso, hoje, do Plenário do Senado da República, prestamos homenagem pública a milhares de delegadas e delegados de polícias civis e federais, ativos e aposentados, e reverenciamos também a memória daqueles que perderam as suas vidas no exercício do dever.

Este dia de hoje serve igualmente para reafirmar o nosso compromisso com o fortalecimento da Polícia Judiciária, que exerce função essencial para a segurança pública. Sem investigação qualificada, Senador Izalci, e independente, não há combate efetivo ao crime, não há responsabilização, não há, portanto, justiça.

A situação pela qual passa a segurança pública no Brasil é um momento crucial, mas uma oportunidade para conclamarmos as delegadas e os delegados de polícia para que continuem a enobrecer o dever e o compromisso das polícias federal e civil com o país. Isso inclui a apuração das infrações penais, o exercício das funções de Polícia Judiciária, a garantia de direitos fundamentais e a afirmação das instituições democráticas.

É um caminho que deve ser trilhado, repudiando a afronta ao direito, ao vandalismo, à violência, à desordem, à corrupção e à irresponsabilidade. Assim afirmo porque é com a apuração de crimes que as Polícias Federal e Civil, por meio da investigação, entregam conteúdos para que o sistema de justiça coloque fim à impunidade, reforçando a certeza do direito. Não existe fim da impunidade sem investigação, processo e sentença.

Onde não há investigação criminal, reside a impunidade e, com ela, a irresponsabilidade, a desordem e a insegurança. Somente garantindo segurança, teremos a força e o vigor da liberdade e, verdadeiramente, da democracia. O resultado da investigação criminal dinamiza, justifica, racionaliza o processo, assegura e revela justa causa para o fundamento e o funcionamento do poder punitivo estatal.

Vale ressaltar outro aspecto crucial, terminando, Senador Izalci, das investigações criminais presididas pelas delegadas e delegados de polícia do Brasil. O delegado de polícia, no seu papel de líder da unidade investigativa, atua como maestro de uma orquestra. Na adequada articulação da equipe investigativa, tem elevada função de aplicador da lei para a produção de provas, na busca de elucidar crimes. Ele é um profissional imparcial, que deve conter comportamentos midiáticos e centrados no próprio ego, desconexos e antiéticos.

Senhoras e senhores, precisamos avançar em políticas de valorização profissional, modernização tecnológica, capacitação permanente e condições dignas de trabalho. O Brasil exige, a população exige e merece uma polícia forte, técnica e respeitada, capaz de proteger o cidadão e enfrentar a criminalidade com inteligência, estratégia e legalidade.

Nesse sentido, é necessário aprofundarmos os debates sobre a PEC 18, enviada a esta Casa em 2025, em trâmite legislativo. Essa proposta tem um real propósito de fortalecer o sistema de segurança pública e defesa social. Claro, será aperfeiçoada pelas Casas Legislativas.

Destaco alguns de seus aspectos, como o dispor sobre o Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. A proposta também constitucionaliza o papel da União na coordenação do Sistema Único de Segurança Pública e Defesa Social e o Sistema Penitenciário. Isso não exclui as competências concorrentes dos demais entes federativos – não exclui as competências concorrentes dos entes federativos,



sem restringir a subordinação das polícias estaduais aos Governadores dos estados e do Distrito Federal. Ressalto ainda que a proposta aperfeiçoa as disposições do art. 144 da Constituição Federal no tocante ao emprego cooperativo da Polícia Viária Federal, a nossa hoje Polícia Rodoviária.

Finalmente, entre outros avanços, a proposta tem o mérito de vedar o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário Nacional. Não se faz segurança pública, Senador Izalci, sem os recursos necessários. Fico indignado, como quem vivenciou a polícia na ponta, de ver aproveitadores de plantão politizando, às vésperas do ano eleitoral, o sistema de segurança; pondo em risco a vida de policiais, a segurança de cidadãs e cidadãos.

Senhoras e senhores, caminhando para o encerramento, reitero algumas afirmações que tenho feito nos anos recentes: o Brasil só vai reduzir violência quando tratarmos segurança pública como política de Estado, não de governo.

Senhoras e senhores, por fim, faço meus votos para que vocês continuem firmes em sua nobre e indispensável missão de proteger o seu povo, o nosso povo, desse nosso amado país.

Muito obrigado.

Viva o Dia do Delegado de Polícia! Viva a nossa Polícia Judiciária brasileira!

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Concedo a palavra à Sra. Cláudia Alcântara, Presidente do Sindicato dos Delegados da Polícia Civil do Distrito Federal.

A SRA. CLÁUDIA ALCÂNTARA (Para discursar.) – Bom dia a todos. Bom dia a todas.

Quero cumprimentar aqui os integrantes da mesa. Quero começar meus cumprimentos, cumprimentando o Senador Izalci Lucas. O Senador Izalci Lucas, desde quando nós assumimos o Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal, tem trabalhado ombreado conosco. Muitas vezes não sou eu que faço ligação para ele; é ele que faz ligação para mim, me orientando, falando o que tem que ser feito, o que vai acontecer, e sempre muito preocupado com a Polícia Civil do Distrito Federal. Então eu agradeço muito a ele, neste momento, em público aqui, para que todos saibam o quanto o Senador Izalci, nesse nosso processo de negociação salarial, que vem há muitos anos, nos apoiou e vem nos apoiando.

E hoje nós, Senador, logo cedo, fomos convidadas e convidados a participar da assinatura da medida provisória, que será às 14h30, no Palácio do Planalto. Nós estamos trabalhando para fechar esse ciclo. Então hoje é um dia de muitas alegrias, de muitas comemorações. E eu lhe agradeço muito por o senhor ter escolhido a data de hoje para que a gente possa estar aqui falando e comemorando o Dia do Delegado da Polícia Civil e do Delegado da Polícia Federal – os delegados e delegadas. Muito obrigada, Senador Izalci, de verdade.

Cumprimento aqui a Dra. Christiane Correa Machado, que neste ato representa o Diretor-Geral da Polícia Federal. Cumprimento o Dr. Saulo Ribeiro Lopes, que neste ato representa o Delegado-Geral da Polícia Civil, o Dr. José Werick; e o Dr. Saulo Ribeiro Lopes, que atualmente é o nosso Delegado-Geral Adjunto, que também trabalha ombreado conosco o tempo inteiro. Quero cumprimentar também o Dr. Luciano Soares Leiro, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal da gestão 2023-2025. A nossa gestão também é 2023-2025, e trabalhamos muito ombreados o tempo inteiro, isso é muito importante, porque as demandas que são da própria polícia civil muitas vezes são coincidentes com as da Polícia Federal, e trabalhar ombreados e ladeados foi importante para nós, e continuará sendo importante essa parceria polícia civil e Polícia Federal, trabalhando em prol dos delegados e das delegadas de polícia. Muito obrigada.

Cumprimento aqui também o Sr. Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, gestão 2025-2027, que está tomando posse hoje, o Dr. Edvandir Felix de Paiva, um grande amigo,



pessoa também que vem trabalhando conosco antes de 2023, já vem há muito tempo trabalhando conosco. E hoje eu quero parabenizar o senhor pela posse e dizer que nós que estamos tomando posse também na quinta-feira agora, gestão 2026 a 2028, também queremos trabalhar ombreados e ladeados com o senhor nesse período. Muito obrigada.

Quero também aqui falar sobre o Dr. Amarildo Fernandes, a quem eu cumprimento neste momento, uma pessoa com que estamos desde 2023 trabalhando juntos, o tempo inteiro. Isso para a gente também é extremamente importante. E vamos continuar trabalhando juntos, Dr. Amarildo, nessa nossa nova gestão. Deu certo de 2023 a 2025, com certeza vai dar certo de 2026 a 2028 também.

Quero aqui neste ato também cumprimentar uma pessoa que... Eu vou deixar uma pessoa por último, mas agora eu quero cumprimentar a Dra. Socorro Tinoco, Presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal e Vice-Presidente da Associação Nacional das Mulheres Policiais, a quem eu cumprimento, com quem também temos trabalhado, praticamente diuturnamente – não é, Dra. Socorro? –, nas nossas demandas, sempre para atender os delegados e delegadas.

Quero cumprimentar também aqui o Dr. Waldek, nosso Vice-Presidente do Sindepo, gestão 2026 a 2028. Muito obrigada, Doutor, muito obrigada por estar conosco. Teremos aí três anos de muito trabalho também.

Antes de tudo, eu quero falar aqui do Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia do Brasil, o Dr. Alexandre Silveira, pessoa a quem eu tenho o prazer de conhecer pessoalmente neste momento. E depois do discurso do senhor, eu falo: gente, precisaria de mais discurso? Porque o discurso do senhor foi extremamente completo, traz à tona toda a nossa realidade de delegados de polícia. Eu já sou delegada de polícia há 26 anos, então nós sabemos que, ao longo desse período, tudo isso que o senhor está dizendo é verdade e tudo isso que o senhor diz que temos que fazer. Precisamos trabalhar por uma polícia de Estado, nós não podemos continuar sendo uma polícia de governo, né? Isso eu falo não só aqui do Distrito Federal, mas eu falo do Brasil afora. Precisamos, sim, de uma polícia de governo.

Cumprimento aqui as delegadas e os delegados da Polícia Civil e da Polícia Federal aqui presentes, cumprimento também todos os nossos colegas delegados, delegadas, policiais civis, que provavelmente assistem a esta audiência neste momento. Para a gente é muito importante.

É importante a gente falar também dos nossos policiais veteranos, porque eles construíram a nossa história e eles nos trouxeram até aqui. Sem eles nós não estaríamos neste momento, sem eles nós não teríamos a importância que nós temos hoje, sem eles provavelmente não estaríamos sendo convidados para esta homenagem que está sendo feita neste momento, que é extremamente importante para nós delegados de polícia. Isso nos traz um sentimento de pertencimento a uma categoria e, mais do que isso, de importância, de relevância para a sociedade brasileira. Muito obrigada.

E também, neste momento, antes de iniciar o meu discurso escrito, eu quero agradecer aqui a presença do meu esposo. MUITÍSSIMO obrigada, Elidônio Alcântara, pela presença e pelo companheirismo de sempre.

Bom, então, gente, hoje, ao subir a esta tribuna, sinto no peito mais do que a responsabilidade institucional da função que exerço; sinto uma emoção profunda – e é verdade, eu estou extremamente emocionada –, a emoção de estar nesta Casa, que representa a voz do povo brasileiro, celebrando uma das carreiras mais desafiadoras, mais intensas e mais humanas do serviço público, que é a carreira de delegado de polícia civil e de delegado de Polícia Federal. Agradeço com sincera gratidão ao Senador Izalci, que propôs esta sessão solene e que a preside. O simples fato de estarmos aqui nesta homenagem, que acontece aqui no Senado Federal, já diz muito; diz que o Parlamento reconhece um trabalho que tantas vezes acontece na madrugada, na chuva, no improvável e quase sempre longe dos holofotes.

Ser delegado de polícia não é apenas exercer autoridade, é sentir a dor do outro, acolher quem chega



fragilizado, conduzir uma equipe que deposita em nós sua confiança e enfrentar decisões que podem mudar vidas em questão de minutos, não é? Trabalhamos com a liberdade da pessoa – não é? –, e isso, sim, é extremamente preocupante para aquela pessoa envolvida naquela situação, para a família que chega ali para saber: “Você vai prender, não vai prender? O que vai acontecer?”. E a gente sente essas dores o tempo inteiro. É uma missão que exige técnica, mas exige também coração na hora de todas as nossas decisões.

A Polícia Civil do Distrito Federal carrega uma história que me orgulha profundamente. Somos uma carreira que nasceu da própria construção institucional do país, junto com a Polícia Federal, com quem compartilhamos a origem e a responsabilidade de servir à União. Isso nos lembra de que não carregamos apenas um cargo, carregamos uma tradição. Mas tradição alguma nos prepara para a parte mais difícil da nossa rotina, que é o impacto humano.

A profissão policial está entre as mais estressantes do mundo, e nós sentimos isso todos os dias. Carregamos o peso de testemunhar dores, conflitos familiares, tragédias pessoais e dramas que muitas vezes ficam guardados em silêncio, dentro de nós. E muitas vezes chegam situações ao balcão de uma delegacia que, às vezes, aquela dor daquela pessoa coincide com uma dor que você traz, e, mesmo assim, aquela sua dor tem que ser apagada, tem que ser escondida para você lidar com a dor daquele que chega à delegacia.

Por isso, quando digo que esta sessão me emociona, é porque ela ilumina esse lado invisível da nossa missão. Aqui neste Plenário, somos vistos não apenas como autoridades ou gestores, mas como pessoas – pessoas que têm medo, que têm família, que têm noites maldormidas e que mesmo assim seguem firmes. Seguimos, porque acreditamos que nosso trabalho transforma vidas e transforma mesmo!

(Soa a campainha.)

A SRA. CLÁUDIA ALCÂNTARA – No Distrito Federal, o diálogo com o Governo local tem sido importante da mesma maneira como tem sido extremamente importante aqui no Governo Federal. Somos uma polícia híbrida e precisamos tanto do Governo do Distrito Federal como do Governo Federal.

Mas hoje, com a licença de todos, quero falar especialmente aos meus colegas delegados e delegadas. Hoje é o nosso dia, o dia de reconhecer a coragem silenciosa de quem atende uma vítima sem deixar transparecer sua própria dor, o dia de celebrar a firmeza de quem mantém a serenidade quando tudo ao redor parece ruir, o dia de homenagear quem sabe que a investigação criminal, antes de ser técnica, é um ato profundo de compromisso com a vida humana.

Que esta Casa, que simboliza a democracia, siga caminhando ao lado das instituições policiais, porque segurança pública é, acima de tudo, um direito de cada brasileiro, e nós somos parte essencial da proteção desse direito.

A cada delegada e a cada delegado deste país, deixo aqui minha gratidão mais sincera, e que Deus ilumine nossa missão, nos dê força, sensibilidade e sabedoria para continuarmos servindo com dignidade, empatia e muita coragem.

A todos vocês, o meu muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Concedo a palavra ao Sr. Saulo Lopes, Delegado-Geral Adjunto da Polícia Civil aqui do Distrito Federal.

O SR. SAULO RIBEIRO LOPES (Para discursar.) – Bom dia a todos e todas.

Gostaria de iniciar a saudação ao nosso Senador Izalci Lucas, Presidente desta sessão especial. Obrigado pelo discurso, Senador, que demonstra o quanto V. Exa. conhece as atividades e, mais uma vez, materializa o reconhecimento de V. Exa. à nossa carreira.

Gostaria de cumprimentar o Ministro de Estado de Minas e Energia do Brasil, o Delegado Alexandre



Silveira. Parabéns pelo discurso! Realmente, como a Dra. Cláudia disse, aqui a nós não cabe mais pontuar: o senhor já disse tudo da nossa atuação e das nossas dores.

Quero cumprimentar a Dra. Christiane Correa Machado, aqui representando o Diretor-Geral da Polícia Federal. Gostaria de cumprimentar os Presidentes da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal: Dr. Luciano Leiro, que encerra sua gestão, e o Dr. Edvandir Felix de Paiva, que assume – sucesso na nova missão que já é conhecida do senhor.

Gostaria de cumprimentar o meu amigo, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Distrito Federal, Dr. Amarildo. Gostaria de cumprimentar minha amiga, colega, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal, Dra. Cláudia Alcântara. Já de início, gostaria de dizer que, junto da Delegacia-Geral, com a Associação dos Delegados e o Sindepo, nós vamos seguir trabalhando muito pela carreira do Delegado de Polícia e, junto com o Sinpol, pelas outras carreiras da Polícia Civil do Distrito Federal. Esse é o nosso compromisso.

Obrigado pelas presenças de todos os senhores, delegados da Polícia Federal e delegados da nossa querida e amada Polícia Civil. Obrigado pela presença de todos vocês.

Senhoras e senhores presentes, hoje, a minha responsabilidade é enorme. Eu falo em nome da Polícia Civil do Distrito Federal, representando o Dr. José Werick de Carvalho, que, em razão de férias e compromissos familiares, não pôde estar presente hoje. E também falo em nome do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil, representando o Dr. Márcio Gutiérrez, que é o Delegado-Geral da Polícia do Ceará, que não conseguiu também estar presente. Então, mando um abraço dos dois, e, aqui, tenho esta honrosa missão, difícil missão, de substituí-los.

É com profundo senso de honra e dever que ocupo esta tribuna. Agradeço a iniciativa do Senador Humberto Costa e desta Casa, o Senado Federal, em realizar esta sessão especial, um reconhecimento justo ao Dia Nacional do Delegado de Polícia. Gestos como este de hoje materializam a preocupação de V. Exas. com a segurança pública do Brasil.

Esta homenagem transcende o indivíduo. Ela celebra o papel fundamental da Polícia Judiciária para a higidez do nosso sistema de justiça criminal e a consolidação do Estado democrático de direito.

Rendo minhas homenagens e reconhecimento ao Dr. Paulo Roberto D’Almeida e Dr. Benito Tiezzi, delegados veteranos, aposentados nossos da Polícia Civil, pela idealização do Dia do Delegado de Polícia, ideia que foi encapada pelo Presidente da Adepol Brasil, como já citado, pelo Ministro, o nosso saudoso Dudu, o Carlos Eduardo, que era Presidente da Adepol Brasil à época.

O Delegado de Polícia é, no campo da persecução penal, o primeiro garantidor dos direitos fundamentais. Não somos meros coletores de provas; somos a autoridade responsável pela filtragem jurídica inicial dos fatos, impedindo que se imponham restrições aos indivíduos sem o devido processo legal. Na condução do inquérito, o Delegado de Polícia exerce uma função essencialmente jurídica, pois decide sobre prisões em flagrante, tipifica condutas, preside interrogatórios preservando os direitos constitucionais, determina diligências que podem afetar diretamente a liberdade das pessoas e representa por medidas cautelares. Realmente não há dúvida que nossa atividade é essencialmente jurídica.

O Delegado de Polícia não arrisca a sua vida apenas para prender; ele arrisca a vida para garantir que a lei seja cumprida, até mesmo por quem a violou. Aqui é importante destacar o quanto a atividade do Delegado de Polícia é de extremo risco e gera uma carga de estresse muito alta, diferente de qualquer outra profissão. Primeiramente, o Delegado de Polícia não é um servidor comum que bate o ponto e, após horário de trabalho, preocupa-se tão somente com o seu descanso. Somos policiais 24 horas por dia, sete dias por semana, 30 dias por mês. Após o expediente na delegacia, os telefones permanecem ativos e sempre são acionados. Madrugada, sábado, domingo, feriado, a cidade não para, a segurança pública não dorme, e o Delegado de Polícia está sempre pronto para atender e defender a sociedade.



Soma-se à alta carga de trabalho, o risco extremo a que nós, Delegados de Polícia, somos submetidos. Efetuar prisões em flagrante, dar cumprimento a mandados de prisão, liderar operações complexas e presidir investigações de alto risco são alguns exemplos. Além dos riscos físicos, convivemos ainda com o risco institucional e jurídico quando atuamos em casos sensíveis, de comoção pública e apelo midiático. O Delegado fica em escrutínio constante, facilitando ataques à sua honra e à imagem por parte de grupos interessados em desacreditar a investigação.

Não bastassem as dificuldades comuns já existentes, a criminalidade não é mais simples ou local. Enfrentamos hoje o crime organizado transnacional e o crime cibernético com todas as suas evoluções tecnológicas.

As polícias precisam de fortes investimentos para bem desempenhar o seu mister. Ter boa estrutura física, bons quadros e boa remuneração são elementos essenciais para se ter resultados. Nesse ponto, gostaria de agradecer a sensibilidade do Governador Ibaneis Rocha; da Vice-Governadora Celina Leão; do Presidente da CLDF, Wellington Luiz; da Deputada Jane Klebia; do nosso Secretário de Segurança Pública, que é Delegado da Polícia Federal, Sandro Torres Avelar, e do Secretário Rocha, que trabalharam muito para encaminhar uma proposta de paridade salarial, para o retorno da paridade salarial com a Polícia Federal. E, na esfera federal, nós tivemos os apoios importantíssimos para fazer avançar a demanda que culminou com aumento de 27%. Quero agradecer muito ao Senador Izalci – a Dra. Cláudia já disse em sua fala – pelo quanto o senhor trabalhou para que esse aumento, essa recomposição salarial efetivamente ocorresse. Então, o senhor foi realmente um guerreiro, lutou muito por nós e não esperava a demanda chegar, o senhor mesmo provocava, como disse a Dra. Cláudia. Então, muito obrigado por tudo que o senhor fez. Isso realmente demonstra o quanto o senhor é preocupado com a segurança pública do Distrito Federal.

Quero agradecer também à Senadora Leila, ao Deputado Rafael Prudente, à Deputada Erika Kokay e a outros atores envolvidos.

Ressalto também a atuação das nossas entidades de classe, que lutaram muito para o êxito da recomposição salarial: Sindepo, na pessoa da Dra. Cláudia, que lutou bastante por essa recomposição; Adepol, Dr. Amarildo, que está aqui presente. E também quero reconhecer as entidades que representam as outras classes da Polícia Civil, tanto o Sinpol quanto a Agepol lutaram bastante.

Gostaria de fazer um forte elogio à atuação do Senado Federal, Senador Izalci, que teve um projeto de lei aprovado agora, dia 27/11, em que promoveu alterações no Código de Processo Penal no que tange à possibilidade de conversão da prisão em flagrante em preventiva durante a audiência de custódia se o agente já tiver sido liberado em prévia audiência de custódia por outra infração penal, salvo se ele tiver sido absolvido anteriormente. Isso é para evitar aquele prende e solta em que a gente infelizmente fica enxugando o gelo. Mas foi um avanço e partiu daqui do Senado Federal essa proposta legislativa, a que a gente rende as homenagens.

Precisamos agora avançar em muitas pautas para evitar este prende e solta, o que gera uma carga enorme de trabalho para o delegado de polícia, como, por exemplo, é importante nós tratarmos a diminuição da maioria penal para 16 anos de idade.

Dirijo-me com o máximo respeito aos Srs. Senadores, representantes máximos do Estado e do povo brasileiro, para pedir investimentos, investimento em todas as polícias do país.

O investimento na Polícia Judiciária é um investimento direto na cidadania. É nesse contexto que assume especial relevância o debate recente sobre a necessidade de prever em lei a destinação de recursos também para os fundos das polícias civis, especialmente nos casos em que são elas as responsáveis diretas pelas investigações que recuperam bens, valores e patrimônio ilícito. Isso representa justiça federativa, racionalidade administrativa e fortalecimento institucional. Representa, sobretudo, respeito ao trabalho de



quem está na linha de frente da investigação e da proteção da sociedade.

A título de exemplo, Senador, somente este ano a Polícia Civil, neste quadradinho do Distrito Federal, já recuperou quase R\$0,5 bilhão no ano de 2025. Então, acreditamos que, se este valor for investido na polícia civil, certamente a nossa atuação será ainda mais eficiente e eficaz.

Investir na investigação criminal é a maneira mais inteligente e menos dispendiosa de reduzir a impunidade e restaurar a confiança pública nas instituições. Esta solenidade é dedicada a cada delegado e delegada que, diariamente, nos rincões deste país, veste o colete, veste a lei e veste a responsabilidade. Homenageio aqueles que tombaram no cumprimento do dever e reafirmo nosso compromisso com o sacrifício e a missão. O delegado de polícia é um guardião do bem maior da República, que é a justiça.

Aproveito para, em nome do Dr. Márcio Gutiérrez, Presidente do Concpc, parabenizar todos os delegados do Brasil. E o Concpc reforça aqui, Senador, o pedido para que seja ouvido em todas as propostas legislativas que tratem matéria criminal. O Concpc não tem sido ouvido. É imprescindível que ouçam quem está na ponta e entende do assunto segurança pública.

Por fim, reafirmamos, perante o Senado Federal, a nossa lealdade inabalável à Constituição e ao ordenamento jurídico, à defesa da sociedade, para preservar o Estado democrático de direito e buscar a verdade e fazer justiça.

Muito obrigado a todos pela atenção e pelo reconhecimento. Que Deus abençoe esta Casa, que Deus abençoe a Polícia Judiciária, que Deus abençoe todos os delegados e delegadas de polícia e que Deus abençoe o Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Gostaria de registrar a presença aqui da Sra. Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Federal no Estado de São Paulo, Tania Prado.

E concedo agora a palavra ao Sr. Amarildo Fernandes, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Distrito Federal.

O SR. AMARILDO FERNANDES (Para discursar.) – Bom dia a todos.

Eu quero já, inicialmente, parabenizar a instituição, o Senado Federal, aqui neste ato representada pelo Senador Izalci, que eu acho que vem aí, nos últimos 11 anos, desde a criação da lei – rigorosamente, todos os anos, nesta data –, prestando a justa homenagem ao delegado de polícia. Isso eu acho que é algo muito relevante. E as nossas singelas homenagens aqui, Senador, não são só pela Casa, mas pelo senhor, que tem estado sempre ao nosso lado. Eu digo isso porque percebo a sua presença no dia a dia, não só naquelas demandas típicas do sindicato, mas até na nossa rotina. O senhor é um frequentador assíduo do nosso clube, e eu sei muito bem o quanto o senhor tem se empenhado para que o Senado, e não só o Senado, mas o próprio Legislativo como todo, atenda às demandas da polícia civil. Então, isso eu acho que é algo de muita relevância.

Continuando aqui, eu cumprimento a mesa. Eu acho que, quando o Senador, o Ministro Alexandre Silveira, narrou aqui a sua história de plantão – já parabenizando pela postura que o senhor tem tido em relação à Polícia Civil como um todo –, eu me senti até representado nessa cena, Ministro, porque Recanto das Emas, 1999, acho que dois anos depois que o senhor tomou posse também, a gente tinha essa vivência no dia a dia. No seu caso, eram 180 presos, no meu caso, eram 90, do seu lado ali. Então, de fato, essa história mudou um pouco, mas, naquela época, a gente tinha essas condições que nos abalavam muito. Além de colocar em risco a segurança do próprio policial, o próprio preso não tinha aquela segurança que, de fato, se precisava.

Quero cumprimentar aqui a Dra. Christiane, neste ato representando o Delegado-Geral da Polícia Federal – nossas singelas homenagens. Acho que essa parceria tem sido muito bacana em relação às duas



instituições.

Dr. Saulo, nosso Delegado-Geral Adjunto, representando aqui o Dr. José Werick, a gente sabe já de longa data do seu envolvimento com as demandas da polícia civil e, principalmente, da Adepol – já foi Vice-Presidente e conhece muito bem a nossa rotina.

Dr. Luciano Leiro, a gente volta e meia se encontra nos eventos das entidades; então, meus cumprimentos! O senhor está deixando a missão hoje, mas, certamente, está deixando um grande legado para a Polícia Federal – disso não tenho dúvida.

Ao Dr. Paiva, que já presidiu essa entidade lá no passado, eu ouvi aqui muitas referências elogiosas. Eu o conhecia demais pelo nome, pessoalmente não tive essa oportunidade, mas estou conhecendo hoje; então, eu sei o quanto o senhor já fez pela Polícia Federal. Eu acho que isso também é algo de extrema importância a gente ressaltar.

Dra. Cláudia, meus cumprimentos pela reeleição nossa, recente! A posse será na quinta-feira, como ela já anunciou. O trabalho que a gente fez ao longo dos três anos, na nossa última gestão, eu acho que diz muito, principalmente as nossas demandas ainda na fase local, com relação às nossas brigas junto ao Distrito Federal, ao GDF, aos Parlamentares do GDF, à CLDF, porque, se nós temos hoje – e daqui a pouco, às 14h30, estaremos ali no Palácio do Planalto para acompanhar – a emissão da MP, isso começou lá atrás, dois anos atrás ou até mais, aquele nosso primeiro resultado positivo já na sua gestão, dos 18%-24%, e a gente chegou até as fases aqui do MGI juntos, porque naquela ocasião não tinha ainda a mesa de negociação, Agora, com a mesa, a nossa atuação acabou ali no GDF. Então, Dra. Cláudia, esperamos que continuemos, na próxima gestão, a mesma parceria, a mesma condição que nos trouxe a atender muitas demandas da polícia civil, e eu acho que agora, junto com a nossa Direção-Geral, mais ajustada ainda, mais próxima, é hora de a gente, de fato, se unir – Delegado-Geral, entidade de classe, através do Sindepo, através da Adepol, as demais categorias, Sinpol e outras associações da polícia civil – e a gente procurar, então, o de melhor para a nossa polícia civil, que tem apresentado enormes resultados que nos agradam, e muito.

Eu quero cumprimentar também aqui os nossos colegas delegados da Polícia Federal, policiais civis, delegados, chefes de departamento – eu vejo muitos aqui –, delegados-chefes também.

E, ao continuar aqui, finalizando a parte de cumprimentos, lembro a origem desta data, dia 3 de dezembro, em que a gente comemora o Dia do Delegado de Polícia. Isso se deu lá em 2014 – de 2013 para 2014 –, com a iniciativa de três pessoas que a gente não pode deixar de citar: por ocasião da Presidência da Adepol do Brasil, o já falecido Dudu; o Dr. Paulo D’Almeida; e o Benito. Foram os três que idealizaram essa data; e, graças a Deus, o Senado Federal e todo o Legislativo de nível federal reconheceram; e, hoje, estamos aqui comemorando, então, o Dia do Delegado de Polícia.

Senhores, é de uma forma muito especial que cumprimento os meus pares, delegados e delegadas aqui presentes, e é com o sentimento de profunda honra e responsabilidade que ocupo esta tribuna. Falo aqui na qualidade de Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Distrito Federal (Adepol), entidade que tem a nobre missão de representar os delegados da nossa capital da República.

A Adepol, como todos já sabem, é filiada à Adepol do Brasil, no momento presidida pelo nosso amigo Rodolfo Laterza. E essa parceria voltou a ser restabelecida há pouco tempo. A gente teve aí uma certa dificuldade para administrar duas entidades nacionais e, graças a Deus, com a chegada de novas pessoas, novas fases, novas diretorias – a Cláudia sabe bem disso, né, Cláudia? –, a gente conseguiu, há menos de três anos, fazer com que novamente tivéssemos apenas uma entidade nacional representando os delegados de polícia. Eu acho que é isso que a gente tem que, de fato, registrar e valorizar.

A Adepol, portanto, tem um propósito que vai muito além da defesa das garantias e prerrogativas dos delegados de polícia. Somos um pilar institucional que zela para que a polícia civil se mantenha forte,



autônoma e servidora exclusiva do Estado e da lei. Trago comigo, nesta data, a voz de homens e mulheres que, diariamente, dedicam suas vidas a uma das missões principais e essenciais do Estado democrático de direito: a busca pela verdade real e a realização da justiça criminal.

Celebramos, então, neste dia 3 de dezembro, o Dia do Delegado de Polícia, instituído pela Lei nº 12.950, de 7 de janeiro de 2014, uma data que remonta ao ano de 1841, como bem já lembrou aqui o nosso Delegado Ministro Alexandre Silveira, quando, naquela ocasião, Dom Pedro II promulgou a Lei 261, criando a figura do então Chefe de Polícia; hoje, com a denominação atual, claro, Delegado de Polícia. Portanto, são quase dois séculos.

Mas, ao olharmos para o passado, não o fazemos apenas com memória, fazemo-lo para entender a magnitude do nosso dever e o tamanho do nosso compromisso para com o futuro do Brasil.

Muitas vezes, a sociedade visualiza o delegado de polícia sob uma ótica apenas da repressão, e isso não é a realidade, não é só isso. No entanto, somos, antes de tudo, mais que isso, somos garantidores de direitos, os direitos fundamentais da pessoa humana, principalmente.

O delegado de polícia é o primeiro garantidor do cidadão, no momento de sua maior vulnerabilidade – alguém já disse isso aqui, acho que foi a Cláudia que disse isso –, exatamente quando a liberdade de alguém está em análise.

Então, eu creio que este momento aqui... Já foi dito até por pessoas importantíssimas, Presidentes da República...

(Soa a campanha.)

O SR. AMARILDO FERNANDES – ... que a nossa liberdade vale até mais do que a vida, porque, sem a liberdade, a vida não faz sentido.

Nós somos aqueles que... No calor dos fatos, nas madrugadas e nas complexidades de um plantão, é o delegado de polícia quem realiza o primeiro controle, aquele controle da legalidade. É a nossa análise técnica, fundamentada na lei e na isenção, que decide os rumos iniciais de um caso, de uma investigação; é o nosso discernimento que separa delito de uma conduta lícita; na missão que transcende o ato de prender, certamente que é o de investigar e esclarecer.

A investigação criminal, presidida pelo delegado de polícia, é o filtro essencial que impede equívocos, evita arbítrios e protege a dignidade da pessoa humana. Nós vivemos, hoje – não é? –, em tempos que exigem muito mais serenidade e ainda firmeza. Diante das organizações criminosas que se sofisticam, os desafios de segurança pública são ainda cada vez mais complexos. Neste cenário, a polícia judiciária se apresenta como uma instituição fundamental para a manutenção da ordem democrática.

Aqui no Distrito Federal, nós da Adepol temos imenso orgulho da nossa polícia civil. Investigamos fatos independentemente de quem sejam os envolvidos, com a mesma imparcialidade e rigor técnico. Na defesa da sociedade, exige-se de uma polícia civil de estado que seja republicana, seja técnica, exige-se autonomia legislativa, exige-se autonomia investigativa, para que a apuração dos fatos sejam estritamente os ditames da lei.

O Ministro citou bem aqui, através da sua proposta de autonomia. Não sei se chegaremos a essa condição, mas temos que lutar por isso, Ministro, porque uma polícia civil ou Federal que seja dependente financeiramente, orçamentariamente já começa com muita dificuldade. A gente sabe – olho para a Cláudia aqui e relembro – as nossas dificuldades junto a esses dois entes, ente distrital e ente federal, o que às vezes chega a ser até humilhante; eu me sinto humilhado às vezes de chegar e pedir tantas vezes as mesmas coisas e às vezes nem sequer ser recebido. E isso seria quebrado e nos daria um rigor e uma condição, de fato, de sermos uma polícia de estado, porque nessas negociações – eu não tenho dúvida – a gente se fragiliza bastante; esperam-se respostas, esperam-se compromissos que nós às vezes não podemos retornar.



Então, a autonomia financeira e orçamentária, que, agora, soube que é de autoria do senhor, Ministro, eu acho que é o caminho ideal e algo a ser lutado e buscado para nos dar uma certa... uma grande segurança, o que vai reverter em melhor serviço para a sociedade.

A defesa da sociedade exige uma polícia civil de estado – eu acabei de dizer – republicana e técnica, exige autonomia investigativa para que a apuração dos fatos seja estritamente nos ditames da lei, exige a garantia das nossas prerrogativas fundamentais e indispensáveis para que possamos atuar com isenção perante qualquer circunstância. A gente sabe, no Judiciário, tem que ser garantida a inamovibilidade. Aqui no Distrito Federal, não faz tanto sentido, dada a nossa base territorial ser tão pequena, mas isso é sentido, certamente, pelos estados de grande extensão territorial. E essa condição também a gente precisa dar ao delegado de polícia.

A recente aprovação da Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis foi um avanço significativo – e agradecemos a esta Casa Legislativa pelo diálogo e pela aprovação –, mas o trabalho pela evolução da nossa carreira jurídica é constante. Uma investigação de qualidade requer investimento, tecnologia e, acima de tudo, capital humano reconhecido e motivado. Isso aqui seria, certamente, bem aproveitado, muito mais aplicado se tivéssemos a nossa autonomia financeira e orçamentária, bem proposta aqui pelo nosso ex-Senador e Ministro de Minas e Energia.

Bom, encerrando as minhas palavras, dirijo-me a cada delegado e delegada aqui presentes ou ainda nos plantões das delegacias de polícia por este Brasil afora, dizendo que o seu trabalho é essencial. Quando você acolhe uma vítima e garante seus direitos, você fortalece a confiança na Justiça. Quando você soluciona um crime complexo, você traz a paz social para a comunidade. Quando você age com integridade, você reafirma os valores da nossa República.

Que este Dia do Delegado de Polícia seja um momento de reflexão sobre a importância do conhecimento jurídico e da ética que norteiam nossa profissão. Que continuemos a ser os aplicadores da Constituição e das leis nas delegacias por este Brasil afora.

Muito obrigado a todos. E que este Dia do Delegado de Polícia seja permanentemente reconhecido e homenageado, como tem sido feito pelo Senado Federal.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Concedo a palavra agora à Sra. Maria do Socorro Santos Nunes Tinoco, que é Presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal.

A SRA. MARIA DO SOCORRO SANTOS NUNES TINOCO (Para discursar.) – Bom dia a todos, quase boa tarde. É um prazer muito grande estar nesta tribuna, neste momento, neste dia que homenageia os delegados de polícia.

Meus cumprimentos ao Senador Izalci Lucas, um grande parceiro, uma pessoa cujo gabinete está sempre aberto para nos receber em nossas lutas e nas buscas pela conquista de nossas pautas. Obrigada, Senador, e obrigada pelo seu discurso também, que resumiu tudo o que a gente espera ouvir de um Parlamentar da sua grandeza. Muito obrigada.

Agradeço também ao Ministro. Muito obrigada, Ministro Alexandre Silveira, por suas palavras, por sua trajetória como Delegado de Polícia, que muito nos honra e nos incentiva, porque nos inspiram pessoas como o senhor. Muito obrigada por suas palavras também.

Quero agradecer também e cumprimentar os integrantes da mesa aqui.

A Dra. Christiane Correa Machado, nossa Diretora da Academia Nacional de Polícia, pessoa por quem eu tenho um grande respeito e admiração.

Também o Dr. Saulo Ribeiro Lopes, que aqui representa o Diretor-Geral da polícia civil, mas que também é o Diretor-Geral Adjunto. Prazer, Doutor, em revê-lo!



O Presidente atual da nossa Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Dr. Luciano Leiro, que, na data de hoje, faz a transição do cargo, a quem eu quero agradecer pelos trabalhos desenvolvidos nesses anos em que o senhor esteve à frente da nossa associação, pelas conquistas que foram realizadas para a nossa carreira, pela criação da Diretoria da Mulher, cuja Presidente, Dra. Paula, está aqui presente. Quero agradecer ao senhor e parabenizar por todos os seus trabalhos realizados.

Também o meu querido Presidente, Dr. Edvandir de Paiva, pessoa que me engrandece muito pelos trabalhos realizados como Delegado de Polícia, como colega, como parceiro de trabalhos não só na sua gestão como Presidente da ADPF – fomos parceiros naqueles quatro anos em que o senhor esteve à frente da ADPF –, com trabalhos realizados de forma fantástica, com grande dedicação, mas nos engrandeceu também, como Presidente, por estar do seu lado.

Muito obrigada, Dr. Edvandir, e sucesso para a presidência que o senhor está assumindo, que, com certeza, será de muito êxito, muitas conquistas e muitas realizações. Sucesso para o senhor!

E aqui o Dr. Amarildo Fernandes, parceiro também quando Presidente do sindicato aqui de Brasília, o Sindepo.

O senhor foi um grande parceiro, esteve do lado da gente. Muito obrigada, Dr. Amarildo, por sua amizade e parceria.

E a Dra. Cláudia Alcântara, porque essa daí é amiga de longas datas e de muitas lutas. Inclusive, coincidentemente, quando eu fui Diretora de Gestão de Pessoas da Polícia Federal, ela foi gestora também de Gestão de Pessoas da Polícia Civil. E a nossa amizade começou ali, né, Cláudia? Porque nós trocávamos figurinhas de trabalho. E depois veio a Anpol, Associação das Mulheres Policiais do Brasil, de que a Dra. Cláudia é Vice-Presidente, também muito atuante. Sem falar como Presidente do sindicato, do Sindepo aqui de Brasília, para que agora foi reeleita, com todo o reconhecimento que a senhora merece, pelo trabalho que a senhora desenvolve.

Parabéns, Doutora, e sucesso na nova gestão!

Bom, eu acho que já cumprimentei todos. Então, vamos lá.

Também meus cumprimentos aos delegados e delegadas da Polícia Federal e da polícia civil, ativos e aposentados, aqui presentes, e aos que estão acompanhando esta sessão de forma remota.

Destaco também aqui a presença de dois Presidentes de sindicatos e filiados à Fenadepol: Dra. Tania Prado, sindicato de São Paulo, e Dr. Nicio Lacorte, Presidente do sindicato do Rio Grande do Sul.

Obrigada por sua presença.

E agradeço também a presença de diretores e conselheiros da Fenadepol, à nossa Vice-Presidente ali, a Dra. Alexsandra, e ao Dr. Lyra também, nosso Presidente, que está aqui presente.

Então, agradeço a vocês e também aos delegados regionais da ADPF de todo o país que aqui estão presentes, delegados e delegadas, que nos honram com a presença de vocês aqui.

Então, vamos lá.

Inicialmente, quero agradecer ao Senador Humberto Costa, por requerer esta sessão especial em homenagem ao Dia do Delegado de Polícia, e o apoio de seu chefe de gabinete, o Delegado Adilson Batista, que aqui se encontra presente, por facilitar essa tramitação.

Muito obrigada, Dr. Adilson.

Hoje é um dia de reconhecimento e gratidão. Celebramos o Dia do Delegado de Polícia. Voltamos nossos olhares para a dedicação, o compromisso e a coragem que moldam o dia a dia desses profissionais.

Ser delegado é mais que uma profissão; é uma missão.

É atuar na linha de frente da segurança pública, garantindo que a lei seja cumprida e a justiça prevaleça.

É, acima de tudo, a defesa dos direitos fundamentais da sociedade.



Em cada investigação, em cada operação, em cada decisão, os delegados de polícia demonstram sua habilidade de unir liderança, ética e perseverança.

Eles coordenam as equipes, planejam estratégias e conduzem inquéritos, trabalhando com escrivães, agentes e peritos, para desvendar a verdade e dar uma resposta à sociedade.

A atuação do delegado é fundamental para a paz social. Sem justiça e sem a certeza de que os crimes não ficarão impunes, não há tranquilidade para a população. Por isso, é vital o investimento nas instituições policiais, na capacitação de seu efetivo, na realização de novos concursos, no emprego de novas tecnologias e, principalmente, na valorização de cada profissional delegado de polícia.

Daí a preocupação nossa com o PL antifacção, Senador Izalci, Ministro Alexandre Silveira, o Projeto de Lei 5.582, de 2025, que cria um novo marco legal para o combate ao crime organizado no Brasil.

Atualmente, esse projeto está na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, o Senado, sob a relatoria do Senador Alessandro Vieira.

Sabemos que, após diversas alterações e negociações na Câmara dos Deputados, especialmente em torno do relatório apresentado pelo Deputado Guilherme Derrite, foi aprovado, em novembro agora, de 2025, um texto alternativo, na forma de um substitutivo, que recebeu 350 votos favoráveis e 110 contrários.

Como se verificou, em sua tramitação na Câmara, esse projeto sofreu diversos substitutivos, até o texto final para a aprovação. Essas alterações enfraqueceram a essência original da proposta, Senador, que é a proposta do Governo Federal de dotar a Polícia Federal de mais condições para combater o crime organizado.

As mudanças chegaram até a reduzir o papel da Polícia Federal no enfrentamento das organizações interestaduais e transnacionais, como o PCC e o Comando Vermelho, com indicativos também de prejuízo às ações conjuntas e coordenadas com integração e inteligência entre as forças de segurança.

A diminuição de recursos destinados à Polícia Federal, em razão da repartição de fundos federais, irá causar, se isso ocorrer, prejuízos significativos à atuação da Polícia Federal como polícia judiciária da União.

Nossa grande preocupação, como entidade representativa dos delegados de Polícia Federal... (*Pausa.*)

Essa é a nossa preocupação. Assim, esperamos que, nesta Casa, aqui no Senado, se possa construir um texto final que recupere o sentido original do PL antifacção, cujo combate se espera, o combate efetivo ao crime organizado, sem comprometer a atuação da Polícia Federal.

Então, encerramos nossa homenagem, parabenizando todos os delegados e as delegadas de polícia aqui presentes e no Brasil afora, que, com dedicação, ética e compromisso com o bem-estar da sociedade, atuam na linha de frente, para garantir a segurança e os direitos de todos os cidadãos.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, quero cumprimentar, parabenizar, o Senador Humberto Costa; o Chefe de Gabinete Adilson também; o Delegado... Quero lembrar que foi aprovado por unanimidade aqui na Casa, no Senado Federal, com o apoio de todos os Senadores.

Fiquei muito feliz em presidir e agradecer também o convite, ainda mais com esta participação conjunta da Polícia Federal e da polícia civil, porque sempre teve, realmente, essa paridade nas ações e também em todas as situações, e perdemos isso durante um período e estamos tentando resgatar – resgatamos bastante, mas ainda falta um pedacinho, para ficar exatamente naquilo que a gente deseja, que é essa paridade. E foi dito aqui que a lei foi a mesma, de criação; então, são consanguíneos, né? Então, realmente essa é a nossa luta aqui.



Mas eu queria aproveitar essa oportunidade com os delegados para explicar uma situação no Distrito Federal.

A Constituição de 1988, no seu art. 21, inciso XIV, diz que compete à União manter e organizar a polícia civil, a polícia penal, a polícia militar, o corpo de bombeiros e auxiliar no funcionamento da educação e da saúde – isso é o que está no texto constitucional.

A manutenção... Por que é que veio a manutenção na Constituição? Porque, desde a época da colônia, desde quando o Brasil era colônia, sempre quem bancou as despesas da capital foi a União, seja em Salvador, seja no Rio de Janeiro, seja em Brasília. Então, sempre, integralmente, quem bancou as despesas era isso.

Em 1988, quem indicava o Governador do DF era o Governo Federal – era indicação; não era eleição. Nós só conquistamos a eleição para Governador em 1990, posteriormente à Constituição.

Então, ficou esta distorção, porque a União não organiza a segurança do DF. Quem organiza a segurança do DF é o Governador, como em todos os estados.

Então eu apresentei uma PEC, que eu espero que a gente consiga aprovar o mais rápido possível, exatamente organizando, tirando essa distorção da Constituição e colocando simplesmente o que está no texto, mas, assim, que compete à União transferir o recurso para o GDF, para manter e organizar, da mesma forma como está na lei, porque essa é a nossa independência.

Brasília conseguiu autonomia política parcial, mas, evidentemente, sempre buscando a luta da paridade tão merecida.

E me lembro, inclusive, recentemente, de que a Polícia Federal também já era a sétima, a oitava, em termos de remuneração, comparada com alguns estados.

Então, a gente precisa realmente colocar a polícia como política de Estado, isso é fundamental, e contem com o meu apoio aqui na PEC, eu acho que é fundamental isso.

O crime está cada vez aumentando, e, evidentemente, a polícia precisa ter a contrapartida também, para poder enfrentar essa dificuldade. Então, nada mais justo que os recursos obtidos pelas polícias sejam, de fato, investidos na estrutura da polícia.

Então, contem comigo nesse apoio.

Aprendi aqui também, no Congresso, que a gente não deve legislar sem conhecer, sem ouvir as pessoas: nada de nós sem nós. Então, falar em segurança pública, e não chamar realmente... Como foi colocado aqui pelo Amarildo, ouvir o Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, e também federal – não é, Saulo? –, é fundamental, porque muita gente aqui vota sem conhecer o mundo real, e a gente precisa realmente ouvir mais, para aperfeiçoar cada vez mais a nossa legislação.

Fiquei feliz com o cumprimento do acordo que foi feito, aqui no Senado, de que o Presidente iria editar a medida provisória, e agora se confirma a edição da medida, porque nada mais justa do que essa luta, porque a proposta encaminhada ao Governo Federal pelo Governador foi em fevereiro, como foi dito aqui também. Em muitos momentos, a gente fica quase que sendo humilhado, como foi dito aqui também na mesa, exatamente por essa burocracia. O dinheiro já está no Orçamento, o dinheiro já está no GDF, e aí uma burocracia, para colocar no Anexo 5 – não tem nada a ver isso –, causa tudo isso aí.

Então, espero que a gente consiga aprovar e ter autonomia total do Distrito Federal, para poder realmente, quando anunciar, cumprir aquilo que está anunciando, porque também não adianta anunciar e jogar a culpa no Governo Federal; tem que ter essa articulação. É fundamental que a capital tenha uma relação próxima e muito boa entre Governador e Presidente da República.

Eu vou dizer para vocês: no período de 1990 a 2002... A gente só conseguiu colocar o fundo em 2002. Os Governadores tinham que vir com o pires na mão, todo mês, para pagar as contas aqui do DF, porque... E ainda mais: quando se tem um Governador e um Presidente de partidos opostos, vocês sabem



o que é que acontece – tivemos já isso aqui em Brasília –: muitas vezes atraso de pagamento... E 90% disso são para pagar salário.

Então, eu quero aqui parabenizar as associações, os sindicatos, pela mobilização, pela parceria, e nos colocar, como sempre, à disposição.

Bem, cumprida a finalidade desta sessão especial do Senado, eu agradeço às personalidades que nos honraram com a sua participação e declaro encerrada esta presente sessão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 18 minutos.)



Ata da 180ª Sessão, Não Deliberativa,
em 1º de dezembro de 2025

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência dos Srs. Confúcio Moura e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 14 horas e 44 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

Passamos à lista de oradores, hoje temos poucos inscritos. O primeiro da tarde é o Senador Paulo Paim, do PT, do Estado do Rio Grande do Sul, que terá até 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar.) – Exmo. Sr. Presidente Confúcio Moura, sempre é uma satisfação usar a tribuna com V. Exa. na Presidência.

Aos convidados que estão na tribuna o meu abraço, o meu carinho, o meu respeito. Saibam que esse é um dos grandes mestres na área da educação. Na área de educação, eu diria, ele, o Senador Confúcio Moura, dá aula para nós.

Senador, hoje vou falar e espero que eu não faça aqui um discurso de despedida. Na verdade, ontem eu homologuei, no Rio Grande do Sul, por decisão minha, o meu último mandato, depois de sete mandatos – quatro de federal, sendo um de Constituinte, e três de Senador. Eu vou discorrer aqui um pouco sobre aquele momento. Mas, claro, que um discurso para me despedir... As pessoas iam dizer assim: “Mas tem mais um ano ainda”. É verdade, é no fim do ano que vem.

Sr. Presidente, ontem, pela manhã, participei do encontro do PT do Rio Grande do Sul. Foi um momento histórico na construção de uma frente ampla em defesa do povo gaúcho e de todos os brasileiros. Lá ficou acordada a importância de trabalharmos muito para elegermos Lula Presidente. Edegar Pretto saiu como pré-candidato ao Governo do Estado; Paulo Pimenta, como pré-candidato ao Senado; e Manuela d'Ávila, ainda sem partido, candidata também ao Senado.

Quero, Sr. Presidente, aproveitando este espaço, aqui na tribuna do Senado da República, agradecer a todos, desde o Presidente do PT do Rio Grande do Sul, Deputado Valdeci Oliveira, ao grande Líder do nosso estado, ex-Constituinte comigo, o ex-Governador Olívio Dutra.

Quero agradecer também ao ex-Governador do meu estado, líder respeitadíssimo, Tarso Genro; agradecer ao ex-Prefeito de Porto Alegre, que foi também Deputado, Raul Pont; agradecer ao Líder do PT na Assembleia Legislativa, que já foi Deputado Federal e foi sindicalista junto comigo, o Deputado Estadual Miguel Rossetto, que já foi também Ministro, como o Olívio foi; agradecer ao companheiro Júlio Quadros – o nome já diz –, um grande quadro da classe trabalhadora, um defensor das políticas humanitárias; agradeço às Executivas Estadual e Nacional, a todos os Deputados Estaduais e Federais, Vereadores, Vereadoras, Prefeitos e a todas as correntes internas do PT gaúcho, que, até a última hora, Presidente, queriam que eu liberasse e que lhes apresentasse uma carta entregue ao partido, para que eu continuasse com mais um mandato para o Senado.

Tivemos naquela manhã-tarde também um ato que contou com as representações do Psol – sempre estivemos juntos em todas as minhas campanhas, a quem agradeço também aqui –; do PCdoB, que sempre estiveram junto comigo em todas as campanhas; do PSB, que sempre esteve comigo em todas as campanhas – me lembro aqui do Beto Albuquerque e de tantos outros –; do PV, Rede e Avante, aqueles que compõem hoje a proposta da Frente Ampla no Rio Grande do Sul.

Fica aqui um carinho especial – estavam lá também ontem – ao movimento sindical, a todas as centrais nacionais e estaduais, que inclusive viajaram comigo pelo estado, fazendo o bom debate das pautas dos trabalhadores, como o da previdência, da CLT, da pejetização, que são preocupações nossas,



da própria escala 6x1, para que nós temos uma proposta aqui e de que V. Exa. é um dos signatários como apoiador, claro, para o debate que reduz a jornada sem redução do salário. Agradeço a todos que têm essa visão de que o direito dos trabalhadores e das trabalhadoras tem que ser respeitado. Discutimos, nas viagens que fizemos, o trabalho escravo, a questão dos MEIs, a questão da uberização da economia.

Enfim, agradeço também ao movimento negro, que, até o último minuto, Sr. Presidente, fez apelos para que eu continuasse mais um mandato. E V. Exa. me apoiou muito aqui. Todos os projetos que apresentamos – foram dezenas – aprovamos, no Senado primeiro e depois na Câmara, em defesa dos homens negros e mulheres negras, para que não haja nenhum tipo de discriminação no nosso país.

O movimento dos aposentados e pensionistas, que sempre estiveram ombro a ombro, do nosso lado, na caminhada pela construção de um Brasil melhor para todos, o movimento das mulheres, o movimento dos estudantes, da juventude, o movimento das pessoas com deficiência, o movimento dos trabalhadores da área pública e da área privada, enfim, todos os movimentos sociais estavam lá com representações.

Quero agradecer a todas e todos que, de uma forma ou de outra, sempre expressaram carinho e solidariedade ao longo destes meus 40 anos de vida pública, já colocando, claro, o ano que vem.

Quero aqui, Presidente Confúcio, enfatizar a minha admiração e o orgulho que eu tenho das minhas duas suplentes, uma mulher negra e uma mulher branca: Cleonice Back, uma mulher agricultora, muito preparada, que me representava na maioria dos eventos lá no Rio Grande do Sul enquanto eu estava aqui, fazendo o bom trabalho junto com V. Exa. e tantos outros Parlamentares. Cumprimento também Reginete Bispo, uma mulher negra que nos ajudou, porque, quando ela assumiu aqui, como titular, a Câmara dos Deputados – ela foi Deputada Federal –, me ajudou muito a aprovar inúmeras leis, entre elas, a dos Lanceiros Negros no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, que aprovamos aqui, e também o do feriado de 20 de novembro, de Zumbi dos Palmares, de que ela foi Relatora lá.

Estou falando dois exemplos, porque não vou falar todos, mas quero aqui, com muito carinho, se elas estiverem me ouvindo neste momento, Cleonice Back e Reginete Bispo... Ambas assumiram, inclusive, no estado, o diálogo com todos os setores, fazendo um apelo para que eu aceitasse concorrer mais uma vez. Elas são incansáveis, sempre levando o nosso mandato a todos os cantos e recantos do nosso querido Rio Grande do Sul. Aceitem as duas o meu carinho, o meu abraço e as minhas palmas. São palmas talvez lentas, que vocês não ouvem aí, mas são palmas do coração. São palmas...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Um, dois, três, um, dois, três. Caiu tudo aqui, está sem som de tudo.

Pronto, chegou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Voltou.

Presidente, eu falava e V. Exa., notei, ouvia com muita atenção esse relato que eu faço dessas duas mulheres, que, repito, uma branca e uma negra... Porque eu sonhei com isto: um país onde brancos e negros caminham juntos, constroem juntos um país para todos. Nós somos um país que é, praticamente, eu diria... Temos aí cinquenta e poucos por cento de brancos e, de negros, a mesma coisa, se não me engano, 54%, não estou precisando o número exato aqui.

Eu dizia que elas são incansáveis e sempre levaram o nosso mandato a todos os cantos e recantos do nosso querido Rio Grande do Sul. Eu dizia palmas à Cleonice Back e palmas à Reginete Bispo. São de fato, na minha ótica, as suplentes mais titulares que eu já vi desde o início até hoje e continuarão, claro, no ano que vem. Demonstraram um profundo conhecimento político e a certeza de que a boa luta é a base de construção de um Rio Grande do Sul melhor e de um Brasil gigante com justiça e igualdade social.

Vamos em frente, sempre buscando a felicidade das pessoas, fazendo política com alma e coração



– com alma e coração, – sempre sem se esquecer de onde viemos, olhando o presente e rumando para o futuro.

Por fim, quero registrar que recebi, nos últimos meses, muitas e muitas homenagens e apelos para ser novamente candidato. E é por isso que quero fazer uma breve homenagem aos militantes que sempre defenderam as causas sociais, militantes da vida, militantes dos direitos, militantes que sempre olharam para a nossa gente com um olhar carinhoso e respeitoso de melhorar a qualidade de vida de todos.

Sr. Presidente, eu escrevi a carta aos militantes e entreguei a eles. E, se V. Exa. permitir, nesses sete minutos que me faltam, eu vou ler essa carta aos militantes que escrevi.

O mar formado pelas bandeiras dos militantes é muito mais do que um símbolo do povo brasileiro: é um conceito de mudança.

Esse mar fica agitado quanto maiores forem os ventos. No entanto, jamais se submete aos açoites das tempestades, porque eles são rebeldes, rebeldes com causas. Tampouco ele se submete às calmarias, não permitindo que o deixem inerte. Ele segue sempre agindo, com silêncio ou com gritos, mas sempre em movimento.

Os militantes sabem que correm o risco dos naufrágios, correm o risco de serem levados pelas ondas, mas, no fim das contas, isso não importa, pois há uma missão a ser cumprida: eles querem alcançar as areias da praia.

Aqueles que militam dedicam-se, de corpo e alma, aos serviços de uma luta boa e justa. Quanto mais e mais o povo pede ajuda, lá estão os militantes anônimos martelando, forjando o aço, lapidando a pedra da sabedoria e ajustando os seus ângulos, muitas vezes com a voz rouca e bandeira sempre levantada ao tremor do vento em direção aos céus.

Não importam os descaminhos, eles, os militantes, sempre darão um jeito de escalar as montanhas e concretizar os sonhos da plena liberdade humana, da justiça social e do trabalho digno.

Presidente, e tudo isso é ser um verdadeiro militante. Com eles muito eu aprendi. Com muito orgulho, eu digo: como é bom amar todos vocês. (*Manifestação de emoção.*)

Aprendi também que, a partir dos anseios, dos gritos dos discriminados e dos excluídos, dos que passam fome, mas que você ouve somente o seu andar de tamanco, de chinelo ou até mesmo de pés descalços nas ruas, nas avenidas e nas praças das nossas cidades, do aroma que emerge dos campos e das florestas trazido pela nossa gente, é assim que se constrói uma nação: ouvindo o rufar dos tambores.

Dias magníficos tenho vivido nestes meus 40 anos – e vai dar 50 anos, se eu contar o meu tempo de líder estudantil e mais cinco de sindicalista. Eu posso dizer, repetindo: dias magníficos vivi ao lado de vocês, militantes, alguns tristes, alguns de luto, quando perdíamos, no bom combate, a aprovação de uma ou de outra lei, mas muitos mais de alegria, porque, mesmo quando eu estava triste... Muitas vezes chorei, e não tenho vergonha de dizer isso, chorei porque eu queria melhorar a qualidade do nosso povo, mas vocês vinham juntos e cantavam com uma cumplicidade, com uma simplicidade eterna.

Aprendi, Presidente, a ser construtor de um Brasil com direitos e oportunidades iguais para todos e que também respeita sempre as diferenças. Vocês me deram lições, eu jamais esquecerei, meus queridos e queridas militantes. Aprendi com vocês.

Eu comecei a trabalhar muito cedo e, quando eu dizia que, com oito anos, eu amassava barro lá com um velhinho muito querido, que já faleceu, mas, se eu pudesse, eu faria uma homenagem a ele, Atílio Bovo, que dizia: “Amasse o barrinho, entregue para mim, eu vou fazer os vasos, eu vou te ajudar para que você possa comprar as coisas, para que você vá para o colégio”...

Aprendi com eles que lugar de criança é na escola. Aprendi com eles que filho de pedreiro também pode ser doutor. Aprendi com eles que essa história que eu conto... Não é negar a história, mas sempre digo no fim: lugar de criança é na escola, meu Professor. V. Exa. também, na tribuna, fala isso.



Aprendi que negros, índios, mulheres, idosos, pessoas com deficiência também têm o direito de dizer em alto e bom tom: “Nós somos brasileiros; queremos ocupar os nossos espaços”.

Os partidos, aprendi com os militantes, devem ser ferramentas para defender os ideais de um povo. Os partidos não podem perder a sua essência. As causas estão acima de siglas e de nomes. O coletivo é o mais importante.

Sr. Presidente, com certeza precisamos analisar os erros cometidos para que eles nunca mais se repitam. Se em algum momento nós erramos, é porque nós saímos da orientação do nosso povo, do caminho que os militantes nos ensinaram.

Vocês são os verdadeiros líderes militantes. O leme está em suas mãos. E nós temos que entender, respeitar e seguir essa orientação.

Somos irmãos; somos companheiros, somos caminhantes a fazer o caminho que vocês nos ensinaram, baseados no poeta que já disse que o caminho a gente faz caminhando.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vamos continuar lado a lado da nossa gente, ao lado das suas dores e do seu direito sagrado de continuar sonhando. Podem dizer, se quiserem, que somos sonhadores, mas ninguém – ninguém – vai nos proibir de continuar a lutar e a sonhar para melhorar a qualidade de vida de toda a nossa gente.

Se fosse preciso, tenho certeza de que faríamos tudo outra vez, como jovens, caminhantes e estradeiros que somos, ouvindo e abraçando com a absoluta certeza de que o verbo esperar, tão bem nos lembrado no legado de Paulo Freire, ainda continua sendo a única fonte inesgotável de vida, das nossas vidas, do nosso país. Sim, esperar é preciso.

A luta que começamos lá atrás... Outros vieram antes de nós, os nossos mais velhos, nossos bisavós, tataravós, e já fizeram um bom combate.

E nós agora estamos, na verdade, recém-começando, aprendendo com vocês.

Por isso, Presidente, termino dizendo: vivam os militantes e suas bandeiras! Vivam os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade! Viva o Brasil! Viva a democracia!

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Com a democracia, tudo; sem ela, nada.

Vida longa aos nossos aposentados! Se nós estamos aqui é porque eles construíram as estradas para a gente poder, neste minuto, estar na tribuna do Senado da República do nosso querido Brasil fazendo este pronunciamento. Viva toda a nossa gente! Viva todo o povo brasileiro!

Muito obrigado, Presidente Confúcio, por essa oportunidade que V. Exa. me deu, presidindo a sessão para que eu fizesse esse pequeno, mas pode crer... pronunciamento que eu fiz, dando aquilo que vinha na minha alma e no meu coração até a conclusão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Paulo Paim, se eu fosse gaúcho, eu também pediria a mesma coisa: para você continuar mais um mandato.

Isso não é à toa: essa devoção, esse apelo coletivo dos militantes gaúchos são pela sua folha de serviço prestado ao Brasil; não só ao Rio Grande do Sul, mas ao país inteiro. O senhor, aqui dentro, goza de um respeito profundo de todos – todos –, de todos os extremos. O senhor consegue permear e andar tranquilo, pelo seu decoro, respeito que tem a todos os companheiros, tanto lá na Câmara quanto aqui no Senado. O



senhor é um Parlamentar raro, precioso, é um diplomata por natureza, um homem de bom senso, um homem de acordo. E quando a V. Exa. pega uma causa para defender, um projeto para apresentar ou relatar, o senhor o faz com o coração, e não desiste nunca – o senhor não desiste nunca –, até que a lei seja efetivamente aprovada ou, caso contrário, emendada ou rejeitada, mas o senhor vai até o final.

Então, esse apelo gaúcho é um apelo extremamente justo. Tem raros políticos no Brasil que merecem o que o senhor recebeu, esse apelo emocionado, esse apelo do coração da militância gaúcha. É pelo seu legado, o seu trabalho. E aqui mesmo, se a gente fizesse uma eleição aqui entre nós, de todos os partidos, o senhor seria reconduzido, devido ao seu trato fino, raro neste mundo de polarização, este mundo de gritos, onde não se tem mais os focos nos debates de alto nível, os debates mais realmente divergentes, mais eloquentes e convincentes. O senhor persiste em ser um Parlamentar extremamente cordial com todos os colegas. Isso é muito bonito e muito precioso.

Então é por isso que o senhor está emocionado, é por isso que os companheiros gaúchos todos pediram, conclamaram a sua participação em mais uma eleição, mas o senhor é que realmente julga a conveniência de mais um mandato, porque é realmente exaustivo.

E eu olhando para trás: a sua folha de serviço é irreparável, é maravilhosa.

Então, eu quero me somar a todo esse coro dos seus admiradores, para que realmente, se o senhor pudesse repensar, seria um bem para todos nós, mas respeitamos a sua opinião, os seus motivos, a sua própria decisão. Assim como o senhor entrou, o senhor está querendo sair com as suas próprias pernas, na hora em que o senhor julgar mais conveniente, e isso é maravilhoso, isso é simplesmente fantástico! Então, parabéns pelo seu discurso e parabéns a todos os militantes do Estado do Rio Grande do Sul!

Eu não sei da sua agenda. Eu gostaria de falar aqui um discurso também, mas, se o senhor tiver compromisso, o senhor está liberado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Se eu tivesse compromisso, eu suspenderia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então, muito obrigado. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Com muito orgulho, vou assumir a Presidência para ouvir V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, muito obrigado!

(*O Sr. Confúcio Moura, Segundo-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Senador (*Fora do microfone.*) ... Confúcio Moura, se V. Exa. me permitir, eu gostaria que a sua fala eu pudesse colocar no fim do meu pronunciamento, quando V. Exa. aqui expressou o seu ponto de vista em relação à trajetória deste seu simples amigo, para que possa, quando me pedirem cópia, ir a sua opinião junto.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu que agradeço.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras que estão à distância, eu quero, assim, cumprimentar as galerias, as pessoas que estão aí nos assistindo. Hoje, segunda-feira, é uma sessão só de discursos, debates, encaminhamentos, e os Parlamentares ou estão nos gabinetes, ou estão cumprindo agendas, ou estão nos



seus estados, e apenas, hoje, aqui, só estamos o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, e eu, do Estado de Rondônia.

Eu quero iniciar o meu discurso nesta tarde pedindo licença para falar do Flamengo. *(Risos.)* Realmente, mexeu com os brios do povo brasileiro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Sou parceiro, viu? Sou parceiro!

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... mexeu muito! Essa vitória do Flamengo, lá em Lima, no Peru, foi realmente... mexeu com esta nação rubro-negra brasileira, e foi uma euforia muito grande, 40 milhões de torcedores muito alegres, entusiasmados. Você sabe que a gente tem nossas mazelas, nossas dificuldades, nossos clamores, nossas injustiças, nossas desigualdades, mas o futebol nos une em parte, porque realmente é um esporte das multidões, e nós gostamos do futebol, cada um torce pelo seu time – eu torço pelo Flamengo e fiquei muito feliz com essa vitória na Libertadores.

Mas eu quero começar este pronunciamento para falar do time, do futebol, e faço isso, porque o título deste discurso é o “Brasil que tem CEP”. CEP é aquele endereço postal dos Correios. Todos nós, vocês que estão aqui e quem está me ouvindo, moramos num lugar que tem CEP, uma identificação postal.

Então, o Brasil é um país que tem CEP, isto é, ele conversa diretamente com aquilo que o futebol nos ensina: quando há estrutura, quando há base, quando há organização, até um menino da rua esburacada tem chance de vencer. Assim também são os jogadores de futebol: grande parte são pessoas muito simples, meninos pobres, que desenvolvem esta habilidade, este reflexo cerebral de pegar uma bola e jogar a bola onde ele quer, e isso não é fácil. Você estar ali jogando e imaginar... Aquilo é uma decisão de segundos. E joga aquela bola lá para o companheiro ou chuta a gol. Então, são reflexos de uma capacidade, um talento inato da pessoa.

Quando um clube é sério, quando ele tem gestão, planejamento, base estruturada, nutrição adequada, psicólogos, treinadores competentes, um sistema claro de evolução do menino pobre, aquele que treina no chão batido, aquele que sonha com uma chuteira nova, aquele que dribla com dificuldades desde cedo encontra uma oportunidade real de mudar o seu próprio destino. O talento ele já tinha, e faltava a estrutura de um time. Foi a oportunidade que transformou o caminho de cada atleta no mundo inteiro.

E é exatamente aí que começa a reflexão sobre o Brasil que tem CEP. Um país só cria oportunidades quando entrega base sólida, quando dá condições reais, quando reconhece seus jovens como cidadãos inteiros; não pela região onde nasceram, mas pelo projeto de país que os abraça.

O Brasil vive um momento tenso. O cidadão sente que a vida ficou difícil demais, e, por vezes, parece que o país perdeu o compasso. Há uma distância crescente entre o que as pessoas precisam e o que as pessoas realmente conseguem receber. E nada ameaça tanto uma nação quanto o sentimento de abandono.

Hoje, no Brasil, o Código de Endereçamento Postal (CEP) ainda define o tamanho da cidadania da pessoa, e é essa uma ferida que não fecha. Existem brasileiros tratados como mais ou menos brasileiros, de acordo com o endereço onde nasceram – essa desigualdade geográfica que fere, que divide, que humilha e que não pode ser normalizada.

Eu venho de Rondônia e, quando percorro aldeias, comunidades ribeirinhas, ramais quase intransitáveis, periferias esquecidas, o que eu encontro são brasileiros completos, dignos, trabalhadores, mas que recebem do Estado apenas algumas migalhas, como se vivessem em regiões sem o Código de Endereçamento Postal, sem o CEP. Vejo jovens indígenas com sede de conhecimento.

Eu fiquei muito satisfeito – aqui eu abro um parêntese – quando, na semana passada, o Presidente



Lula lançou a universidade para as comunidades, para os povos indígenas.

Eu achei, assim, o máximo, uma universidade aqui, em Brasília, dedicada especialmente à manutenção das tradições, das línguas, das culturas das comunidades indígenas brasileiras. Uma homenagem extremamente gratificante, uma homenagem grandiosa para o povo brasileiro como um todo, porque, se analisarmos a genética nossa, nós vamos ver que essa mestiçagem brasileira é composta de sangue europeu, de genes europeus, indígenas, negros, e nós somos, antes de tudo, mestiços. Essa mestiçagem é que dá essa beleza ao povo brasileiro.

Vejo filhos de agricultores com sonhos maiores que as estradas que precisam enfrentar e que seguem sem CEP. Vejo mães que fazem milagres para que os filhos estudem, comam, cresçam, lutando todos os dias para aproximá-los daqueles que têm um código melhor. Essas pessoas não pedem favor; elas pedem justiça, elas pedem presença do Estado, elas pedem reconhecimento, elas pedem que o Brasil olhe para elas com o mesmo respeito com que olha para qualquer grande centro urbano, aqueles que têm um CEP diferenciado e especial.

Fala-se muito em futuro neste país, futuro promissor, futuro tecnológico, futuro moderno, mas para milhões de brasileiros esse futuro nunca chega, e não chega porque falta dignidade no presente.

Quando não falo em presente, não falo de milagres, falo de funcionamento. A escola que ensina e acolhe, a saúde que atende e resolve, a infraestrutura que liga dois pontos e protege, a cultura que amplia horizontes, o saneamento que evita doenças, a segurança que dá a paz, o trabalho que garante a autonomia. É no cotidiano que o país se constrói, é na vida real que o Brasil precisa estar presente. Eu já ouvi muitas promessas de modernização durante toda a minha vida, mas aprendi que modernizar não é importar máquinas; é incluir pessoas – isso que é modernização. É garantir que ninguém fique para trás – esse é o grande objetivo. O que um jovem brasileiro quer não é milagre; ele quer coerência, previsibilidade, oportunidade real; é saber que, se ele estudar, se ele trabalhar, se ele fizer a parte dele, o Estado também fará a sua parte.

E volto ao futebol, porque o exemplo é simples e poderoso. Um clube sério não promete título; promete estrutura, promete formação, promete trabalho diário, promete caminho para os seus atletas e para os seus torcedores. E o caminho é que cria o talento.

O Brasil precisa oferecer aos seus jovens exatamente isto: um caminho possível, um ambiente fértil, um projeto nacional claro, que diga: “Você tem valor, você tem direitos, você tem um lugar neste país”. O jovem que sente que o Brasil desistiu dele desiste do Brasil também, mas o jovem que se sente visto levanta o país inteiro. E é isso que precisamos garantir, não para o futuro, mas para o presente que está acontecendo.

Senhoras e senhores, nenhuma nação se torna soberana sem cuidar integralmente da sua gente. A Amazônia não será protegida enquanto os amazônidas forem esquecidos; o Brasil não será integrado enquanto o brasileiro for dividido pelo Código de Endereçamento Postal, pelo CEP; e a esperança não voltará enquanto o Estado não voltar para perto das pessoas.

A minha missão aqui é contribuir para isso, para que o Brasil reencontre o seu projeto, a sua unidade, a sua dignidade, e para que cada jovem, do Oiapoque ao Chuí, da Zona Leste de São Paulo às margens do Rio Madeira, lá no Estado de Rondônia, possa levantar a cabeça e dizer: “Eu sou o Brasil, o Brasil acredita em mim; agora eu tenho o endereço, um código postal que não me discrimina, que não me elimina, que não me desqualifica. Agora, finalmente, eu vou vencer”.

É esse o meu discurso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Presidente Confúcio Moura.



V. Exa., brilhante como sempre, deu uma aula para todo o Brasil; mostrou qual é o caminho.

E V. Exa., com uma inteligência, que eu diria, especialíssima... V. Exa. começou falando do futebol – eu também sou flamenguista, viu? –, do jogo do Flamengo e do Palmeiras, daquele gol magnífico, em que aquele zagueirão foi lá no terceiro andar, cabeceou e liquidou o jogo. E V. Exa. buscou o exemplo do futebol e terminou na linha da educação, do conhecimento, do saber, da formação, para que qualquer brasileiro, esteja onde estiver – se estiver lá em Manaus, se estiver lá no meu Rio Grande do Sul, se estiver no seu estado, enfim –, acredite que pode chegar.

Nós chegamos aqui; o Flamengo chegou lá, pela quarta vez, se eu não me engano. Pela quarta vez campeão da América, da Libertadores, né? Da Libertadores.

Isso que eu joguei futebol quando era moleque, viu?

Eu só quero cumprimentá-lo com muito carinho e dizer que sempre é uma alegria ouvir V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone.*)
– Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.)
– Hoje deu mais uma aula.

Registramos a presença, na galeria, dos alunos do curso de Relações Internacionais da Ânima Educação, do Rio de Janeiro.

Aceitem as nossas palmas e sejam sempre bem-vindos aqui. (*Palmas.*)

Como disse o Senador Confúcio, hoje é uma segunda-feira, e a maioria dos Parlamentares está em atividade nos seus estados; outros, por motivos próprios e que os levaram... Eu vim fazer um balanço de uma atividade que eu tive no Rio Grande do Sul e por isso eu estou aqui, mas eu queria que vocês soubessem que, na terça, quarta e quinta, é o espaço de mais agitação aqui.

Agitação no bom sentido, né? Plenário lotado, o embate político é duro, e sempre um embate que eu entendo que tem que ser firme, corajoso, mas respeitoso, né? Respeitar os que pensam diferente. Assim que nós vamos construir um país para todos.

Sejam bem-vindos!

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões para amanhã, terça-feira: sessão especial, às 10h, destinada a comemorar os dez anos de atuação da Liga do Bem, que fez, inclusive, um belíssimo trabalho no Rio Grande do Sul – levaram jamantas e jamantas de doações do Brasil todo para lá, naquela época das enchentes.

Teremos também sessão deliberativa ordinária, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Enfim, cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

Muito obrigado a todos.

(*Levanta-se a sessão às 14 horas e 44 minutos.*)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Abertura de Prazos



As seguintes matérias vão às Comissões competentes em decisão terminativa, nos termos do art. 91, §1º, IV, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno:

Matéria	Ementa	Despacho
PL 2586/2024	Reconhece como manifestação da cultura nacional o Festival de Inverno de Garanhuns, realizado no Município de Garanhuns, no Estado de Pernambuco.	CE (DT)
PL 2587/2024	Reconhece como manifestação da cultura nacional o evento Encantos do Natal, realizado no Município de Garanhuns, no Estado de Pernambuco.	CE (DT)

Prazo: de 02/12/2025 a 08/12/2025.



As seguintes matérias vão às Comissões competentes em decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno:

Matéria	Ementa	Despacho
PL 5761/2025	Denomina o Instituto Federal de Educação do Amazonas – Campus Tefé – como “Instituto Federal de Educação do Amazonas Professora Virgilina Façanha Mendes”.	CE (DT)
PL 5868/2025	Dispõe sobre os direitos de pessoas com diabetes mellitus tipo 1 e sobre ações voltadas à promoção de sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.	CDH/CAS (DT)

Prazo: de 02/12/2025 a 08/12/2025.



Comunicações





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Daniella Ribeiro

Ofício nº 199/2025 - GSDRIBEI

Assunto: Comunicação de ausência do País.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 29/11/2025 a 01/12/2025.

Atenciosamente,

Senadora Daniella Ribeiro
(PP - PB)



Assinado eletronicamente, por Sen. Daniella Ribeiro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8628702059>





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do Partido Liberal

SF/25334.76382-00

Ofício nº 035/2025 - GLPL

Brasília, 1º de dezembro de 2025

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Davi Alcolumbre**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Comunicação de afastamento da Liderança do PL e, em substituição,
indicação do exercício ao Vice-Líder.

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, comunico a Vossa Excelência que estarei afastado da Liderança do Partido Liberal no período de 3 a 8 de dezembro de 2025, em razão de missão no exterior.

Neste período de minha ausência, o Senador Izalci Lucas, Vice-Líder do PL, ocupará a Liderança do Partido.

Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para renovar votos de elevada consideração e apreço.

Respeitosamente,

Senador **CARLOS PORTINHO**
Líder do Partido Liberal

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Filinto Müller – Gabinete 06 – 70.165-900 – Brasília/DF
Telefone: +55 (61) 3303.1218



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3933417755>



Encaminhamentos



As seguintes matérias vão às Comissões competentes do despacho:

Matéria	Ementa	Despacho
PEC 37/2025	Altera o Título VII, Capítulo I, da Constituição Federal, para incluir o art. 170-A, dispondo sobre os princípios da eficiência produtiva e da alocação eficiente de recursos na Ordem Econômica.	CCJ
PLP 124/2022 (Substitutivo-CD)	Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), a fim de estabelecer normas gerais sobre solução de controvérsias, consensualidade e processo administrativo em matéria tributária e aduaneira; e altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.	CCJ/CAE
PL 2447/2022	Altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, para dispor sobre a especialidade de polícia judicial no âmbito das carreiras do quadro permanente de servidores do Poder Judiciário.	CCJ
PL 2911/2022	Autoriza o Poder Executivo federal, por meio do Ministério da Defesa, a doar materiais de natureza militar do Comando do Exército para a República do Paraguai.	CRE
PL 4357/2023	Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para delimitar os critérios de verificação do cumprimento da função social da propriedade e da propriedade produtiva.	CMA/CRA
PL 4488/2023	Institui a Política Nacional de Prevenção ao Assoreamento de Rios por meio da	CMA



	Recomposição de Matas Ciliares e do Controle da Erosão.	
PL 5063/2023	Institui a Política Nacional de Apoio e de Prevenção à Estafa Mental ou Burnout relacionados à Maternidade.	CAS
PL 1707/2024	Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para autorizar a utilização de recursos do crédito rural por cooperativas de geração compartilhada constituídas por produtores rurais beneficiários do crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, para incluir cooperativas de geração compartilhada entre as entidades elegíveis à garantia de risco às operações de crédito do Fundo Garantidor de Operações (FGO), e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, para reservar valores a serem destinados à concessão de garantias a operações de crédito para cooperativas de geração compartilhada em projetos de construção de usinas de microgeração e de minigeração de energia fotovoltaica; e institui o Programa Nacional de Desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais de Base Agroecológica (PROSAFs) e o Programa Nacional de Florestas Produtivas.	CRA/CAE
PL 1881/2025	Cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento do Acesso à Justiça, Promoção dos Direitos Fundamentais e Estruturação da Defensoria Pública da União.	CCJ



Apresentada a Indicação nº 84, de 2025, da Senadora Mara Gabrilli, *sugerindo ao Ministério da Educação que revise a matriz de competências da residência médica em Otorrinolaringologia, para incluir orientações sobre a indicação criteriosa de cirurgias nasais e os riscos associados à Síndrome do Nariz Vazio.*

A indicação será encaminhada nos termos regimentais.



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 167, DE 2025

Aprova os textos do Protocolo de 1992 à Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC PROT 1992) e das Emendas ao CLC PROT 1992, adotadas pela Resolução LEG.1(82), de 18 de outubro de 2000.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2892140&filename=PDL-167-2025



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 167/2025 [1 de 25]



Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova os textos do Protocolo de 1992 à Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC PROT 1992) e das Emendas ao CLC PROT 1992, adotadas pela Resolução LEG.1(82), de 18 de outubro de 2000.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam aprovados os textos do Protocolo de 1992 à Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC PROT 1992) e das Emendas ao CLC PROT 1992, adotadas pela Resolução LEG.1(82), de 18 de outubro de 2000.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em denúncia ou revisão dos referidos Protocolo e Emendas, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 26 de novembro de 2025.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Avulso do PDL 167/2025 [2 de 25]

3054565

Data do Documento: 28/11/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 323/2025/SGM-P

Brasília, 26 de novembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de Projeto de Decreto Legislativo para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2025, (Mensagem nº 1057/2024, do Poder Executivo), que “Aprova os textos do Protocolo de 1992 à Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC PROT 1992) e das Emendas ao CLC PROT 1992, adotadas pela Resolução LEG.1(82), de 18 de outubro de 2000”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?>

Avulso do PDL 167/2025 [3 de 25]

3054566

Apresentação: 10/09/2024 20:37:00.000 - Mesa

MSC n.1057/2024

MENSAGEM Nº 1.057

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ministro de Estado da Defesa e Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, os textos do Protocolo de 1992 à Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC PROT 1992) e das Emendas ao CLC PROT 1992, adotadas pela Resolução LEG.1(82), de 18 de outubro de 2000.

Brasília, 9 de setembro de 2024.



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 167/2025 [4 de 25]



Apresentação: 10/09/2024 20:37:00.000 - Mesa

MSC n.1057/2024

EMI nº 00131/2024 MRE MD MMA

Brasília, 28 de Junho de 2024

Senhor Presidente da República,

Submetemos à sua elevada consideração, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha os textos do Protocolo de 1992 à Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC PROT 1992) e das Emendas ao CLC PROT 1992, adotadas pela Resolução LEG.1(82), de 18 de outubro de 2000.

2. A Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC 69) foi adotada pela Organização Marítima Internacional (IMO) em 29 de novembro de 1969, tendo entrado em vigor em 19 de junho de 1975. No Brasil, essa Convenção foi aprovada pelo Decreto Legislativo (DL) nº 74, publicado no DOU em 4 de outubro de 1976. Em 17 de dezembro de 1976, o Governo brasileiro depositou junto à IMO o correspondente instrumento de ratificação, tendo a CLC 69 entrado em vigor para o Brasil em 17 de março de 1977. A CLC 69 foi promulgada pelo Decreto nº 79.437, de 28 de março de 1977.

3. Posteriormente, em 27 de novembro de 1992, a IMO adotou o Protocolo de 1992 à CLC 69 (CLC PROT 1992), em vigor desde 30 de maio de 1996. Em 18 de outubro de 2000, o Comitê Jurídico (LEG) da IMO aprovou emendas a esse CLC PROT 1992, por meio da Resolução LEG.1(82), em vigor desde 1º de novembro de 2003 para todos os Estados-partes do referido CLC PROT 1992.

4. O CLC PROT 1992, atualizado com a Resolução LEG.1(82), aumentou os limites indenizatórios de responsabilidade de proprietários de navios petroleiros nos casos de acidentes com poluição por derramamento de óleo, bem como ampliou o espaço marítimo aplicável para fins de responsabilidade civil nos referidos casos, passando a incluir, além do mar territorial, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE).

5. Atualmente, a CLC 1969, no seu texto original, continua em vigor para 32 (trinta e dois) países, incluindo o Brasil, ao passo que o CLC PROT 1992, já atualizado com a Resolução LEG.1(82), está em vigor para 144 (cento e quarenta e quatro) países.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 167/2025 [5 de 25]



Apresentação: 10/09/2024 20:37:00.000 - Mesa

MSC n.1057/2024

6. Convém, por meio da ratificação do CLC PROT 1992 e da Resolução LEG.1(82), incluir o Brasil no mais atualizado regime jurídico internacional de indenização por danos causados por derramamento de óleo.

7. À luz do exposto, e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Artigo 84, inciso VIII, combinado com o Artigo 49, inciso I da Constituição Federal, submetemos-lhe o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autênticas do Protocolo de 1992 à Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC PROT 1992) e das Emendas ao CLC PROT 1992 adotadas pela Resolução LEG.1(82), de 18 de outubro de 2000.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira, José Múcio Monteiro Filho, Marina Silva

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 167/2025 [6 de 25]

* C D 2 4 3 4 1 9 5 6 9 2 0 0 *



Apresentação: 10/09/2024 20:37:00.000 - Mesa

MSC n.1057/2024



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 167/2025 [7 de 25]



Apresentação: 10/05/2024 20:37:00.000 - Mesa

MSC n.1057/2024

PROTOCOLO DE 1992
QUE EMENDA A CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE RESPONSABILIDADE CIVIL
EM DANOS CAUSADOS POR POLUIÇÃO POR ÓLEO, 1969

AS PARTES DO PRESENTE PROTOCOLO,

HAVENDO CONSIDERADO a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, 1969, e o seu Protocolo de 1984,

TENDO NOTADO que o Protocolo de 1984 àquela Convenção, que lhe proporciona maior abrangência e aumento de compensação, não entrou em vigor,

AFIRMANDO a importância de manter-se a viabilidade do sistema internacional de responsabilidade e compensação por poluição por óleo,

ATENTAS à necessidade de assegurar a entrada em vigor do contido no Protocolo de 1984 o mais breve possível,

RECONHECENDO que são necessárias disposições especiais relativas à introdução das emendas correspondentes na Convenção Internacional para Estabelecimento de um Fundo Internacional de Compensação de Danos por Poluição por Óleo, 1971,

CONCORDAM no que se segue:



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 167/2025 [8 de 25]



Artigo 1

A Convenção emendada pelas disposições deste Protocolo é a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, 1969, doravante referida como a "Convenção de Responsabilidade, 1969". Para os Estados-partes do Protocolo de 1976 à Convenção de Responsabilidade, 1969, tal referência deve ser entendida como incluindo a Convenção de Responsabilidade, 1969, como emendada por aquele Protocolo.

Artigo 2

O Artigo I da Convenção de Responsabilidade, 1969, fica emendado como se segue:

1. O parágrafo 1 é substituído pelo seguinte texto:

1. "Navio" significa toda embarcação marítima e engenho marítimo flutuante, de qualquer tipo, construído ou adaptado para o transporte de óleo a granel como carga, sob condição de que um navio que puder transportar óleo e, outras cargas deva ser considerado como tal somente quando estiver transportando efetivamente óleo a granel como carga e durante qualquer viagem efetuada em continuação a tal transporte, a menos que seja provado que não existem a bordo resíduos de óleo a granel objeto do mencionado transporte.

2. O parágrafo 5 é substituído pelo seguinte texto:

5. "Óleo" significa qualquer óleo hidrocarboneto persistente de origem mineral, como petróleo bruto, óleo combustível, óleo diesel pesado e óleo lubrificante, seja transportado a bordo de um navio como carga, ou nos tanques de combustível desse navio.

3. O parágrafo 6 é substituído pelo seguinte texto:

6. "Dano por poluição" significa:

(a) perda ou dano, causados fora do navio, por contaminação resultante do derrame ou descarga de óleo do navio, onde quer que esse derrame ou descarga ocorra, sob condição de que a compensação por deterioração ambiental, à parte da perda de lucros decorrente de tal deterioração, deva ser limitada aos custos das medidas razoáveis de restauração efetivamente executadas ou a serem executadas;

(b) os custos de medidas preventivas e ulteriores perdas ou danos causados por medidas preventivas.

4. O parágrafo 8 é substituído pelo seguinte texto:

8. "Incidente" significa todo fato, ou sucessão de fatos que tenham a mesma origem, que causem danos por poluição ou criem uma grave e iminente ameaça de causar tal dano.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 167/2025 [9 de 25]



5. O parágrafo 9 é substituído pelo seguinte texto:

9. "Organização" significa a Organização Marítima Internacional.

6. Após o parágrafo 9, é inserido um novo parágrafo, com o seguinte texto:

10. "Convenção de Responsabilidade, 1969," significa a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, 1969. Para os Estados-partes do Protocolo de 1976 àquela Convenção, o termo deve ser considerado como abrangendo a Convenção de Responsabilidade, 1969, tal como emendada por aquele Protocolo.

Artigo 3

O artigo II da Convenção de Responsabilidade, 1969, é substituído pelo seguinte texto:

Esta Convenção se aplicará exclusivamente:

(a) a dano por poluição causado:

(i) no território, incluindo o mar territorial, de um Estado Contratante, e

(ii) na zona econômica exclusiva de um Estado Contratante, estabelecida de acordo com o direito internacional, ou, se um Estado Contratante não houver estabelecido tal zona, em uma área além e adjacente ao mar territorial daquele Estado, determinada por aquele Estado de acordo com o direito internacional e não se estendendo a mais do que 200 milhas náuticas das linhas de base a partir das quais é medido seu mar territorial;

(b) a medidas preventivas, onde quer que forem tomadas, para impedir ou minimizar tal dano.

Artigo 4

O artigo III da Convenção de Responsabilidade, 1969, fica emendado como se segue:

1. O parágrafo 1 é substituído pelo seguinte texto:

1. Salvo como disposto nos parágrafos 2 e 3 deste artigo, o proprietário de um navio no momento do incidente ou, se o incidente consistir de uma sucessão de fatos, no momento do primeiro de tais fatos, será responsável por qualquer dano por poluição causado pelo navio como resultado do incidente.

2. O parágrafo 4 é substituído pelo seguinte texto:

4. Nenhuma reclamação de compensação por dano por poluição poderá ser formulada contra o proprietário de outro modo que não seja de conformidade com a presente Convenção. Ressalvado o disposto no parágrafo 5 deste artigo, nenhuma reclamação de compensação por dano por poluição, fundamentada nesta

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 167/2025 [10 de 25]



Convenção ou de outro modo, poderá ser formulada contra:

- (a) os servidores ou agentes do proprietário ou os membros da tripulação;
- (b) o prático ou qualquer outra pessoa que, sem ser um membro da tripulação, desempenha serviços para o navio;
- (c) qualquer afretador (de qualquer forma como seja descrito, incluindo um afretador a casco nu), administrador ou operador de navio;
- (d) qualquer pessoa desempenhando operações de salvamento, com o consentimento do proprietário ou seguindo instruções de uma autoridade pública competente;
- (e) qualquer pessoa tomando medidas preventivas;
- (f) todos os empregados ou agentes das pessoas mencionadas nos subparágrafos (c), (d) e (e); a menos que o dano tenha resultado da ação ou omissão de tais pessoas e que estas tenham agido com intenção de causá-lo, ou negligentemente e sabendo que tal dano provavelmente se produziria.

Artigo 5

O artigo IV da Convenção de Responsabilidade, 1969, é substituído pelo seguinte texto:

Quando ocorrer um incidente envolvendo dois ou mais navios e dele resultarem danos por poluição, os proprietários de todos os navios implicados, a menos que isentos ao abrigo do disposto no artigo III, serão solidariamente responsáveis por qualquer dano que não puder ser razoavelmente divisível.

Artigo 6

O artigo V da Convenção de Responsabilidade, 1969, fica emendado como se segue:

1. O parágrafo 1 é substituído pelo seguinte texto:

1. O proprietário de um navio tem o direito de limitar sua responsabilidade, nos termos da presente Convenção, em relação a qualquer incidente, a um montante total calculado como se segue:

- (a) 3 milhões de unidades de conta para um navio cuja arqueação não exceda 5.000 unidades de arqueação;
- (b) para um navio com arqueação que exceda o acima estipulado, para cada unidade de arqueação adicional, 420 unidades de conta, em adição ao montante mencionado no subparágrafo (a); ressalvado, contudo, que este montante total não pode exceder, em nenhum caso, 59,7 milhões de unidades de conta.

2. O parágrafo 2 é substituído pelo seguinte texto:

2. O proprietário não terá o direito de limitar sua responsabilidade nos termos desta Convenção, se for provado que o dano por poluição resultou de ação ou omissão pessoal sua, cometida com a intenção de causar tal dano, ou com negligência e sabendo que tal dano provavelmente se produziria.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 167/2025 [11 de 25]



3. O parágrafo 3 é substituído pelo seguinte texto:

3. Para aproveitar-se do benefício de limitação estipulado no parágrafo 1 deste artigo, o proprietário deverá constituir um fundo, na soma total que representa o limite de sua responsabilidade, junto ao Tribunal ou outra autoridade competente de qualquer um dos Estados Contratantes, no qual a ação judicial foi iniciada com fundamento no artigo IX, ou, se não houver nenhuma ação iniciada, junto a qualquer Tribunal ou outra autoridade competente, em qualquer um dos Estados Contratantes no qual uma ação puder ser iniciada com fundamento no artigo IX. O fundo pode ser constituído pelo depósito da soma ou por prestação de uma garantia bancária ou outra garantia, aceitável pela Legislação do Estado Contratante onde o fundo for constituído, e que seja considerada adequada pelo Tribunal ou por outra autoridade competente.

4. O parágrafo 9 é substituído pelo seguinte texto:

9(a). A "unidade de conta" mencionada no parágrafo 1 deste artigo é o Direito Especial de Saque como definido pelo Fundo Monetário Internacional. Os montantes mencionados no parágrafo 1 deverão ser convertidos em moeda nacional, tomando como base o valor desta moeda em relação ao Direito Especial de Saque na data da constituição do fundo mencionado no parágrafo 3. O valor da moeda nacional, em relação ao Direito Especial de Saque, para um Estado Contratante que seja membro do Fundo Monetário Internacional, deverá ser calculado de acordo com o método de avaliação aplicado pelo Fundo Monetário Internacional, em vigor na data em questão, para suas operações e transações. O valor da moeda nacional, em relação ao Direito Especial de Saque, para um Estado Contratante que não seja membro do Fundo Monetário Internacional, deverá ser calculado do modo determinado por este Estado.

9(b). Não obstante, um Estado Contratante que não seja membro do Fundo Monetário Internacional e cuja legislação não permita a aplicação das disposições do parágrafo 9(a) pode, quando da ratificação, aceitação, aprovação ou adesão a esta Convenção ou a qualquer tempo posterior, declarar que a unidade de conta mencionada no parágrafo 9(a) será igual a 15 francos-ouro. O franco-ouro mencionado neste parágrafo corresponde a sessenta e cinco miligramas e meio de ouro a título de novecentos milésimos de pureza. A conversão do franco-ouro em moeda nacional será feita de acordo com a legislação do Estado afetado por este parágrafo.

9(c). O cálculo mencionado na última sentença do parágrafo 9(a) e a conversão mencionada no parágrafo 9(b) deverão ser feitos de tal modo que expressem, na moeda nacional do Estado Contratante, tanto quanto possível, o mesmo valor real para os montantes mencionados no parágrafo 1, que aquele que resultaria da aplicação das primeiras três sentenças do parágrafo 9(a). Os Estados Contratantes deverão comunicar ao depositário o método de cálculo seguido em conformidade com o disposto no parágrafo 9(a) ou o resultado da conversão estabelecida no parágrafo 9(b), conforme seja o caso, ao depositar um instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão a esta Convenção e sempre que houver mudança

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 167/2025 [12 de 25]



no método de cálculo ou no resultado de conversão.

5. O parágrafo 10 é substituído pelo seguinte texto:

10. Para os fins do presente artigo, a arqueação do navio deve ser a arqueação bruta, calculada de acordo com as regras de medição de arqueação contidas no Anexo I da Convenção Internacional sobre Arqueação de Navios, 1969.

6. A segunda sentença do parágrafo 11 é substituída pelo seguinte texto:

Tal fundo pode ser constituído mesmo se, em virtude do disposto no parágrafo 2, o proprietário não tiver o direito de limitar sua responsabilidade, mas sua constituição, neste caso, não deverá prejudicar os direitos de qualquer reclamante contra o proprietário.

Artigo 7

O artigo VII da Convenção de Responsabilidade, 1969, fica emendado como se segue:

1. As primeiras duas sentenças do parágrafo 2 são substituídas pelo seguinte texto:

Um certificado, atestando que um seguro ou outra garantia financeira está em vigor, em consonância com as disposições desta Convenção, será emitido para cada navio, depois que a autoridade competente de um Estado Contratante tenha estabelecido que foi dado cumprimento aos requisitos do parágrafo 1. Para o navio registrado num Estado Contratante, tal certificado deve ser emitido ou certificado pela autoridade competente do Estado de registro do navio; para o navio não registrado num Estado Contratante, o certificado pode ser emitido ou referendado pela autoridade competente de qualquer Estado Contratante.

2. O parágrafo 4 é substituído pelo seguinte texto:

4. O certificado deverá ser levado a bordo do navio e uma cópia deve ser depositada com as autoridades responsáveis pelo registro do navio ou, se o navio não for registrado em um Estado Contratante, com as autoridades do Estado que emitiu ou reconheceu o certificado.

3. A primeira sentença do parágrafo o é substituída pelo seguinte texto:

Os certificados emitidos ou reconhecidos sob a autoridade de um Estado Contratante, de acordo com o disposto no parágrafo 2, serão aceitos por outros Estados Contratantes, para os fins desta Convenção, e deverão ser considerados por outros Estados Contratantes como tendo o mesmo valor que os certificados por eles mesmos emitidos ou reconhecidos, mesmo se emitidos ou reconhecidos

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 167/2025 [13 de 25]



para um navio não registrado em um Estado Contratante.

4. Na segunda sentença do parágrafo 7, as palavras "com um Estado de registro do navio" são substituídas por "com um Estado emissor ou reconhecedor de certificado".

5. A segunda sentença do parágrafo 8 é substituída pelo seguinte texto:

Em tal caso, o demandado pode, mesmo se o proprietário não tiver o direito de limitar sua responsabilidade nos termos do parágrafo 2 do artigo V, beneficiar-se dos limites de responsabilidade previstos no parágrafo 1 do artigo V.

Artigo 8

O artigo IX da Convenção de Responsabilidade, 1969, fica emendado como se segue:

O parágrafo 1 é substituído pelo seguinte texto:

1. Quando um incidente houver causado dano por poluição no território, incluindo o mar territorial ou a área mencionada no artigo II, de um ou mais Estados Contratantes, ou tiverem sido tomadas medidas preventivas para impedir ou minimizar o dano por poluição nesse território, incluindo o mar territorial ou a área, as ações para indenização somente poderão ser impetradas nos tribunais desse ou desses Estados Contratantes. Deve ser informada ao demandado, de forma razoável, a existência de tais ações.

Artigo 9

Em seqüência ao artigo XII da Convenção de Responsabilidade Civil, 1969, ficam inseridos dois artigos, como se segue:

Artigo XII - bis

Disposições transitórias

As seguintes disposições transitórias devem aplicar-se, no caso de um Estado que, no momento de um incidente, for simultaneamente Parte desta Convenção e da Convenção de Responsabilidade, 1969:

(a) quando um incidente tiver causado danos por poluição, compreendidos dentro do âmbito desta Convenção, a responsabilidade ao abrigo desta Convenção será considerada como satisfeita, se e na medida em que também se der em virtude da Convenção de Responsabilidade, 1969;

(b) quando um incidente tiver causado danos de poluição, ao abrigo desta Convenção, e o Estado for simultaneamente Parte desta Convenção e da Convenção Internacional para o Estabelecimento de um Fundo Internacional de Compensação de Danos por Poluição por Óleo, 1971, a responsabilidade

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 167/2025 [14 de 25]



remanescente, após a aplicação do subparágrafo (a) deste artigo, só se dará, em virtude da presente Convenção, na medida em que continuem a existir danos por poluição sem compensação após a aplicação da mencionada Convenção de 1971;

(c) na aplicação do parágrafo 4 do artigo III desta Convenção, a expressão "esta Convenção" deve ser interpretada como se referindo a esta Convenção ou à Convenção de Responsabilidade, 1969, como aplicável;

(d) na aplicação do parágrafo 3 do artigo V desta Convenção, o montante total do fundo a ser constituído deverá ser subtraído da quantia que satisfaça a responsabilidade, de acordo com o subparágrafo (a) deste artigo.

Artigo XII – ter Cláusulas finais

As cláusulas finais desta Convenção serão os artigos 12 a 18 do Protocolo de 1992 para emendar a Convenção de Responsabilidade, 1969. As referências nesta Convenção a Estados Contratantes deverão ser entendidas como significando referências aos Estados Contratantes daquele Protocolo.

Artigo 10

O modelo de certificado anexado à Convenção de Responsabilidade, 1969, é substituído pelo modelo anexado a este Protocolo.

Artigo 11

1. A Convenção de Responsabilidade, 1969, e este Protocolo deverão ser lidos e interpretados, entre as Partes deste Protocolo, como um único instrumento.

2. Os artigos I a XII-ter, incluindo o modelo de certificado da Convenção de Responsabilidade, 1969, como emendados por este Protocolo deverão ser conhecidos como a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, 1992 (Convenção de Responsabilidade, 1992).

CLÁUSULAS FINAIS

Artigo 12

Assinatura, ratificação, aceitação, aprovação e adesão

1. O presente Protocolo estará aberto à assinatura em Londres, de 15 de janeiro de 1993 a 14 de janeiro de 1994, por todos os Estados.

2. Observado o disposto no parágrafo 4, qualquer Estado pode tornar-se Parte deste Protocolo, por meio de:

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 167/2025 [15 de 25]



Aplicação: 10/09/2024 20:37:00.000 - Mesa

MSC n.1057/2024

- (a) assinatura sujeita a ratificação, aceitação ou aprovação, seguida de ratificação, aceitação ou aprovação, ou
- (b) adesão.

3. A ratificação, aceitação, aprovação ou adesão serão efetuadas pelo depósito de um instrumento formal para tal fim, junto ao Secretário-Geral da Organização.

4. Qualquer Estado Contratante da Convenção Internacional para Estabelecimento de um Fundo Internacional de Compensação de Danos por Poluição por Óleo, 1971, doravante referida como a Convenção do Fundo, 1971, poderá ratificar, aceitar, aprovar ou aderir a este Protocolo somente se, simultaneamente, ratificar, aceitar, aprovar ou aderir ao Protocolo de 1992 para emendar aquela Convenção, a menos que denuncie a Convenção do Fundo, 1971, com efeito na data em que este Protocolo entrar em vigor para aquele Estado.

5. Um Estado que for Parte deste Protocolo, mas não Parte da Convenção de Responsabilidade, 1969, estará obrigado às disposições da Convenção de Responsabilidade, 1969, como emendada por este Protocolo, perante outros Estados Partes deste Protocolo, mas não estará obrigado às disposições da Convenção de Responsabilidade, 1969, perante os Estados Partes da referida Convenção.

6. Qualquer instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, depositado após a entrada em vigor de uma emenda à Convenção de Responsabilidade, 1969, como emendada por este Protocolo, será entendido como se referindo à Convenção emendada por este Protocolo, tal como modificada pela mencionada emenda.

Artigo 13

Entrada em vigor

1. Este Protocolo entrará em vigor doze meses após a data em que dez Estados, incluindo quatro Estados com, cada qual, pelo menos, um milhão de unidades de arqueação bruta em navios-tanque, tiverem depositado instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão junto ao Secretário-Geral da Organização.

2. Não obstante, qualquer Estado Contratante da Convenção do Fundo, 1971, poderá, no momento do depósito do instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão a este Protocolo, declarar que tal instrumento deve ser entendido como não sendo efetivo para os fins deste artigo até o fim do período de seis meses previsto no artigo 31 do Protocolo de 1992 para emendar a Convenção do Fundo, 1971. Um Estado que não for um Estado Contratante da Convenção do Fundo, 1971, mas que depositar um instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão ao Protocolo de 1992 para emendar a Convenção do Fundo, 1971, poderá também fazer, ao mesmo tempo, uma declaração em conformidade

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 167/2025 [16 de 25]



com o disposto neste parágrafo.

3. Qualquer Estado que tenha feito uma declaração, em conformidade com o disposto no parágrafo precedente, poderá retirá-la a qualquer tempo, por meio de uma notificação endereçada ao Secretário-Geral da Organização. Toda retirada assim notificada produzirá efeito na data do recebimento da notificação, desde que tal Estado seja considerado como havendo depositado seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão a este Protocolo na mesma data.

4. Para qualquer Estado que o ratifique, aceite, aprove ou adira a este Protocolo, nas condições do parágrafo 1, depois que as condições para sua entrada em vigor tenham sido atendidas, este Protocolo entrará em vigor doze meses após a data de depósito do instrumento apropriado pelo referido Estado.

Artigo 14

Revisão e emenda

1. Para os fins da revisão ou introdução de emendas à Convenção de Responsabilidade, 1992, a Organização poderá convocar uma Conferência.
2. A Organização convocará uma Conferência de Estados Contratantes com a finalidade de rever ou introduzir emendas à Convenção de Responsabilidade, 1992, mediante solicitação de não menos de um terço dos Estados Contratantes.

Artigo 15

Emendas de montantes de limitação

1. Mediante solicitação de pelo menos um quarto dos Estados Contratantes, qualquer proposta para emendar os limites de responsabilidade estabelecidos no parágrafo 1 do artigo V da Convenção de Responsabilidade, 1969, como emendada por este Protocolo, deverá ser circulada pelo Secretário-Geral a todos os Membros da Organização e a todos os Estados Contratantes.
2. Toda emenda proposta e circulada como acima indicado deverá ser submetida ao Comitê Jurídico da Organização para consideração, numa data pelo menos seis meses após a data de sua circulação.
3. Todos os Estados Contratantes da Convenção de Responsabilidade, 1969, como emendada por este Protocolo, sejam ou não Membros da Organização, terão o direito de participar dos trabalhos do Comitê Jurídico na consideração e adoção das emendas.
4. As emendas serão adotadas por uma maioria de dois terços dos Estados Contratantes presentes e votantes no Comitê Jurídico, ampliado como previsto no parágrafo 3, sob a condição de que, pelo menos, a metade dos Estados Contratantes esteja presente no momento da votação.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 167/2025 [17 de 25]



Apresentação: 09/09/2024 20:37:00.000 - Mesa

MSC n.1057/2024

5. Ao decidir sobre uma proposta para emendar os limites, o Comitê Jurídico levará em conta a experiência quanto a incidentes e, em particular, o montante de danos deles resultantes, flutuações nos valores monetários e o efeito da emenda proposta sobre o custo do seguro. Deverá também levar em conta a relação entre os limites do parágrafo 1 do artigo V da Convenção de Responsabilidade, 1969, como emendada por este Protocolo, e aqueles do parágrafo 4 do artigo 4 da Convenção Internacional para o Estabelecimento de um Fundo Internacional de Compensação de Danos por Poluição por Óleo, 1992.

6(a). Não se examinará nenhuma emenda de limites de responsabilidade, proposta ao abrigo deste artigo, antes de 15 de janeiro de 1998 nem em prazo inferior a cinco anos a contar da data de entrada em vigor de uma emenda anterior introduzida em virtude deste artigo. Nenhuma emenda ao abrigo deste artigo será examinada antes da entrada em vigor deste Protocolo.

(b) Nenhum limite poderá ser aumentado de modo a exceder uma soma que corresponda ao limite estabelecido na Convenção de Responsabilidade, 1969, como emendada por este Protocolo, acrescido de 6 por cento ao ano, calculados pela fórmula de juros compostos, e a partir de 15 de janeiro de 1993.

(c) Nenhum limite poderá ser aumentado de modo a exceder uma soma que corresponda ao limite estabelecido na Convenção de Responsabilidade, 1969, como emendada por este Protocolo, multiplicado por 3.

7. Qualquer emenda adotada em conformidade com o previsto no parágrafo 4 deverá ser objeto de notificação da Organização a todos os Estados Contratantes. A emenda será considerada aceita ao final de um período de dezoito meses contados a partir da data de notificação, a menos que, dentro desse período, não menos do que um quarto dos Estados que eram Estados Contratantes no momento da adoção da emenda pelo Comitê Jurídico tenham comunicado à Organização que não a aceitam, caso em que a emenda será considerada rejeitada e não produzirá efeito.

8. Uma emenda considerada aceita, na forma do disposto no parágrafo 7, entrará em vigor dezoito meses após sua aceitação.

9. Todos os Estados Contratantes estarão obrigados pela emenda, a menos que denunciem este Protocolo, em conformidade com os parágrafos 1 e 2 do artigo 16, pelo menos seis meses antes de a emenda entrar em vigor. Tal denúncia surtirá efeito quando a emenda entrar em vigor.

10. Quando uma emenda houver sido adotada pelo Comitê Jurídico, mas o período de dezoito meses para sua aceitação não tiver expirado, um Estado que se torne um Estado Contratante durante esse período estará obrigado pela emenda, no caso de sua entrada em vigor. Um Estado que se torne Estado Contratante após esse período estará obrigado por uma emenda que houver sido aceita em

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 167/2025 [18 de 25]



conformidade com o artigo 7. Nos casos mencionados neste parágrafo, um Estado se tornará obrigado por uma emenda quando esta entrar em vigor, ou quando este Protocolo entrar em vigor para o referido Estado, se isto ocorrer depois.

Artigo 16

Denúncia

1. Este Protocolo poderá ser denunciado por qualquer Parte, a qualquer tempo após a data em que entrar em vigor para a mencionada Parte.
2. A denúncia deverá ser efetuada através do depósito de um instrumento junto ao Secretário-Geral da Organização.
3. A denúncia surtirá efeito doze meses após seu depósito junto ao Secretário-Geral, ou outro período maior, conforme estipulado no instrumento de denúncia.
4. Entre as Partes deste Protocolo, a denúncia, por qualquer delas, da Convenção de Responsabilidade, 1969, em conformidade com o artigo XVI da referida Convenção, não se interpretará, de modo algum, como uma denúncia à Convenção de Responsabilidade, 1969, como emendada pelo presente Protocolo.
5. A denúncia do Protocolo de 1992 para emendar a Convenção do Fundo, 1971, por um Estado que permanecer Parte da Convenção do Fundo, 1971, será interpretada como uma denúncia do presente Protocolo. Tal denúncia surtirá efeito na data em que a denúncia do Protocolo de 1992 para emendar a Convenção do Fundo, 1971, surtir efeito, em conformidade com o artigo 34 daquele Protocolo.

Artigo 17

Depositário

1. Este Protocolo e quaisquer emendas aceitas em conformidade com o artigo 15 deverão ser depositados com o Secretário-Geral da Organização.
2. O Secretário-Geral da Organização deverá:
 - (a) informar todos os Estados que tiverem assinado ou aderido a este Protocolo de:
 - (i) cada nova assinatura ou depósito de um instrumento, junto com a respectiva data;
 - (ii) cada declaração e notificação ao abrigo do artigo 13 e cada declaração de comunicação ao abrigo do parágrafo 9 do artigo V da Convenção de Responsabilidade, 1992;
 - (iii) a data de entrada em vigor deste Protocolo;
 - (iv) qualquer proposta de emenda aos limites de responsabilidade que tiver sido feita em conformidade com o parágrafo 1 do artigo 15;
 - (v) qualquer emenda que tiver sido adotada em conformidade com o parágrafo 4

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 167/2025 [19 de 25]



Impressão: 10/09/2024 20:37:00.000 - Mesa

MSC n.1057/2024

do artigo 15;

(vi) qualquer emenda considerada aceita ao abrigo do parágrafo 7 do artigo 15, juntamente com a data em que essa emenda entrará em vigor, em conformidade com os parágrafos 8 e 9 daquele artigo;

(vii) o depósito de qualquer instrumento de denúncia deste Protocolo, junto com a data do depósito e a data em que passar a ter efeito;

(viii) qualquer denúncia considerada como tendo sido feita ao abrigo do parágrafo 5 do artigo 16;

(ix) qualquer comunicação requerida por qualquer artigo deste Protocolo;

(b) enviar cópias autênticas certificadas deste Protocolo a todos os Estados Signatários e a todos os Estados que aderirem a este Protocolo.

3. Tão logo este Protocolo entre em vigor, o texto deverá ser enviado pelo Secretário-Geral da Organização ao Secretariado das Nações Unidas, para registro e publicação, em consonância com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

Artigo 18

Idiomas

Este Protocolo é redigido em um só original nos idiomas árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo, cada texto sendo igualmente autêntico.

FEITO EM LONDRES, neste dia vinte e sete de novembro de mil novecentos e noventa e dois.

EM FÉ DO QUE os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos governos, assinaram este Protocolo.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 167/2025 [20 de 25]

CD243419569200



00100.236530/2025-22

Apresentação: 10/09/2024 20:37:00.000 - Mesa

MSC n.1057/2024

ANEXO

CERTIFICADO DE SEGURO OU OUTRA GARANTIA FINANCEIRA RELATIVA A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS CAUSADOS POR POLUIÇÃO POR ÓLEO

Emitido de acordo com as disposições do artigo VII da Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, 1992.

Nome do Navio	Número ou letras distintivos	Porto de registro	Nome e endereço do proprietário

Este documento é para certificar que está em vigor, em relação ao navio acima mencionado, uma apólice de seguro ou outra garantia financeira satisfazendo os requisitos do artigo VII da Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por óleo, 1992.

Tipo de garantia _____
Duração da garantia _____
Nome e Endereço do(s) Segurador(es) e/ou Fiador(es) _____
Nome _____
Endereço _____
Este Certificado é válido até _____
Emitido ou referendado pelo Governo de _____
(Designação completa do Estado)
Em _____ em _____
(Lugar) (Data)

Assinatura e título do funcionário que emite ou certifica _____

Notas explicativas:

1. Se desejado, a designação do Estado pode incluir uma referência autoridade pública competente do país onde o certificado é emitido.
2. Se o montante total de garantia proceder de mais de uma fonte, o montante de cada fonte deve ser indicado.
3. Se a garantia for fornecida de diversas formas, estas devem ser enumeradas.



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



4. Na lacuna "Duração da garantia", deve ser estipulada a data em que a garantia começa a surtir efeito.

* * *

RESOLUÇÃO LEG.1(82)
(adotada em 18 de Outubro de 2000)

**EMENDAS MODIFICATIVAS DOS LIMITES DE VALORES ESTABELECIDOS NO
PROTOCOLO DE 1992 À CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE RESPONSABILIDADE
CIVIL POR DANOS CAUSADOS POR POLUIÇÃO POR ÓLEO, 1969**

O COMITÊ JURÍDICO, em sua octogésima-segunda sessão:

RECORDANDO o Artigo 33(b) da Convenção sobre a Organização Marítima Internacional (“Convenção da IMO”), relativo às atribuições do Comitê,

CIENTE do Artigo 36 da Convenção da IMO, relativo às regras que regem os procedimentos a serem seguidos ao exercer as atribuições que lhe foram conferidas por qualquer convenção ou instrumento internacional, ou com base neles,

RECORDANDO, AINDA, o Artigo 15 do Protocolo de 1992 à Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo, 1969 (“Protocolo CLC de 1992”), relativo aos procedimentos para emendar os limites de valores estabelecidos no Artigo 6(1) do Protocolo CLC de 1992,

TENDO CONSIDERADO as emendas aos limites de valores, propostas e disseminadas de acordo com o disposto no Artigo 15(1) e (2) do Protocolo CLC de 1992,

1. **ADOTA**, de acordo com o Artigo 15(4) do Protocolo CLC de 1992, emendas aos limites de valores estabelecidos no Artigo 6(1) do Protocolo CLC de 1992, como apresentadas no Anexo desta resolução;
2. **DETERMINA**, de acordo com o Artigo 15(7) do Protocolo CLC de 1992, que essas emendas deverão ser consideradas como tendo sido aceitas em 1º de Maio de 2002, a menos que, antes daquela data, pelo menos um quarto dos Estados que eram Estados Contratantes na data da adoção dessas emendas (em 18 de Outubro de 2000), tenham comunicado à Organização que não aceitam essas emendas;
3. **DETERMINA, AINDA**, que, de acordo com o Artigo 15(8) do Protocolo CLC de 1992, essas emendas, consideradas como tendo sido aceitas de acordo com o parágrafo 2 acima, deverão entrar em vigor em 1º de novembro de 2003;
4. **SOLICITA** ao Secretário-Geral, de acordo com os Artigos 15(7) e 17(2) (v) do Protocolo CLC de 1992, que transmita cópias autenticadas da presente resolução e das emendas contidas no seu anexo a todos os Estados que tiverem assinado ou aderido ao Protocolo CLC de 1992; e
5. **SOLICITA, AINDA**, ao Secretário-Geral que transmita cópias da presente resolução e do seu Anexo aos Membros da Organização que não tenham assinado ou aderido ao Protocolo CLC de 1992.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 167/2025 [22 de 25]



Apresentação: 10/09/2024 20:37:00.000 - Mesa

MSC n.1057/2024



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 167/2025 [23 de 25]



Apresentação: 10/09/2024 20:37:00.000 - Mesa

MSC n.1057/2024

ANEXO**EMENDAS MODIFICATIVAS DOS LIMITES DE VALORES ESTABELECIDOS NO PROTOCOLO DE 1992 À CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS CAUSADOS POR POLUIÇÃO POR ÓLEO, 1969**

O artigo 6 (1) do Protocolo de 1992 à Convenção CLC é alterado como segue:

A referência a “3 milhões de unidades de conta” é substituída pela referência “4.510.000 unidades de conta”;

A referência a “420 unidades de conta” é substituída pela referência “631 unidades de conta”; e

A referência a “59,7 milhões de unidades de conta” é substituída pela referência “89.770.000 unidades de conta”.



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 167/2025 [24 de 25]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc1

Avulso do PDL 167/2025 [25 de 25]



Projeto Recebido da Câmara dos Deputados

- Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2025, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova os textos do Protocolo de 1992 à Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC PROT 1992) e das Emendas ao CLC PROT 1992, adotadas pela Resolução LEG.1(82), de 18 de outubro de 2000.*

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre a matéria, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

Prazo: de 2/12/2025 a 8/12/2025.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2829, DE 2025

Altera a Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira do Tribunal de Contas da União; e revoga a Lei nº 11.854, de 3 de dezembro de 2008.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2934251&filename=PL-2829-2025



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2829/2025 [1 de 22]



Data do Documento: 28/11/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera a Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira do Tribunal de Contas da União; e revoga a Lei nº 11.854, de 3 de dezembro de 2008.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

I - Auditor Federal de Controle Externo, de nível superior;

II - Técnico Federal de Controle Externo, de nível superior;

III - (revogado).

.....

§ 2º Os cargos efetivos de Auditor Federal de Controle Externo e de Técnico Federal de Controle Externo são estruturados em classes e padrões, nas diversas áreas de atividade, conforme o Anexo II desta Lei.

§ 3º Os cargos da Carreira de Especialista do Tribunal de Contas da União são considerados típicos de Estado por exercerem função de caráter nacional essencial ao controle externo da administração pública.”(NR)

“Art. 3º

3054870



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 2829/2025 [2 de 22]

Data do Documento: 28/11/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

I - as funções de confiança (FC) escalonadas de FC-1 a FC-8, nos quantitativos e valores definidos no Anexo III desta Lei;

.....

§ 3º A criação das novas funções previstas no inciso I do *caput* deste artigo fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.”(NR)

“Art. 4º É atribuição do cargo de Auditor Federal de Controle Externo - Área de Controle Externo o desempenho de todas as atividades de caráter técnico de alta complexidade relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Tribunal de Contas da União.”(NR)

“Art. 5º É atribuição do cargo de Auditor Federal de Controle Externo - Área de Apoio Técnico e Administrativo o desempenho de todas as atividades administrativas e logísticas de alta complexidade relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Tribunal de Contas da União.”(NR)

“Art. 6º É atribuição do cargo de Técnico Federal de Controle Externo - Área de Controle Externo o desempenho de todas as atividades concernentes ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Tribunal de Contas da União, de média complexidade, bem como

3054870



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 2829/2025 [3 de 22]

Data do Documento: 28/11/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

auxiliar o Auditor Federal de Controle Externo - Área de Controle Externo no exercício de suas atribuições." (NR)

"Art. 7º É atribuição do cargo de Técnico Federal de Controle Externo - Área de Apoio Técnico e Administrativo o desempenho de atividades administrativas e logísticas de apoio de média complexidade relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Tribunal de Contas da União." (NR)

"Art. 9º O Tribunal de Contas da União especificará em ato próprio as atribuições pertinentes a cada cargo de que trata esta Lei, observado o disposto nos seus arts. 4º, 5º, 6º e 7º.

Parágrafo único. As atribuições pertinentes aos cargos de Auditor Federal de Controle Externo - Área de Apoio Técnico e Administrativo e de Técnico Federal de Controle Externo - Área de Apoio Técnico e Administrativo podem ser especificadas, de acordo com o interesse da administração, por especialidade profissional." (NR)

"Art. 10.

I - para o cargo de Auditor Federal de Controle Externo, diploma de conclusão de curso superior ou habilitação legal equivalente;

II - para o cargo de Técnico Federal de Controle Externo, diploma de conclusão de curso superior, e poderá ser exigida habilitação legal



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 2829/2025 [4 de 22]

3054870



Data do Documento: 28/11/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

4

específica, a critério da administração, conforme definido no edital do concurso;

III - (revogado);

IV - (revogado);

V - (revogado).”(NR)

“Art. 12.

§ 1º Para o cargo de Técnico Federal de Controle Externo - Área de Apoio Técnico e Administrativo, durante a primeira etapa, poderá ser exigido exame de habilidade específica, conforme dispuser o edital do concurso.

.....”(NR)

“Art. 14.

.....

§ 4º Para fins de promoção entre classes, além dos requisitos estabelecidos nos §§ 2º e 3º deste artigo, será exigida a conclusão de curso de pós-graduação reconhecido pelo Ministério da Educação, preferencialmente oferecido pelo Tribunal de Contas da União, por intermédio do Instituto Serzedello Corrêa.

§ 5º Os critérios complementares relativos à natureza e modalidade dos cursos, à carga horária mínima, à matrícula, à participação, ao aproveitamento e à compatibilidade com as atribuições dos cargos serão regulamentados em ato próprio do Tribunal de Contas da União.”(NR)

“Art. 15. A remuneração dos servidores ocupantes de cargo efetivo do Quadro de Pessoal da



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=3B286F840072ED47>

Avulso do PL 2829/2025 [5 de 22]

3054870



CÂMARA DOS DEPUTADOS

5

Secretaria do Tribunal de Contas da União é composta pelo vencimento básico, pela Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico, incidente sobre o maior vencimento básico do respectivo cargo, e pela Gratificação de Controle Externo, incidente sobre o vencimento básico do servidor.

.....

§ 2º Os vencimentos básicos de cada cargo da Carreira de Especialista do Tribunal de Contas da União a que se refere o art. 1º desta Lei serão os especificados no Anexo V, observado o disposto no art. 28 desta Lei.

§ 3º A Gratificação de Controle Externo, referida no *caput* deste artigo, será calculada mediante aplicação de fator de 0,5 (cinco décimos) para todos os cargos integrantes da Carreira de Especialista do Tribunal de Contas da União a que se refere o art. 1º desta Lei.”(NR)

“Art. 16. Aos servidores ocupantes dos cargos de Auditor Federal de Controle Externo, de Técnico Federal de Controle Externo e de Auxiliar de Controle Externo é devida a Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico correspondente ao percentual de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento), de acordo com critérios e procedimentos a serem estabelecidos em ato do Tribunal de Contas da União.

§ 1º O ato a que se refere o *caput* deste artigo poderá fixar percentuais mínimos e máximos de



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=3B286F840072ED47>

Avulso do PL 2829/2025 [6 de 22]

3054870

Data do Documento: 28/11/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

6

Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico em razão da avaliação de desempenho funcional e do atingimento de resultados, observada a disponibilidade orçamentária.

§ 2º (Revogado).

§ 3º Até a edição do ato previsto no *caput* deste artigo, a gratificação será paga no percentual mínimo de 40% (quarenta por cento).

§ 4º Os percentuais de Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico terão vigência semestral e resultarão do desempenho do servidor observado no semestre anterior, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 5º Aplica-se ao resultado da avaliação de desempenho funcional realizada para os fins deste artigo o disposto nos arts. 106, 107 e 108 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 6º Os servidores ocupantes de cargo efetivo do Tribunal de Contas da União, quando cedidos a outros órgãos, perceberão a respectiva Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico, calculada na forma do inciso I do § 7º deste artigo.

§ 7º Observado o disposto no § 3º deste artigo, a Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico integra os proventos de aposentadorias e pensões que guardarem paridade com os servidores ativos, calculada:



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=3B286F840072ED47>

Avulso do PL 2829/2025 [7 de 22]

3054870



CÂMARA DOS DEPUTADOS

7

I - para aposentadorias e pensões concedidas antes da entrada em vigor do ato previsto no *caput* deste artigo, pela média dos percentuais atribuídos aos servidores em atividade, semestralmente;

II - para aposentadorias e pensões concedidas após a entrada em vigor do ato previsto no *caput* deste artigo, pelo percentual médio percebido pelo servidor durante o período de atividade, desconsiderado o período anterior à vigência da referida regulamentação.

§ 8º O ato previsto no *caput* deste artigo deverá observar o limite de acréscimo à remuneração básica dos servidores, assim considerada a remuneração prevista no *caput* do art. 15 desta Lei, em valores que não excedam a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou de outro índice que vier a substituí-lo, desde a publicação deste parágrafo.” (NR)

“Art. 17-A. Sem prejuízo dos vencimentos e das vantagens pecuniárias, os servidores da Carreira de Especialista do Tribunal de Contas da União que exercem função de confiança serão obrigatoriamente enquadrados em regime especial de dedicação ao Tribunal de Contas da União e terão direito à licença compensatória em virtude do exercício de função



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=3B286F840072ED47>

Avulso do PL 2829/2025 [8 de 22]

3054870

Data do Documento: 28/11/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

8

relevante singular e do acúmulo de atividades extraordinárias.

§ 1º A licença compensatória a que se refere o *caput* deste artigo será regulamentada pelo Tribunal de Contas da União, observadas as seguintes regras:

I - será concedido, no mínimo, 1 (um) dia de licença para cada 10 (dez) dias de efetivo exercício e, no máximo, 1 (um) dia de licença para cada 3 (três) dias de efetivo exercício, vedada qualquer diferenciação entre os titulares de funções comissionadas de mesmo nível de retribuição;

II - serão considerados como de efetivo exercício, para todos os efeitos deste artigo, os dias de disponibilidade em finais de semana, em feriados e em outros intervalos de folga e as situações previstas no art. 77, nos incisos I, II e V do *caput* do art. 81, nos incisos I, II e III do *caput* do art. 97 e nos arts. 207, 208 e 210 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

III - estará condicionado ao interesse da administração o gozo de licença compensatória, consideradas a conveniência administrativa e a continuidade do serviço público, admitida sua conversão em pecúnia em razão da necessidade do serviço público.

§ 2º O Tribunal de Contas da União poderá indenizar os dias de licença compensatória adquiridos nos termos deste artigo e não gozados



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Avulso do PL 2829/2025 [9 de 22]

3054870

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

9

pelo servidor em razão da necessidade do serviço público, observadas as seguintes regras:

I - o valor da indenização por dia de licença compensatória ou sua fração corresponderá ao montante equivalente à remuneração do dia de trabalho do servidor, calculado à razão de 1/30 (um trinta avos) da remuneração total do respectivo servidor, sem incidência de imposto de renda e de contribuição previdenciária;

II - o servidor deverá apresentar requerimento formal de conversão da licença compensatória em pecúnia, condicionado o deferimento do pedido à disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º Até a edição do regulamento a que se refere o § 1º deste artigo, a licença compensatória será concedida aos servidores de que trata o *caput* deste artigo na proporção de 1 (um) dia de licença para cada 10 (dez) dias de efetivo exercício, não podendo exceder a 3 (três) dias de licença por mês."

"Art. 28.
.....

§ 2º Aos ocupantes do cargo de Auditor Federal de Controle Externo - Área de Apoio Técnico e Administrativo, especialidade Médico, no desempenho exclusivo dessa atividade, é assegurado optar pela duração de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, observada, nessa hipótese, a tabela de

3054870



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 2829/2025 [10 de 22]

Data do Documento: 28/11/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

10

vencimento básico constante do Anexo V desta Lei.”(NR)

“Art. 33-A. Além dos direitos previstos nesta Lei, os servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União gozarão dos direitos constantes do regime jurídico único e de outros que, eventualmente, venham a ser criados por lei.”

Art. 2º Os cargos de auxiliar de controle externo serão extintos quando ocorrer a sua vacância, nos termos do art. 33 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, assegurados a seus ocupantes todos os direitos e vantagens estabelecidos.

Parágrafo único. As atividades correspondentes ao cargo de auxiliar de controle externo poderão ser objeto de execução indireta, conforme vier a ser disposto em regulamento.

Art. 3º Para os fins do disposto no inciso II do § 8º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, a Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico substitui, no que couber, a Gratificação de Desempenho anteriormente vigente, mantendo-se a continuidade jurídica da parcela quanto à sua natureza e finalidade.

Art. 4º Os Anexos I, II, III, IV e V da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos I, II, III, IV e V desta Lei.

Art. 5º Ficam revogados:

I - da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001:

a) o inciso III do *caput* do art. 2º;



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp?>

Avulso do PL 2829/2025 [11 de 22]

3054870

Data do Documento: 28/11/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

11

- b) o art. 8º;
 - c) os incisos III, IV e V do *caput* do art. 10;
 - d) o § 2º do art. 16;
 - e) os arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25;
 - f) o art. 29;
 - g) o art. 31; e
 - h) os Anexos VI, VII e VIII; e
- II - a Lei nº 11.854, de 3 de dezembro de 2008.
- Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua

publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 26 de novembro de 2025.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.camara.gov.br/sigadweb/v.aspx?doc=28/11/2025/00100.236530/2025-22>

Avulso do PL 2829/2025 [12 de 22]

3054870



Data do Documento: 28/11/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

12

ANEXO I

(Anexo I da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001)

QUANTITATIVO DE CARGOS EFETIVOS DA CARREIRA DE ESPECIALISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

(Incisos I e II do caput do art. 2º)

CARGO	QUANTIDADE
Auditor Federal de Controle Externo	1.776
Técnico Federal de Controle Externo	892
Auxiliar de Controle Externo	19
TOTAL	2.687

ANEXO II

(Anexo II da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001)

ESTRUTURA DA CARREIRA

(§ 2º do art. 2º)

CARGOS	PADRÃO	CLASSE	ÁREAS
Auditor Federal de Controle Externo	13	ESPECIAL	Controle Externo Apoio Técnico e Administrativo
	12		
	11		
	10		
	9	B	
	8		
	7		
	6		
	5	A	
	4		
	3		
	2		
	1		



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 2829/2025 [13 de 22]

3054870



Data do Documento: 28/11/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

13

CARGOS	PADRÃO	CLASSE	ÁREAS
Técnico Federal de Controle Externo	13	ESPECIAL	Controle Externo Apoio Técnico e Administrativo
	12		
	11		
	10		
	9	B	
	8		
	7		
	6	A	
	5		
	4		
	3		
	2		
	1		



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.camara.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=3B286F840072ED47>

Avulso do PL 2829/2025 [14 de 22]

3054870



Data do Documento: 28/11/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

14

ANEXO III

(Anexo III da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001)

FUNÇÕES DE CONFIANÇA

(Inciso I do *caput* do art. 3º)

NÍVEL DA FUNÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO A PARTIR DE 1º/1/2026 (EM R\$)	VALOR UNITÁRIO A PARTIR DE 1º/1/2027 (EM R\$)	VALOR UNITÁRIO A PARTIR DE 1º/1/2028 (EM R\$)	VALOR UNITÁRIO A PARTIR DE 1º/1/2029 (EM R\$)
FC-8	3	8.987,39	9.495,18	9.922,46	10.319,36
FC-7	32	7.614,67	8.044,90	8.406,92	8.743,20
FC-6	156	6.928,31	7.319,76	7.649,15	7.955,11
FC-5	61	6.241,95	6.594,62	6.891,38	7.167,03
FC-4	192	5.286,31	5.584,99	5.836,31	6.069,76
FC-3	297	3.930,84	4.152,93	4.339,81	4.513,41
FC-2	59	2.072,56	2.189,66	2.288,19	2.379,72
FC-1	113	1.554,42	1.642,24	1.716,15	1.784,79
TOTAL	913	-	-	-	-

ANEXO IV
CARGOS EM COMISSÃO

(Anexo IV da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001)

(Inciso II do *caput* do art. 3º)

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO A PARTIR DE 1º/1/2026 (EM R\$)	REMUNERAÇÃO A PARTIR DE 1º/1/2027 (EM R\$)	REMUNERAÇÃO A PARTIR DE 1º/1/2028 (EM R\$)	REMUNERAÇÃO A PARTIR DE 1º/1/2029 (EM R\$)
OFICIAL DE GABINETE	14	25.405,86	26.549,12	27.611,08	28.654,78
ASSISTENTE	23	17.878,20	18.682,72	19.430,03	20.164,49
TOTAL	37	-	-	-	-



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 2829/2025 [15 de 22]

3054870



Data do Documento: 28/11/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

15

ANEXO V
(Anexo V da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001)
(§ 2º do art. 15)

TABELA A: VENCIMENTO BÁSICO DO CARGO DE AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO COM JORNADA NORMAL					
CARGO: AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO					
CLASSE	PADRÃO	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2026 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2027 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2028 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2029 (EM R\$)
Especial	13	20.794,23	21.729,97	22.599,17	23.453,42
	12	20.061,59	20.964,36	21.802,94	22.627,09
	11	19.607,01	20.489,32	21.308,89	22.114,37
	10	19.163,19	20.025,54	20.826,56	21.613,80
B	9	18.159,15	18.976,31	19.735,36	20.481,36
	8	17.748,58	18.547,27	19.289,16	20.018,29
	7	17.277,47	18.054,95	18.777,15	19.486,93
	6	16.819,03	17.575,89	18.278,92	18.969,86
A	5	15.937,49	16.654,68	17.320,87	17.975,60
	4	15.519,10	16.217,46	16.866,16	17.503,70
	3	15.112,95	15.793,03	16.424,75	17.045,61
	2	14.718,62	15.380,96	15.996,20	16.600,86
	1	12.831,04	13.408,44	13.944,78	14.471,89

TABELA B: VENCIMENTO BÁSICO DO CARGO DE AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO COM JORNADA DE 30 HORAS/SEMANA					
CARGO: AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO					
CLASSE	PADRÃO	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2026 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2027 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2028 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2029 (EM R\$)
Especial	13	15.595,67	16.297,48	16.949,37	17.590,06
	12	15.046,19	15.723,27	16.352,20	16.970,32
	11	14.705,25	15.366,99	15.981,67	16.585,78
	10	14.372,39	15.019,15	15.619,92	16.210,35



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 2829/2025 [16 de 22]

3054870



Data do Documento: 28/11/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

B	9	13.619,36	14.232,23	14.801,52	15.361,02
	8	13.311,44	13.910,45	14.466,87	15.013,72
	7	12.958,10	13.541,21	14.082,86	14.615,19
	6	12.614,27	13.181,91	13.709,19	14.227,40
A	5	11.953,12	12.491,01	12.990,65	13.481,70
	4	11.639,33	12.163,10	12.649,62	13.127,78
	3	11.334,71	11.844,78	12.318,57	12.784,21
	2	11.038,97	11.535,72	11.997,15	12.450,64
	1	9.623,28	10.056,33	10.458,58	10.853,92

TABELA C: VENCIMENTO BÁSICO DO CARGO DE AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE MÉDICO COM JORNADA DE 20 HORAS/SEMANA					
CARGO: AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE MÉDICO					
CLASSE	PADRÃO	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2026 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2027 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2028 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2029 (EM R\$)
Especial	13	10.397,11	10.864,98	11.299,58	11.726,71
	12	10.030,79	10.482,18	10.901,47	11.313,54
	11	9.803,50	10.244,66	10.654,45	11.057,19
	10	9.581,60	10.012,77	10.413,28	10.806,90
B	9	9.079,58	9.488,16	9.867,68	10.240,68
	8	8.874,29	9.273,63	9.644,58	10.009,14
	7	8.638,73	9.027,48	9.388,57	9.743,46
	6	8.409,51	8.787,94	9.139,46	9.484,93
A	5	7.968,75	8.327,34	8.660,43	8.987,80
	4	7.759,55	8.108,73	8.433,08	8.751,85
	3	7.556,48	7.896,52	8.212,38	8.522,81
	2	7.359,31	7.690,48	7.998,10	8.300,43
	1	6.415,52	6.704,22	6.972,39	7.235,95

TABELA D: VENCIMENTO BÁSICO DO CARGO DE TÉCNICO FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO COM JORNADA NORMAL
CARGO: TÉCNICO FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

17

CLASSE	PADRÃO	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2026 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2027 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2028 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2029 (EM R\$)
Especial	13	13.057,49	13.645,08	14.190,88	14.727,30
	12	12.591,00	13.157,60	13.683,90	14.201,15
	11	12.263,87	12.815,74	13.328,37	13.832,18
	10	11.946,57	12.484,16	12.983,53	13.474,30
B	9	11.695,92	12.222,24	12.711,13	13.191,61
	8	11.395,70	11.908,50	12.384,84	12.852,99
	7	11.050,61	11.547,89	12.009,81	12.463,78
	6	10.769,65	11.254,28	11.704,45	12.146,88
A	5	10.497,16	10.969,53	11.408,32	11.839,55
	4	10.183,75	10.642,02	11.067,70	11.486,06
	3	9.881,19	10.325,84	10.738,87	11.144,80
	2	9.589,11	10.020,62	10.421,44	10.815,37
	1	8.365,84	8.742,31	9.092,00	9.435,68

TABELA E: VENCIMENTO BÁSICO DO CARGO DE TÉCNICO FEDERAL DE
CONTROLE EXTERNO COM JORNADA DE 30 HORAS/SEMANA

CARGO: TÉCNICO FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO

CLASSE	PADRÃO	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2026 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2027 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2028 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2029 (EM R\$)
Especial	13	9.793,12	10.233,81	10.643,16	11.045,47
	12	9.443,25	9.868,20	10.262,93	10.650,86
	11	9.197,90	9.611,81	9.996,28	10.374,14
	10	8.959,92	9.363,12	9.737,65	10.105,73
B	9	8.771,94	9.166,68	9.533,35	9.893,71
	8	8.546,77	8.931,38	9.288,63	9.639,74
	7	8.287,96	8.660,92	9.007,36	9.347,83
	6	8.077,23	8.440,71	8.778,34	9.110,16
A	5	7.872,87	8.227,15	8.556,24	8.879,66
	4	7.637,81	7.981,51	8.300,77	8.614,54
	3	7.410,89	7.744,38	8.054,15	8.358,60
	2	7.191,83	7.515,46	7.816,08	8.111,53

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 2829/2025 [18 de 22]

3054870

Data do Documento: 28/11/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

	1	6.274,38	6.556,73	6.819,00	7.076,76
--	---	----------	----------	----------	----------

TABELA F: VENCIMENTO BÁSICO DO CARGO DE AUXILIAR DE CONTROLE EXTERNO COM JORNADA NORMAL					
CARGO: AUXILIAR DE CONTROLE EXTERNO					
CLASSE	PADRÃO	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2026 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2027 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2028 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2029 (EM R\$)
Especial	13	9.346,61	9.767,21	10.157,90	10.541,86
	12	9.014,79	9.420,46	9.797,28	10.167,61
	11	8.743,28	9.136,72	9.502,19	9.861,37
	10	8.527,28	8.911,01	9.267,45	9.617,76
B	9	8.317,79	8.692,09	9.039,78	9.381,48
	8	8.071,34	8.434,55	8.771,94	9.103,51
	7	7.833,47	8.185,98	8.513,42	8.835,22
	6	7.644,83	7.988,85	8.308,40	8.622,46
A	5	7.422,26	7.756,26	8.066,51	8.371,42
	4	7.169,28	7.491,90	7.791,57	8.086,09
	3	6.963,31	7.276,66	7.567,73	7.853,79
	2	6.728,62	7.031,41	7.312,66	7.589,08
	1	5.873,67	6.137,99	6.383,51	6.624,80

TABELA G: VENCIMENTO BÁSICO DO CARGO DE AUXILIAR DE CONTROLE EXTERNO COM JORNADA DE 30 HORAS/SEMANA					
CARGO: TÉCNICO FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO					
CLASSE	PADRÃO	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2026 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2027 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2028 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 1º/1/2029 (EM R\$)
Especial	13	7.009,96	7.325,41	7.618,42	7.906,40
	12	6.761,09	7.065,34	7.347,96	7.625,71
	11	6.557,46	6.852,54	7.126,64	7.396,03
	10	6.395,46	6.683,26	6.950,59	7.213,32
B	9	6.238,34	6.519,07	6.779,83	7.036,11
	8	6.053,51	6.325,91	6.578,95	6.827,64
	7	5.875,10	6.139,48	6.385,06	6.626,42



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

3054870



Data do Documento: 28/11/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

19

	6	5.733,62	5.991,63	6.231,30	6.466,84
A	5	5.566,69	5.817,19	6.049,88	6.278,57
	4	5.376,96	5.618,92	5.843,68	6.064,57
	3	5.222,48	5.457,50	5.675,80	5.890,34
	2	5.046,47	5.273,56	5.484,50	5.691,81
	1	4.405,25	4.603,49	4.787,63	4.968,60



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 2829/2025 [20 de 22]

3054870



Data do Documento: 28/11/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 322/2025/SGM-P

Brasília, 26 de novembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.829, de 2025, do Tribunal de Contas da União, que “Altera a Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira do Tribunal de Contas da União; e revoga a Lei nº 11.854, de 3 de dezembro de 2008”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=3B286F840072ED47>

Avulso do PL 2829/2025 [21 de 22]

3054508

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art169_par1

- Emenda Constitucional nº 103, de 2019 - Reforma Previdenciária (2019) - 103/19

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2019;103>

- art4_par8_inc2

- Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União (1990) - 8112/90

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8112>

- art33

- art81_cpt_inc1

- art81_cpt_inc2

- art81_cpt_inc5

- art97_cpt_inc1

- art97_cpt_inc2

- art97_cpt_inc3

- art106

- art107

- art108

- art207

- art208

- art210

- Lei nº 10.356, de 27 de Dezembro de 2001 - LEI-10356-2001-12-27 - 10356/01

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2001;10356>

- Lei nº 11.854, de 3 de Dezembro de 2008 - LEI-11854-2008-12-03 - 11854/08

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2008;11854>



Ofício da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 840/2025/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhora Primeira-Secretária,

Comunicamos a Vossa Excelência que foi aprovado e encaminhado à sanção o Projeto de Lei nº 1.496, de 2021, do Senado Federal, que “Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, para dispor sobre a obtenção do perfil genético na identificação criminal”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

Apresentação: 28/11/2025 10:24:00.310 - Mesa

DOC n.15666/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259182900200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras



* C D 2 5 9 1 8 2 9 0 0 2 0 0 *

Ofício da Câmara dos Deputados

Nº 840, de 2025, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 1.496, de 2021.

A matéria vai à Secretaria de Expediente.



Projeto de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 6044, DE 2025

Inscreve o nome de Nilo Procópio Peçanha no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

AUTORIA: Senador Esperidião Amin (PP/SC)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6044/2025 [1 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Inscribe o nome de Nilo Procópio Peçanha no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica inscrito o nome de Nilo Procópio Peçanha no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, localizado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nascido em 2 de outubro de 1867, na cidade de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, Nilo Procópio Peçanha superou adversidades e se tornou uma figura central na política brasileira, tendo exercido funções públicas em períodos de extrema relevância para a formação político-social do País.

Proveniente de uma família humilde, filho de Sebastião de Sousa Peçanha, um padeiro, e Joaquina Anália de Sá Freire, desde cedo demonstrou uma notável inclinação para o aprendizado. Concluiu seus estudos iniciais com distinção no Colégio Pedro II e continuou sua formação na Faculdade de Direito de Recife, onde se formou em 1887. O preparo acadêmico lhe forneceu uma sólida base jurídica e cultivou um compromisso ético que guiaria sua futura carreira política.

A jornada política de Nilo Peçanha começou em 1890, quando foi eleito deputado para a Assembleia Constituinte, participando ativamente da redação da Constituição de 1891. Sua atuação, naquele contexto, revelou-



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin
Para verifica

Avulso do PL 6044/2025 [2 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

se essencial para a construção dos fundamentos do novo Estado republicano e da estruturação da democracia brasileira. Nilo Peçanha posicionou-se como um defensor ardoroso das causas abolicionistas e republicanas, com habilidade notável em articular interesses dispersos e em formar alianças em prol do progresso social.

Em 1903, Nilo Peçanha foi eleito governador do Estado do Rio de Janeiro, cargo que ocupou até 1906. Durante sua primeira experiência como chefe do Poder Executivo, promoveu reformas que modernizaram a administração pública e a infraestrutura fluminenses, destacando-se pela assinatura do Convênio de Taubaté, em 26 de fevereiro de 1906. Esta aliança entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro visava garantir a valorização e a estabilidade econômica da produção cafeeira, principal *commodity* brasileira da época.

Nilo Peçanha implementou também uma série de reformas urbanas significativas, incluindo a eletrificação de áreas urbanas e melhorias na infraestrutura pública. Em sua administração, promoveu-se a diversificação econômica, com fomento a práticas agrícolas e industriais que asseguraram a evolução do Estado em um contexto crescente de urbanização e modernização.

Após sua bem-sucedida gestão estadual, foi eleito vice-presidente da República, em 1906. A ascensão à presidência ocorreu em 14 de junho de 1909, após o falecimento de Afonso Pena. Durante o mandato presidencial, que perdurou até 15 de novembro de 1910, Nilo Peçanha manteve o ímpeto implementador de reformas ousadas e inovadoras, desta vez com enfoque na educação e no desenvolvimento social.

Entre suas ações mais significativas, destaca-se a fundação da Escola de Aprendizes Artífices, a primeira instituição de ensino técnico do Brasil. Assim, estabeleceu-se um modelo educacional que valorizava a formação profissional de jovens, preparando-os para um mercado de trabalho em constante transformação. Esse pioneirismo motivou o reconhecimento de Nilo Peçanha como Patrono da Educação Profissional e Tecnológica, haja vista a estruturação das bases para a futura rede de instituições de ensino técnico e profissional do País.



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin
Para verificação

Avulso do PL 6044/2025 [3 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Também foi vanguardista ao instituir o Serviço de Proteção aos Índios, iniciativa de reconhecimento e defesa dos direitos das populações indígenas, que ainda hoje reverbera em estratégias de inclusão e respeito à diversidade cultural.

Após seu mandato presidencial, Nilo Peçanha foi eleito Senador em 1912, tendo retornado à Casa da qual fizera parte no ano de 1903. Em 1914, assumiu a presidência do Senado Federal, período em que demonstrou novamente capacidade extraordinária para articular interesses divergentes e construir consenso em um ambiente político fragmentado.

Como presidente do Senado, dedicou-se à mediação entre as diversas correntes políticas, em prol da estabilidade do regime republicano em uma época marcada por tensões sociais e políticas. A habilidade em promover diálogos entre os diferentes setores da sociedade moldou-lhe uma visão inclusiva e democrática, condição necessária para a governança do Brasil.

A trajetória de Nilo Peçanha é inegavelmente emblemática, para além de suas realizações administrativas e políticas, pois se tornou símbolo de resistência e superação das barreiras raciais ao longo da história brasileira. Cumpre reconhecermos que sua presença no mais alto cargo do País, como o primeiro Presidente negro, demonstra a força de uma visão inclusiva e participativa, cuja influência perdura até os dias atuais.

Após seu falecimento em 31 de março de 1924, ainda no vigor dos seus 56 anos, o legado continuou a inspirar gerações posteriores, reverberando, especialmente, nos âmbitos educacional e social. Ademais, a sua visão de um Brasil mais justo e equitativo, no qual a educação é um direito fundamental, permanece gravada na memória coletiva do povo brasileiro.

Por tudo isso, é de extrema relevância a inscrição do nome de Nilo Procópio Peçanha no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, para honrarmos sua memória e para lembrarmos a todos nós que a luta pela educação, pela justiça social e pela igualdade deve ser incessante. Portanto, com o mesmo viés agregador, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin
Para verificação

Avulso do PL 6044/2025 [4 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Sala das Sessões,

Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

SF/25730.50901-33



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin
Para verifica

Avulso do PL 6044/2025 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

Avulso do PL 6044/2025 [6 de 6]



Projetos de Lei Complementar





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 246, DE 2025

Assegura liberdade concorrencial e fortalece a defesa digital do País ao retirar exigência indevida e permitir que empresas de segurança cibernética atuem no Brasil com plena responsabilidade jurídica.

AUTORIA: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)

Avulso do PLP 246/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/25531.28949-72

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2025

Assegura liberdade concorrencial e fortalece a defesa digital do País ao retirar exigência indevida e permitir que empresas de segurança cibernética atuem no Brasil com plena responsabilidade jurídica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 142 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 142.

.....

II – operações e prestações de serviços de segurança da informação e segurança cibernética desenvolvidos por sociedade **estabelecida e que disponha de representante legal no Brasil**, relacionados no Anexo XI desta Lei Complementar, com a especificação das respectivas classificações da NBS e da NCM/SH.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei Complementar corrige o art. 142, II, da Lei Complementar (LC) nº 214, de 2025, que hoje impõe a exigência de sócio brasileiro com participação mínima de 20% do capital social para acesso a benefício fiscal.



Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Ruy Carneiro – Gabinete 02
Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificação

Avulso do PLP 246/2025 [2 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/25531.28949-72

Tal condição não encontra respaldo constitucional e distorce o objetivo da Reforma Tributária prevista na EC nº 132, de 2023, que estabeleceu princípios de neutralidade, isonomia e livre concorrência, especialmente para setores estratégicos como segurança nacional e cibernética.

Em vez de restringir com base na origem do capital, este Projeto de Lei Complementar propõe critério mais adequado: a obrigatoriedade de que a empresa esteja sediada no Brasil e possua representante legal no país.

Esse requisito assegura submissão plena ao ordenamento jurídico e à fiscalização nacional, sem criar barreiras artificiais que limitem a competitividade e o acesso a tecnologias globais necessárias à proteção digital.

A urgência da medida é evidente diante do aumento dos ataques cibernéticos em escala mundial, capazes de desestruturar economias inteiras. Ao ajustar a legislação, garante-se maior segurança jurídica, fortalecimento da defesa cibernética e alinhamento às diretrizes constitucionais.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação deste relevante Projeto de Lei Complementar.

Sala das Sessões,

Senador MECIAS DE JESUS
(REPUBLICANOS/RR)



Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Ruy Carneiro – Gabinete 02
Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificação

Avulso do PLP 246/2025 [3 de 4]

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 214 de 16/01/2025 - LCP-214-2025-01-16 - 214/25

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2025;214>

- art142_cpt_inc2

Avulso do PLP 246/2025 [4 de 4]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 247, DE 2025

Adoção de um limite único, de forma a harmonizar os critérios de enquadramento, reduzir distorções e favorecer a competitividade das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, fortalecendo o papel do SIMPLES NACIONAL.

AUTORIA: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)

Avulso do PLP 247/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/25982.59619-42

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2025

Adoção de um limite único, de forma a harmonizar os critérios de enquadramento, reduzir distorções e favorecer a competitividade das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, fortalecendo o papel do SIMPLES NACIONAL.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 13-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13-A. Para efeito de recolhimento do ICMS e do ISS no Simples Nacional, o limite máximo de que trata o inciso II do **caput** do art. 3º será de R\$ **4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)**, observado o disposto nos §§ 11, 13, 14 e 15 do mesmo artigo, nos §§ 17 e 17-A do art. 18 e no § 4º do art. 19.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, a Lei Complementar nº 123, de 2006, prevê dois sublimites de receita bruta para ICMS e ISS no regime unificado:

- até R\$ 1,8 milhão para Estados com participação no PIB nacional de até 1%;
- até R\$ 3,6 milhões para Estados com participação no PIB superior a 1%.



Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Ruy Carneiro – Gabinete 02
Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus
Para verifica

Avulso do PLP 247/2025 [2 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/25982.59619-42

A Lei Complementar nº 214, de 2025, por sua vez, prevê que o limite de receita bruta para recolhimento da CBS no regime unificado é de R\$ 4,8 milhões, mas o limite de receita para recolhimento do IBS é de R\$ 3,6 milhões.

No entanto, a unificação dos limites de receita bruta de IBS e CBS em R\$ 4,8 milhões no âmbito do Simples Nacional é medida necessária para assegurar maior coerência, simplificação e segurança jurídica ao regime.

Atualmente, a existência de limites distintos gera complexidade administrativa, dificulta o cumprimento das obrigações tributárias e compromete o princípio da unicidade que norteia o sistema.

Além disso, a manutenção de sublimites diferenciados para tributos que compõem o mesmo regime unificado contraria a lógica da reforma tributária, que tem como objetivo central a racionalização e a simplificação do sistema.

A adoção de um limite único, em R\$ 4,8 milhões, harmoniza os critérios de enquadramento, reduz distorções e favorece a competitividade das micro e pequenas empresas, fortalecendo o papel do Simples Nacional como instrumento de estímulo ao empreendedorismo e ao desenvolvimento econômico.

Ante o exposto, na certeza de estar contribuindo com as empresas mais economicamente vulneráveis, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, esperamos contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei Complementar.

Sala das Sessões,

Senador MECIAS DE JESUS
(REPUBLICANOS/RR)



Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Ruy Carneiro – Gabinete 02
Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificação

Avulso do PLP 247/2025 [3 de 4]

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; Estatuto da Micro e Pequena Empresa; Lei do Simples Nacional; Lei do Supersimples - 123/06
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2006;123>
- art13-1
- Lei Complementar nº 214 de 16/01/2025 - LCP-214-2025-01-16 - 214/25
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2025;214>



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 884, DE 2025

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia Mundial da Conscientização do Autismo.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Magno Malta (PL/ES)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 884/2025 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 03/04/2026, a fim de celebrar o Dia Mundial da Conscientização do Autismo.

JUSTIFICAÇÃO

O Dia Mundial da Conscientização do Autismo é comemorado no dia 2 de abril, criado pela ONU em 18 de dezembro de 2007, esta data tem o objetivo de trazer um amplo debate na sociedade para que todos possam acabar com preconceitos e esclarecer a própria sociedade e governos a importância de conhecer e saber conviver, lidar e ajudar essas pessoas Autistas.

O Autismo é um transtorno neurodesenvolvimento, mais conhecido como TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA-TEA. O Autismo não é considerada uma doença, apesar de ter CID. O Autismo não é único e sim cada pessoa tem seu grau e suas características próprias. Existem Autistas de grau 1 (leve), grau 2 (moderado) e grau 3 (severo).

Cada um com seu diagnóstico, podendo ou não detectar dificuldade de socialização, aprendizagem, estereotípias, dentre outros sintomas. Por isso a



necessidade do diagnóstico precoce para assim tratar essa criança para que possa atingir uma situação de estabilidade e poder viver com qualidade de vida.

Sala das Sessões, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)
Senador

SF/25023.83289-67 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 885, DE 2025

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o 66º Aniversário de Brasília

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Lucas Barreto (PSD/AP)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 885/2025 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 20/04/2026, a fim de celebrarmos o 66º Aniversário de Brasília.

JUSTIFICAÇÃO

Brasília comemora os seus 66 anos em 21 de abril de 2026.

A Capital do Brasil foi o primeiro núcleo urbano, construído no século XX, considerado digno de ser incluído na lista de bens de valor universal, recebendo o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1987, da UNESCO.

O reconhecimento de seu valor patrimonial fundamentou-se no plano urbanístico de Lúcio Costa, concebido em quatro escalas estruturais: a Monumental – compreendida em todo o Eixo Monumental e que abriga a alma político-administrativa do País; a Gregária – representada por todos os setores de convergência da população; a Residencial – composta pela Superquadras Sul e Norte – e a Bucólica – que permeia as outras três, por se destinar aos gramados, praças, áreas de lazer, orla do lago Paranoá e aos jardins tropicais de Burle Marx.

Da interação dessas quatro escalas nasceu uma cidade que “sendo monumental” é também cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. É ao



mesmo tempo, derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional. Esta é a Capital do Brasil.

Assim, esperamos contar com o apoio dos Pares para comemorarmos juntos os 66 anos de Brasília.

Sala das Sessões, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)
Senador





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 886, DE 2025

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia do Contabilista.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Lucas Barreto (PSD/AP)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 886/2025 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/25954.37060-02 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 27/04/2026, a fim de celebrar o Dia do Contabilista .

JUSTIFICAÇÃO

Desde 1926, comemora-se no Brasil, em 25 de abril o Dia do Contabilista, categoria profissional que engloba contadores (bacharéis em Ciências Contábeis) e técnicos em contabilidade (ensino médio). Passados quase 90 anos da data que marcou o início da luta pela regulamentação da profissão, sendo definitivamente conquistada em 1946, é perceptível a mudança na forma como a sociedade enxerga o profissional da Contabilidade. Qual uma bússola, o contabilista ajuda a administração a manter a rota prevista e afasta as incertezas provocadas por turbulências que atingem a economia mundial e o mercado. A tarefa do contabilista, entre outras é de organizar e supervisionar contabilidade uma empresa ou instituição, pública ou privada.

Os Contabilistas exercem relevante função social, pois colaboram com o governo, em todas as suas esferas, funcionando como verdadeiros agentes arrecadadores. Outra atribuição do contabilista é a de revisor de contas. Funcionam também, como auditores externos, verificando se as contas estão em ordem. Devem conhecer a legislação fiscal, comercial e do trabalho e



ter conhecimentos teóricos e práticos sobre estatística, economia, matemática, administração, recursos humanos e direito.

Cada vez mais é imprescindível o uso da informática e de novas tecnologias, obrigando estes profissionais a investirem em sua capacitação, bem como na educação continuada.

Diante disso, entendemos ser necessária a realização do presente Sessão Especial visando homenagear este profissional que presta relevantes serviços ao País.

Sala das Sessões, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)
Senador





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 887, DE 2025

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia da Polícia Militar do Distrito Federal.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 887/2025 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/25627.12450-75 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 15/05/2026, a fim de celebrar o Dia da Polícia Militar do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A história da Polícia Militar do Distrito Federal começa no século XIX, com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, por causa do bloqueio continental e da invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte. Dom João VI, o príncipe regente, e sua corte necessitavam de uma grande estrutura no Brasil-Colônia e, com isso, promoveu-se um grande desenvolvimento no País com a abertura de portos, a criação da Biblioteca Pública, do Arquivo Militar, da Academia de Belas Artes, do Jardim Botânico e de outras instituições que estruturaram o país.

Com os elementos da Guarda Real da Polícia de Lisboa – uma instituição de caráter militar, mas subordinada a Intendência-Geral da Polícia – que vieram para o Brasil e segundo os seus moldes, em 13 de maio de 1809, Dom João VI cria a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro, primeiro núcleo da Polícia Militar do Distrito Federal, que tinha a missão de guardar e vigiar a cidade do Rio de Janeiro. Essa divisão também foi chamada de Corpo de Quadrilheiros.



Após ser rebatizada algumas vezes, a Polícia Militar do Distrito Federal foi transferida do Rio de Janeiro para a nova capital da república, Brasília. Em agosto de 1965, o diretor do então Departamento Federal de segurança Pública baixou normas para o comandante geral da corporação, naquela época sediada no Estado da Guanabara, instalasse na nova capital uma unidade administrativa com efeito orgânico de uma Companhia de Polícia Militar. A finalidade dessa companhia era executar o serviço de trânsito do DF.

A PMDF foi instalada na atual capital somente em 1966, com profissionais vindos da PM do Rio de Janeiro, oficiais do Exército Brasileiro e mais alguns remanejados de outras instituições de segurança pública, em virtude da reorganização do Distrito Federal. Nesses anos todos de existência, a Polícia Militar do Distrito Federal dedica-se à segurança pública da Capital Federal, atuando em todas as regiões do DF e trabalhando dia e noite para o seu bem-estar, sempre sob o lema: Polícia Militar do Distrito Federal – muito mais que segurança.

Por isso, julgamos importante a realização da Sessão Especial em epígrafe, para homenagear estes policiais militares do Distrito Federal, que realizam com bravura e dedicação o trabalho de proteger a sociedade na Capital da República.

Sala das Sessões, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)
Senador





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 888, DE 2025

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia do Quadrilheiro Junino.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Lucas Barreto (PSD/AP)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 888/2025 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 22/06/2026, a fim de celebrar o Dia do Quadrilheiro Junino.

JUSTIFICAÇÃO

O mês de junho é marcado pelas fogueiras, que servem como centro para a famosa dança de quadrilhas, cujas festas populares são realizadas por igrejas, colégios, sindicatos, empresas ou ocorrem em locais reservados para as festividades como é o caso do Parque do Povo, em Campina Grande/Paraíba, cidade que detém o título do Maior São João do Mundo ficando o São João de Caruarú/Pernambuco em segundo lugar, embora alguns discordem do título dado aos paraibanos.

Tamanha é a relevância dessa festa em todas as regiões do país que foi instituído o dia 27 de junho como o DIA NACIONAL DO QUADRILHEIRO JUNINO, a ser comemorado, anualmente, em todo o território nacional, conforme Lei nº 12.390/2011. Frisando que a referida lei considera quadrilheiro junino todo profissional que utiliza meio de expressão artística cantada, dançada ou falada transmitido por tradição popular nas festas juninas.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a realização da Sessão Especial em epígrafe, alusiva ao Dia do Quadrilheiro



Junino para homenagearmos esses profissionais e revigorarmos tão importante folclore brasileiro que são as festas JUNINAS E JULINAS.

Sala das Sessões, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)
Senador

SF/25463.08115-20 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 889, DE 2025

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia do Maçom.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 889/2025 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

REQUERIMENTO Nº DE

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 21/08/2026, a fim de celebrar o Dia do Maçon.

JUSTIFICAÇÃO

Por vezes perguntamos: O que tem levado tantos homens, no mundo inteiro, a abraçar esta Instituição, seguir e difundir seus princípios? Acreditamos que o motivo fundamental é porque confiamos nos princípios sobre os quais ela foi construída: “LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE”.

Crer nos ideais de buscar a perfeição e praticar a beneficência. Aperfeiçoar-se e servir. Há a lição da irmandade. O sagrado sentimento de união entre os Irmãos, que nos traz a cada sessão e nos faz permanecer num fraterno e imorredouro abraço. Homens de bons propósitos, perseguindo, incansavelmente, a perfeição. Homens preocupados em ser, em transcender, num preito à espiritualidade e a crença no que é bom e justo. Pregam o dever e o trabalho. Dedicam especial atenção à manutenção da família, ao bem-estar da sociedade, à defesa da Pátria e o culto ao Grande Arquiteto do Universo.

Temos perfeita consciência de nosso papel social e da importante parcela de responsabilidade na missão de transformar o mundo, modificando, aprimorando as coisas que nos cercam. “Em setembro de 1918,



o Irmão Antenor de Campos Moura, então Venerável da Loja “Fraternidade de Santos”, propunha ao Grande Oriente de Brasília instituição do “Dia do Maçom”, que seria comemorado não só como um dia de festa, mas também como um dia de beneficência e de caridade.

Na data fixada, as Lojas de todo o Brasil deveriam realizar uma sessão que fosse Econômica, ou Magna de Iniciação, ou branca; não deveria ser exigido que se cumprisse um programa arcaico e muitas vezes despido de interesse. Cada Loja que fizesse uma reunião como bem entendesse.

Qualquer data poderia ser para o “Dia do Maçom”; a data poderia ser aquela em que esse projeto fosse aprovado. ” Posteriormente foi fixada a data de 20 de agosto, sendo aceita e comemorada por todos. Por isso, diante do trabalho social junto às famílias e a sociedade, julgamos importante a realização da Sessão Especial em epígrafe pois é a maneira de justa desta casa homenagear esta importante Instituição centenária.

Sala das Sessões, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)
Senador





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 890, DE 2025

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia dos Corretores de Imóveis

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Lucas Barreto (PSD/AP)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 890/2025 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/25745.95026-10 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 28/08/2026, a fim de celebrar o Dia dos Corretores de Imóveis.

JUSTIFICAÇÃO

Em 27 de agosto se comemora o Dia Nacional do Corretor de Imóveis. Essa data homenageia o profissional que se dedica a garantir que o cliente tenha a melhor experiência durante o processo de compra e venda ou locação de um imóvel.

O corretor de imóvel é o profissional responsável por atuar como um intermediador nas negociações de compra, venda ou locação de imóvel. Durante esse processo, o corretor deve apresentar as informações para encontrar uma condição que seja favorável para o comprador e para o vendedor.

Frise-se, contudo que a sua função não se limita apenas a isso. Também cabe a esse profissional informar ao comprador sobre os principais aspectos do imóvel, bem como as características da região onde o imóvel está localizado.

Cabe ao corretor, ainda, avaliar o valor comercial do imóvel para precificá-lo de maneira justa. Para isso, ele considera questões como custo de vida



da cidade, localização e condições estruturais da residência. Além disso, outro objetivo deve ser buscar soluções para valorizar o bem no mercado.

Destacando-se que esses profissionais também são responsáveis por verificar toda documentação da propriedade, do vendedor e do comprador. Essa responsabilidade dá mais segurança para as partes envolvidas no acordo. Por fim, o corretor ajuda a facilitar esse processo ao explicar todos os detalhes do contrato de locação.

Assim sendo, espero contar com o apoio dos meus pares para a realização da sessão especial em tela com o intuito de prestigiarmos esses profissionais.

Sala das Sessões, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)
Senador

Avulso do RQS 890/2025 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 891, DE 2025

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia do Administrador

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Lucas Barreto (PSD/AP)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 891/2025 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 11/09/2026, a fim de celebrar o Dia do Administrador.

JUSTIFICAÇÃO

Um administrador está sempre focado em resultados, indicadores, medidores de desempenho, enfim, tudo que possa gerar mais ao negócio resultado prático àquele preceito mais importante do que todos, que é o cliente.

Então, o administrador tem foco no negócio, no seu core business, tema visão de que tudo que é feito no escritório deve reverter ao cliente, ou seja, ter um administrador é administrar a dor da gestão interna. As empresas não são obrigadas a terem um profissional Administrador, porém o reflexo disso é que a maioria das empresas fecham suas portas nos primeiros anos de vida.

A administração é importante para as empresas, mas também é útil para nós mesmos, para que saibamos administrar nossas próprias vidas. A Administração é a profissão que mais cresce no Brasil e no mundo. E temos muito o que comemorar. Nestes 45 anos, o Sistema CFA/CRA – Conselhos Federal e Regionais de Administração tem desenvolvido ações para promover a difusão



da Ciência da Administração e a valorização da profissão em busca da defesa da sociedade.

A implementação de projetos direcionados para a fiscalização e para a formação profissional permitiu a consolidação da atuação dos Administradores no mercado de trabalho. Hoje, cada vez mais profissionais qualificados e registrados nos CRAs estão à frente de cargos estratégicos em órgãos públicos e empresas privadas. São profissionais capazes de observar, questionar, interpretar, liderar e tomar decisões com foco em cada fase do projeto. Empreendedorismo, dedicação, comunicação, ousadia e percepção somam-se às qualidades dos Administradores, profissionais imprescindíveis para o sucesso das organizações.

Diante disso, entendemos ser necessária a realização do presente Sessão Especial em epígrafe visando homenagear este profissional que presta relevantes serviços ao País seja na área pública ou privada.

Sala das Sessões, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)
Senador





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 892, DE 2025

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia do Médico

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Lucas Barreto (PSD/AP)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 892/2025 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/25508.61501-76 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 19/10/2026, a fim de celebrar o Dia do Médico .

JUSTIFICAÇÃO

No dia 18 de outubro, comemora-se o dia daquele profissional que se preocupa com a nossa saúde e que trabalha incansavelmente em prol da vida e pelo bem estar de todos. Ele é o médico, seja pediatra, ginecologista, oncologista ou clínico geral, não importa a especialidade.

É sábio conhecedor de cada parte do corpo humano, sabendo o que devemos fazer quando algo não vai bem em nosso organismo. É ele quem investiga as causas das doenças humanas, buscando sua prevenção e cura.

A data 18 de outubro foi escolhida em homenagem a São Lucas, padroeiro da medicina e consta como dia do santo pela tradição litúrgica.

São Lucas exercia a profissão de médico e também tinha vocação pela pintura. Escreveu o terceiro evangelho e o "ato dos apóstolos" da Bíblia Sagrada. Acredita-se que veio de família abastada pelo seu estilo literário. A medicina é a ciência que investiga a natureza e a origem das doenças do homem de



modo a preveni-las, controlá-las e curá-las, preservando assim a saúde das pessoas. A palavra deriva do verbo latino *mederi* que significa curar e tratar.

A ciência surge de forma experimental, como resultado de experiências com técnicas ainda rudimentares (como tomar banho frio para baixar febre, por exemplo). Desenhos rupestres mostram que na pré-história o homem já reconhecia algumas doenças e o efeito terapêutico de plantas curativas, além do calor, frio e luz solar.

Somente no final do século é que se inicia a medicina moderna com o estudo da anatomia humana. Em 1543, o médico André Vesálio publica "A organização do corpo humano" com descrições e detalhes do corpo humano, representando um grande avanço na medicina ainda incipiente. Para conceber a obra, André usou a técnica de dissecação de cadáveres, tendo sido, por isso, condenado à morte pela Inquisição.

Assim, surgiu o médico ou doutores de todas as especialidades desde o dedo do pé até o mais tênue fio de cabelo, razão pela qual julgamos importante a realização da Sessão Especial em epígrafe visando homenagear o médico brasileiro que muito tem contribuído para a prevenção ou cura da saúde do nosso povo.

Sala das Sessões, de de

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)
Senador





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 893, DE 2025

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar os 50 anos do Hospital Dom Orione

AUTORIA: Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 893/2025 [1 de 3]



REQUERIMENTO Nº DE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 14/04/2026, em comemoração aos 50 anos do Hospital Dom Orione.

JUSTIFICAÇÃO

Fundado como um presente da Pequena Obra da Divina Providência ao Brasil, por ocasião do centenário de nascimento de São Luís Orione (1872-1972), o Hospital Dom Orione é expressão viva da caridade orionita no norte do país. Em 1976, passou a ofertar serviço público de saúde à população, iniciando uma parceria duradoura e estratégica entre filantropia e saúde pública, que ao longo de cinco décadas tem garantido atendimento integral e humanizado a milhares de famílias. Atualmente, a instituição realiza mais de 500 mil atendimentos anuais, com o firme compromisso de unir saúde e evangelização.

Assim, sua atuação merece a oportunidade de ser homenageada pelo Senado Federal, sendo motivo de honra para todos que, ao longo desta trajetória,



contribuíram com dedicação e amor ao próximo, no intuito de que esta obra continue a servir "o bem sempre e a todos", como ensinava o próprio fundador.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025.

Senador Eduardo Gomes
(PL - TO)
Primeiro Vice-Presidente

SF/25175.41105-23 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 894, DE 2025

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia do Oftalmologista.

AUTORIA: Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Alan Rick (REPUBLICANOS/AC), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 894/2025 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran

SF/25551.78397-46 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 07/05/2026, a fim de comemorar o Dia do Oftalmologista.

JUSTIFICAÇÃO

Com o objetivo de homenagear quem cuida da nossa visão, requeiro Sessão Especial para o Dia do Oftalmologista, comemorado no dia 07 de maio, pois sabemos que a dedicação desses especialistas é fundamental para nossa qualidade de vida, buscando sempre melhorar a nossa saúde ocular.

Por meio dos nossos olhos, é possível ver o mundo e coisas novas a cada dia, criando imagens permanentes na memória e a visão é um bem precioso e requer cuidados específicos.

A oftalmologia foi um dos primeiros ramos da medicina a ter sua própria especialidade e, sem dúvida, é uma das áreas mais importantes dentro da Medicina. Isso porque o oftalmologista é o médico especialista na saúde ocular, capacitado para todos os procedimentos relacionados à visão. Por isso, visitar o oftalmologista é fundamental para proteção de doenças que podem causar danos sérios para a visão.



Diante do exposto, entendo que esta Casa não poderia se furtar à homenagem ora pretendida, razão pela qual peço apoio de meus pares, no sentido de aprovar o presente requerimento.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2025.

Senador Dr. Hiran
(PP - RR)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 895, DE 2025

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o aniversário do Estado de Roraima.

AUTORIA: Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Wilder Morais (PL/GO)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 895/2025 [1 de 2]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran

SF/25895.13049-08 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 05/10/2026, a fim de comemorar o aniversário do Estado de Roraima.

Sala das Sessões, de de .

Senador Dr. Hiran
(PP - RR)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 896, DE 2025

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia do Psiquiatra e homenagear os 60 anos da Associação Brasileira de Psiquiatria

AUTORIA: Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Alan Rick (REPUBLICANOS/AC), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 896/2025 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 13/08/2026, a fim de elebrar o **Dia do Psiquiatra**, comemorado em 13 de agosto, e homenagear os **60 anos da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP)**.

JUSTIFICAÇÃO

A Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) foi fundada em **13 de agosto de 1966**, e ao longo de seis décadas, tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento científico, social e público da psiquiatria no Brasil. Atualmente, a instituição reúne mais de seis mil associados e mantém presença em todos os estados brasileiros, consolidando-se como uma força vital na luta pela saúde mental.

Em 2016, a ABP teve a iniciativa de instituir o dia **13 de agosto** como o Dia do Psiquiatra, em reconhecimento à dedicação e ao serviço prestado pelos médicos psiquiatras brasileiros. A homenagem no plenário do Senado Federal é, portanto, uma oportunidade de reconhecer a importância desses profissionais, bem como a trajetória e as conquistas da ABP. A Sessão Especial servirá para destacar o papel crucial da psiquiatria no cuidado de milhões de brasileiros que sofrem com doenças mentais e para reforçar a necessidade de políticas públicas eficazes nessa área.



Diante do exposto, e em consideração à relevância da saúde mental para a sociedade brasileira, solicito a aprovação deste requerimento para a realização da Sessão Especial.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2025.

Senador Dr. Hiran
(PP - RR)
Presidente da Frente Parlamentar Mista da Medicina - FPMed





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 897, DE 2025

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia do Médico.

AUTORIA: Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Luís Carlos Heinze (PP/RS), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 897/2025 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran

SF/25237.63484-32 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, em outubro, a fim de comemorar o Dia do Médico.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 18 de outubro é comemorado o Dia do Médico, um profissional responsável por cuidar e promover a saúde de toda a população. Essa data foi escolhida em referência ao Dia de São Lucas, o santo padroeiro da Medicina.

A medicina é a ciência que investiga a natureza e a origem das doenças do homem de modo a preveni-las, controlá-las e curá-las, preservando assim a saúde das pessoas. A palavra deriva do verbo latino mederi que significa curar e tratar.

Os médicos enfrentam diversos desafios em sua profissão e merecem que essa data seja comemorada como reconhecimento de sua importância para a sociedade.



Assim é muito importante a realização dessa Sessão Solene para homenagear o médico brasileiro que muito têm contribuído para a prevenção e saúde.

Sala das Sessões, de de .

Senador Dr. Hiran
(PP - RR)

SF/25237.63484-32 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 898, DE 2025

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar os 150 anos do município de Jaraguá do Sul, no estado de Santa Catarina.

AUTORIA: Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Wellington Fagundes (PL/MT)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 898/2025 [1 de 6]





SENADO FEDERAL

SF/25596.18501-67 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 29/06/2026, a fim de celebrar o aniversário de 150 anos do município de Jaraguá do Sul, no estado de Santa Catarina.

Tal solenidade, além de prestigiar a história da cidade, será um gesto de reconhecimento institucional ao povo jaraguaense, cuja dedicação contribuiu de forma significativa para o progresso de nosso País.

JUSTIFICAÇÃO

Em 1851 nas terras dotais da Princesa Dona Francisca e do Príncipe de Joinville, inicia-se a colonização do Domínio Dona Francisca, tendo por limite o lado esquerdo do rio Itapocu. Em 17 de outubro de 1870 a Lei Federal nº 1904 instituía o Patrimônio Dotal da Princesa Isabel casada em 1864 com o Conde d'Eu: terras devolutas a serem demarcadas em Santa Catarina - GrãoPará (Orleans) e em Joinville.

No ano de 1875 Emílio Carlos Jourdan, engenheiro e coronel honorário do Exército Brasileiro, foi convidado para fazer a medição e tombamento de 25 léguas quadradas no Vale do Itapocu e Rio Negro, assinando contrato em 21 de janeiro de 1876. Na mesma época assinou instrumento particular de arrendamento de 430 hectares das terras com a Princesa Isabel. Após sua chegada a Joinville, parte



para São Bento em 29 de fevereiro de 1876 e 49 dias depois retorna a Joinville, em 17 de abril de 1876, encerrando a demarcação.

Passa a colonizar os lotes e com auxílio de 60 trabalhadores que cultivam a cana-de-açúcar, constituindo-se ali um engenho de cana, serraria, olaria, engenho de fubá e mandioca. O Estabelecimento Jaraguá, em tupi-guarani Senhor do Vale, ficava entre os rios Itapocu e Jaraguá e a região pertencia ao município de Paraty (Araquari). Em 17 de abril de 1883 foi anexada por Joinville. Diante da impossibilidade de reverter a situação Jourdan em 1888 desiste deste empreendimento, que foi depredado em 1893.

Com a Proclamação da República em 1889 as terras dotais passam para o domínio da União, e em 1893 para a jurisdição dos Estados. As terras devolutas na região, à margem direita do Rio Jaraguá, passam a ser colonizadas pelo Estado através do Departamento de Terras e Colonização, sediado em Blumenau, a partir de 1891: na região de Garibaldi e Jaraguá Alto, com imigrantes húngaros; na região do Rio da Luz e Rio Cerro com colonizadores alemães e neste último também com italianos.

Após sua participação na Revolução de 1893 ao lado do Marechal Floriano Peixoto, Emílio Carlos Jourdan retorna a região e solicita ao Governador do Estado de Santa Catarina, Hercílio Pedro da Luz, a concessão de 10.000 hectares de terras para a Colônia Jaraguá, o que ocorre em 15 de maio de 1895, com escritura lavrada em 4 de fevereiro de 1896. Devido a problemas de demarcação da concessão e desavenças políticas, Emílio Carlos Jourdan vende a concessão em Primeiro de julho de 1898, para Pecher & Cia e retira-se para o Rio de Janeiro.

No ano de 1895 Joinville institui Jaraguá como o 2.º Distrito, nomeando para Intendente, Maximiliano (Max) Schubert e em 22 de agosto é criado o Distrito de Paz. Mas, em 1896 a região volta a pertencer a Paraty. Houve ainda a possibilidade de formar com Barra Velha um município com o nome de Glória. Foram realizadas consultas populares em 1897: Georg Czerniewicz e Roberto Buhler lideravam o grupo que defendia a emancipação; Rosenberg, Butschardt e



Koch eram do grupo que queriam ser anexados a Joinville. Venceu o segundo grupo e Jaraguá passou, efetivamente a ser, o 2.º Distrito de Joinville.

Após alguns anos, de um simples povoado, Jaraguá se tornou uma vila economicamente ativa, principalmente após a construção da ferrovia, inaugurada em 1910. A cidade cresceu ao seu redor e neste burburinho chegavam as notícias, os produtos, os visitantes e, escoava-se a produção local.

Assim, por volta de 1930, o movimento pró-emancipação se formou e pelo Decreto Estadual n.º 565 de 26 de março de 1934, o Interventor Federal Aristiliano Ramos, desmembrou Jaraguá de Joinville, tornando-o Município e nomeando para Prefeito, o então Intendente, José Bauer. No dia 8 de abril de 1934 ocorre a solenidade de instalação do município na sede da Intendência de Jaraguá, perante inúmeras autoridades e a comunidade, que muito prestigiou o evento.

Em 1943, pelo decreto n.º 941 o município passa a ser Jaraguá do Sul. Por sua vez, o Distrito de Hansa também busca sua emancipação, efetivando-se através da Lei n.º 348 de 21 de junho de 1958 (atual Corupá).

Jaraguá do Sul, uma das principais cidades de Santa Catarina, é um vale verde cercado por montanhas cobertas de matas, onde se sobressai o Morro Boa Vista, com 923 metros de altura, estrategicamente situado como um exuberante pano de fundo e cartão-postal da cidade.

Com uma população aproximada de 170.000 habitantes, a cidade é um dos principais parques fabris de Santa Catarina, importante polo econômico e de exportação. São mais de mil indústrias de pequeno, médio e grande porte, que fabricam os mais variados produtos, principalmente dos setores de metalmecânica, malhas, confecções, móveis, chapéus, gêneros alimentícios, essências, cosméticos, além de componentes eletrônicos e informática.

A educação, sempre foi motivo de preocupação na cidade desde os tempos dos primeiros colonizadores, e atualmente oferece excelência no ensino



desde o infantil ao superior, com centros de educação infantil, escolas públicas e particulares, escolas técnicas e universidades.

A descendência de sua população - alemã, negros, italianos, húngaros e poloneses - tem uma forte contribuição na formação cultural da cidade. Com suas Associações Étnicas, Sociedades de Tiro, suas Edificações Históricas e com seus museus de diferentes temáticas, Arquivo Histórico e Fundação Cultural, a cidade demonstra sua preocupação na preservação de seu patrimônio cultural. Entre os eventos para diversos públicos, podemos destacar a Schützenfest - Festa dos Atiradores, realizada em novembro, para motivar uma das tradições mais enraizadas do município, o tiro ao alvo, mantido pelas Sociedades de Tiro, remanescentes dos imigrantes germânicos. Com desfiles alegóricos, danças folclóricas, bailes e gastronomia típica e as competições de tiro que são o atrativo maior da Schützenfest.

A cultura também é destacada no turismo, setor que a cidade vem profissionalizando nos últimos anos. O desenvolvimento das atividades culturais em Jaraguá do Sul favoreceu a construção do centro cultural SCAR - Sociedade Cultura Artística, por onde passam espetáculos nacionais e internacionais, como o Festival de Música de Santa Catarina (FEMUSC). Temos também a Arena Jaraguá, obra que foi concebida por arquitetos jaraguaenses com foco no esporte, porém, com espaços de múltiplo uso e uma estrutura de grandes proporções, que recebe eventos culturais, de negócios como feiras e congressos e shows musicais.

Jaraguá do Sul cresce, pela força empreendedora de seus habitantes, que nunca esquecem suas raízes, que valorizam o que foi construído pelos antecessores e perpetuam seus ensinamentos.



Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, 2 de outubro de 2025.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)

Senadora Ivete da Silveira
(MDB - SC)

SF/25596.18501-67 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 899, DE 2025

Requer informações ao Senhor Enrique Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, sobre as investigações conduzidas pela Polícia Federal, em conjunto com a CGU, relativas a suspeitas de fraudes, superfaturamento, conluio empresarial e pagamento por obras não executadas ("obra fantasma") no âmbito do DNOCS.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 899/2025 [1 de 6]





SENADO FEDERAL

SF/25953.92272-20 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações sobre as investigações conduzidas pela Polícia Federal, em conjunto com a CGU, relativas a suspeitas de fraudes, superfaturamento, conluio empresarial e pagamento por obras não executadas (“obra fantasma”) no âmbito do DNOCS.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações sobre as investigações conduzidas pela Polícia Federal, em conjunto com a CGU, relativas a suspeitas de fraudes, superfaturamento, conluio empresarial e pagamento por obras não executadas (“obra fantasma”) no âmbito do DNOCS.

Nesses termos, requisita-se:

1. Sobre a Operação

1.1 Quais elementos motivaram a abertura da investigação?

1.2 A PF confirma a existência de obra não executada no valor aproximado de R\$ 22 milhões?

Avulso do RQS 899/2025 [2 de 6]



1.3 Há servidores públicos investigados?

2. Sobre medidas cautelares

2.1 Houve bloqueio de bens, quebras de sigilo, apreensões de documentos ou equipamentos?

2.2 O valor estimado está sujeito a recuperação judicial?

2.3 Há risco de continuidade delitiva, destruição de provas ou obstrução?

3. Sobre cooperação interinstitucional

3.1 A PF atua em cooperação com CGU, MPF, TCU, AGU ou Receita Federal?

3.2 O DNOCS colaborou prontamente com o fornecimento de documentos?

4. Sobre desdobramentos

4.1 Há indícios de irregularidades em outros contratos ou municípios?

4.2 Há previsão de novas fases da operação?

4.3 O inquérito aponta estrutura organizada voltada ao desvio de recursos públicos?

JUSTIFICAÇÃO

As recentes informações divulgadas pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União, amplamente repercutidas pela imprensa nacional ao final de novembro de 2025, revelam um quadro extremamente grave e que demanda escrutínio imediato do Congresso Nacional. Segundo as apurações preliminares, contratos de pavimentação firmados no âmbito do DNOCS podem ter sido utilizados como instrumento de fraude, simulação de medições e desvio de



recursos públicos, incluindo a descoberta de uma possível “obra fantasma”, cujo valor total ultrapassa R\$ 22 milhões, totalmente incompatível com a realidade em campo.

A Constituição Federal, ao conferir ao Senado Federal competência fiscalizatória direta (art. 50, §2º), impõe a esta Casa o dever de acompanhar, de forma transparente e técnica, a atuação da Polícia Federal nas apurações que envolvem recursos federais de grande impacto social. No presente caso, a investigação conduzida pela PF não se limita à execução irregular de um contrato específico: os indícios levantados pela operação apontam para uma possível organização criminosa estruturada, envolvendo empresas contratadas e eventuais agentes públicos, voltada à prática sistemática de ilícitos, tais como:

- fraude à licitação;
- superfaturamento e sobrepreço;
- pagamento por serviços não executados;
- falsificação de medições;
- corrupção ativa e passiva;
- desvio e apropriação de recursos federais;
- ocultação ou dissimulação de bens.

A deflagração da operação – que ocorreu em novembro de 2025, após meses de monitoramento, diligências sigilosas, análise de fluxo financeiro e cruzamento de dados – demonstra a periculosidade, a materialidade e a organização dos atos investigados, justificando a necessidade de medidas emergenciais como bloqueio de bens, busca e apreensão e quebra de sigilos.

Há, ainda, risco concreto à continuidade das investigações, decorrente de:

- possível destruição de provas;
- continuidade delitiva, caso contratos similares permaneçam ativos;
- probabilidade de cooptação de novos contratos públicos;



- dificuldades de rastreamento de pagamentos caso medidas não sejam prontamente adotadas.

Dada a relevância e magnitude dos fatos, torna-se indispensável que o Senado Federal tenha acesso a informações precisas sobre o estágio da investigação, as medidas cautelares adotadas, o alcance da operação e os desdobramentos previstos pela Polícia Federal. Trata-se não apenas de apurar responsabilidades individuais, mas de assegurar ao país a integridade do gasto público e a proteção das políticas públicas que visam o desenvolvimento regional, especialmente nas áreas mais vulneráveis do Nordeste, tradicionalmente dependentes das obras e serviços do DNOCS.

Cumprir destacar, ainda, que parte relevante das ações executadas pelo DNOCS é financiada por emendas parlamentares – instrumento constitucional legítimo e essencial para permitir que deputados e senadores direcionem recursos a políticas públicas de interesse regional. A possibilidade de que obras financiadas por emendas, especialmente aquelas destinadas à infraestrutura básica em municípios de menor porte, tenham sido objeto de fraude, superfaturamento ou execução fictícia, representa não apenas violação ao erário, mas também grave afronta à confiança depositada pela população no sistema de representação política. O desvio de recursos oriundos de emendas parlamentares compromete diretamente a capacidade do Parlamento de atender demandas locais urgentes e historicamente negligenciadas, e agrava a percepção social de que tais instrumentos não resultam em efetiva melhoria na vida das pessoas. Dessa forma, a apuração conduzida pela Polícia Federal deve ser acompanhada com rigor por esta Casa, como forma de assegurar integridade ao orçamento público e credibilidade ao processo de alocação de recursos parlamentares.”

O requerimento apresentado não interfere no curso da investigação – que permanece sob sigilo técnico, quando necessário – mas cumpre o papel constitucional de controle externo democrático, assegurando transparência, legalidade, proteção do erário e prestação de contas à sociedade brasileira.



Diante da gravidade dos fatos, da repercussão social e do substancial valor dos recursos potencialmente desviados, este requerimento se mostra imprescindível para garantir que o Senado Federal exerça plenamente sua função de fiscalização, em respeito aos princípios da moralidade, da eficiência, da legalidade e da probidade administrativa.

Sala das Sessões, 1º de dezembro de 2025.

Senadora Damares Alves



Requerimento nº 899, de 2025, da Senadora Damares Alves, solicitando informações ao Senhor Enrique Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, sobre as investigações conduzidas pela Polícia Federal, em conjunto com a CGU, relativas a suspeitas de fraudes, superfaturamento, conluio empresarial e pagamento por obras não executadas (“obra fantasma”) no âmbito do DNOCS.

O requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 900, DE 2025

Requer informações ao Senhor Waldez Goés, Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, sobre a gestão, execução, fiscalização e supervisão de contratos firmados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), no contexto das investigações conduzidas pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pela Polícia Federal (PF), incluindo a apuração de uma obra fantasma no valor aproximado de R\$ 22 milhões, conforme divulgado pela imprensa em 27/11/2025.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 900/2025 [1 de 7]





SENADO FEDERAL

SF/25463.26636-00 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, informações sobre a gestão, execução, fiscalização e supervisão de contratos firmados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), no contexto das investigações conduzidas pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pela Polícia Federal (PF), incluindo a apuração de uma obra fantasma no valor aproximado de R\$ 22 milhões, conforme divulgado pela imprensa em 27/11/2025.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, informações sobre a gestão, execução, fiscalização e supervisão de contratos firmados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), no contexto das investigações conduzidas pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pela Polícia Federal (PF), incluindo a apuração de uma obra fantasma no valor aproximado de R\$ 22 milhões, conforme divulgado pela imprensa em 27/11/2025.

Nesses termos, requisita-se:

1. Sobre o objeto dos contratos

Avulso do RQS 900/2025 [2 de 7]



1.1 Informar todos os contratos de pavimentação, drenagem e obras correlatas firmados pelo DNOCS com a empresa investigada.

1.2 Detalhar número do contrato, objeto, valores autorizados, empenhados, liquidados, pagos, cronograma físico-financeiro e município beneficiado.

1.3 Identificar qual contrato está associado ao desvio mencionado pela PF, e o estágio de execução real da obra.

2. Sobre fiscalização e execução

2.1 Encaminhar cópias de todas as medições, relatórios de fiscalização, vistorias e registros fotográficos.

2.2 Informar o percentual de execução física das obras versus os pagamentos realizados.

2.3 Indicar se houve glosas, notificações, sanções, suspensão de pagamentos ou rescisão.

3. Responsabilização e providências administrativas

3.1 Informar se foram instauradas sindicâncias, auditorias internas extraordinárias ou PAD.

3.2 Indicar nomes, cargos e situação funcional de servidores eventualmente envolvidos.

4. Governança, controles internos e integridade

4.1 Quais mecanismos de gestão de riscos, integridade e controle o DNOCS utilizou nesses contratos?

4.2 Indicar eventuais falhas sistêmicas detectadas e providências de correção.

5. Execução orçamentária 2023–2025



5.1 Encaminhar a execução orçamentária consolidada das ações vinculadas ao DNOCS, por ano (2023, 2024, 2025).

5.2 Detalhar valores autorizados, empenhados, liquidados e pagos.

5.3 Informar eventuais contingenciamentos, suplementações ou remanejamentos que afetaram obras de pavimentação.

6. Planejamento Estratégico

6.1 Encaminhar o Plano Estratégico vigente do MIDR, destacando metas dependentes da atuação do DNOCS.

6.2 Informar o grau de execução das metas nos anos de 2023 a 2025.

7. Cumprimento do PPA 2024–2027

7.1 Indicar programas, objetivos e metas do PPA sob responsabilidade do DNOCS.

7.2 Encaminhar relatório atualizado de monitoramento dos indicadores.

7.3 Informar eventuais desvios, riscos ou metas críticas.

8. Supervisão das Autarquias pelo MIDR

8.1 Descrever a sistemática de supervisão do Ministério sobre as autarquias vinculadas.

8.2 Encaminhar normas e manuais internos que regulam a supervisão do DNOCS.

8.3 Indicar datas e atas de reuniões de monitoramento realizadas com o DNOCS (2023–2025).

8.4 Informar se houve alertas de risco, apontamentos ou auditorias internas envolvendo os contratos sob investigação.



9. Sobre execução de emendas parlamentares (individuais, de bancada e de comissão)

9.1. Informar todas as obras do DNOCS executadas com recursos provenientes de emendas parlamentares entre 2023 e 2025, discriminando autor, modalidade da emenda, número da ação orçamentária, valor autorizado, empenhado, liquidado e pago.

9.2. Indicar quais dessas obras foram objeto de auditorias internas, apontamentos da CGU, recomendações do TCU ou fiscalização in loco.

9.3. Informar se alguma das obras investigadas pela PF/CGU foi financiada parcial ou integralmente com recursos de emendas parlamentares, especificando números das emendas vinculadas.

9.4. Detalhar os mecanismos adotados pelo Ministério para garantir que recursos de emendas parlamentares resultem efetivamente em obras concluídas e bens entregues à população beneficiada.

9.5. Encaminhar relatórios consolidados de execução física e financeira das obras do DNOCS que utilizam emendas parlamentares, destacando eventuais atrasos, não execução, desistências ou cancelamentos.

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação fundamenta-se na necessidade de atuação fiscalizatória do Senado diante das graves irregularidades sob investigação da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União, envolvendo possível obra fantasma e desvio de R\$ 22 milhões em contratos do DNOCS. A operação que deu origem às apurações foi deflagrada no final de novembro de 2025, após análises técnicas e diligências preliminares que indicaram fortes indícios de superfaturamento, serviços não executados e direcionamento



contratual – circunstância que exige resposta imediata e transparente da Administração Pública.

Segundo o Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério, compete ao MIDR:

- supervisionar técnica e administrativamente suas autarquias;
- avaliar metas, indicadores e desempenho aderentes ao PPA;
- exercer orientação normativa;
- monitorar controles internos, riscos e integridade;
- garantir regularidade na execução de políticas e programas.

Importa ressaltar, ainda, a relevância institucional e histórica do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) para o país. Criado em 1909, o DNOCS é a mais antiga autarquia federal em atividade contínua e desempenha papel essencial no desenvolvimento econômico e social do Nordeste, especialmente nas regiões semiáridas. Suas obras de infraestrutura hídrica, irrigação, pavimentação, mobilidade urbana, contenção de cheias e abastecimento d'água têm impacto direto na vida de milhões de brasileiros. A apuração de irregularidades em contratos firmados justamente nesse período – 2023 a 2025, culminando na operação deflagrada em novembro de 2025 – coloca em risco políticas estruturantes e compromete a continuidade de projetos centrais à segurança hídrica e ao desenvolvimento regional, tornando imprescindível a atuação firme do Senado Federal.

É igualmente relevante observar que grande parte das obras executadas no âmbito do DNOCS é financiada por emendas parlamentares individuais, de bancada e de comissão, cuja execução depende da estrita observância de cronogramas, medições e controles. A correta aplicação desses recursos constitui elemento essencial para garantir que o mecanismo constitucional de emendas se traduza, de fato, em entregas concretas à população. Contudo, quando irregularidades como superfaturamento, execução fictícia ou desvio de recursos se verificam – especialmente no período compreendido entre



2023 e 2025 -, compromete-se o objetivo central das emendas: transformar recursos públicos em benefícios sociais mensuráveis. O papel do MIDR, enquanto órgão superior responsável pela supervisão operacional, administrativa e financeira do DNOCS, assume ainda maior importância diante da necessidade de assegurar que o fluxo de emendas resulte em obras reais, fiscalizadas e íntegro, e não em contratos fraudulentos ou não executados.”

Assim, é imprescindível compreender não apenas os contratos investigados, mas todo o arcabouço de supervisão, governança, planejamento e execução orçamentária do MIDR sobre o DNOCS, especialmente no intervalo temporal que antecede e sucede a deflagração da operação.

Sala das Sessões, 1º de dezembro de 2025.

Senadora Damares Alves



Requerimento nº 900, de 2025, da Senadora Damares Alves, solicitando informações ao Senhor Waldez Góes, Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, sobre a gestão, execução, fiscalização e supervisão de contratos firmados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), no contexto das investigações conduzidas pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pela Polícia Federal (PF), incluindo a apuração de uma obra fantasma no valor aproximado de R\$ 22 milhões, conforme divulgado pela imprensa em 27/11/2025.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 901, DE 2025

Requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Bonifácio Gomes de Souza.

AUTORIA: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 901/2025 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

SF/25365.16206-07 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 218, II e 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de.do ex senador, ex-deputado estadual e ex-prefeito de Tocantinópolis, José Bonifácio Gomes de Souza, bem como a apresentação de condolências a seus familiares, ao Governo do Estado do Tocantins, à Prefeitura de Tocantinópolis e à Assembleia Legislativa do Tocantins.

JUSTIFICAÇÃO

Apresento esta justificativa para aprovação do voto de pesar pelo falecimento do ex-senador, ex-deputado estadual e ex-prefeito de Tocantinópolis, José Bonifácio Gomes de Souza, ocorrido no dia 1º de dezembro de 2025, aos 74 anos. Trata-se de uma das figuras mais emblemáticas da política tocantinense, cuja trajetória pública deixou marcas profundas no desenvolvimento da região do Bico do Papagaio e na história do Estado do Tocantins.

José Bonifácio exerceu mandato no Senado Federal na década de 90, período em que contribuiu de forma significativa para a consolidação institucional do recém-criado Estado do Tocantins. Além disso, foi deputado estadual e prefeito de Tocantinópolis, sempre com forte compromisso com as demandas sociais e estruturais de sua região. Reconhecido pelo trabalho próximo às comunidades e por sua personalidade, é lembrado especialmente por iniciativas que beneficiaram milhares de famílias. Era irmão do prefeito Fabion Gomes e pai



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Gomes
Para verifica

Avulso do RQS 901/2025 [2 de 3]



do ex-prefeito Paulinho Gomes, reforçando o legado político de responsabilidade e dedicação ao bem comum.

Sua liderança política insere-se na tradição de uma família historicamente envolvida com a vida pública tocantinense. Por isso, diante de sua relevante contribuição ao Tocantins, de seu papel histórico na representação política do Estado e do reconhecimento público de sua dedicação ao serviço público, esta Casa não pode deixar de registrar oficialmente seu profundo pesar. A aprovação deste requerimento é uma homenagem justa à memória de um líder que marcou gerações e dedicou sua vida à defesa dos interesses do povo tocantinense.

Assim, solicito o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste voto de pesar, estendendo nossas condolências aos familiares, amigos e à população de Tocantinópolis e de todo o Estado do Tocantins, que hoje lamentam a perda de José Bonifácio Gomes de Souza

Sala das Sessões, 1º de dezembro de 2025.

Senador Eduardo Gomes
(PL - TO)
Vice-Presidente do Senado Federal



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Gomes
Para verifica

Avulso do RQS 901/2025 [3 de 3]



Apresentado o Requerimento nº 901, de 2025, do Senador Eduardo Gomes, *solicitando o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Bonifácio Gomes de Souza.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PSDB - Orlanildo Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PDT - Ana Paula Lobato** (S)

Paraíba

PP - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Acre

PL - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
REPUBLICANOS - Alan Rick**

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damarens Alves**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Rio Grande do Norte

PSDB - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Alagoas

PL - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Fernando Farias** (S)

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - José Lacerda* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 23
MDB-11 / UNIÃO-5 / PODEMOS-4 / PSDB-3

Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PSDB / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PSDB / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 18
PSD-14 / PSB-4

Angelo Coronel.	PSD / BA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Eliziane Gama.	PSD / MA
Flávio Arns.	PSB / PR
Irajá.	PSD / TO
Jorge Kajuru.	PSB / GO
José Lacerda.	PSD / MT
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 16
PL-15 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Dra. Eudócia.	PL / AL
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Izalci Lucas.	PL / DF
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Marcio Bittar.	PL / AC

Marcos Rogério.	PL / RO
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Moraes.	PL / GO

Bloco Parlamentar Aliança - 12
PP-7 / REPUBLICANOS-5

Alan Rick.	REPUBLICANOS / AC
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Damares Alves.	REPUBLICANOS / DF
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 12
PT-9 / PDT-3

Ana Paula Lobato.	PDT / MA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Leila Barros.	PDT / DF
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	PT / AP
Rogério Carvalho.	PT / SE
Teresa Leitão.	PT / PE
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Democracia.	23
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	18
Bloco Parlamentar Vanguarda.	16
Bloco Parlamentar Aliança.	12
Bloco Parlamentar Pelo Brasil.	12
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por ordem alfabética)

Alan Rick** (REPUBLICANOS-AC)	Fernando Farias** (MDB-AL)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PDT-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Giordano* (MDB-SP)	Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Augusta Brito** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Irajá* (PSD-TO)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Romário** (PL-RJ)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jorge Seif** (PL-SC)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Daniella Ribeiro* (PP-PB)	José Lacerda* (PSD-MT)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Styvenson Valentim* (PSDB-RN)
Dra. Eudócia* (PL-AL)	Leila Barros* (PDT-DF)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Magno Malta** (PL-ES)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Weverton* (PDT-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcio Bittar* (PL-AC)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PDT-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PSDB-RN)

4ª Soraya Thronicke - (PODEMOS-MS)



COMPOSIÇÃO
LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 23</p> <p>Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,10,42,43,49,63,75)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 11 Eduardo Braga (59)</p> <p>Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (84) Confúcio Moura (15,85) Giordano (86)</p> <p>Líder do UNIÃO - 5 Efraim Filho (4,10,42,43,49,63,75)</p> <p>Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (18,41,92,95,102) Jayme Campos (93)</p> <p>Líder do PODEMOS - 4 Carlos Viana (57)</p> <p>Vice-Líder do PODEMOS Zequinha Marinho (108)</p> <p>Líder do PSDB - 3 Plínio Valério (33,61)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Styvenson Valentim (29,83)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 18</p> <p>Líder Eliziane Gama - PSD (11,45,54)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSD - 14 Omar Aziz (13,53)</p> <p>Vice-Líder do PSD Angelo Coronel (67)</p> <p>Líder do PSB - 4 Cid Gomes (73)</p> <p>Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,74)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 16</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (24,37,69)</p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (77)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PL - 15 Carlos Portinho (68)</p> <p>Vice-Líderes do PL Izalci Lucas (81,88,91,101,107) Jorge Seif (80,89) Jaime Bagattoli (82,90)</p> <p>Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (9,38)</p>
<p>Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 12</p> <p>Líder Weverton - PDT (20,62,72)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 9 Rogério Carvalho (60,96,97,104)</p> <p>Vice-Líderes do PT Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100,105) Teresa Leitão (35,64,99,106)</p> <p>Líder do PDT - 3 Weverton (20,62,72)</p>	<p>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 12</p> <p>Líder Dr. Hiran - PP (71)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 7 Tereza Cristina (7)</p> <p>Vice-Líder do PP Esperidião Amin (87)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 5 Mecias de Jesus (6,58)</p> <p>Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (14,103)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Veneziano Vital do Rêgo - MDB (76)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,8)</p>	<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Jaques Wagner - PT (2)</p> <p>Líder em exercício Rogério Carvalho - PT (60,96,97,104)</p> <p>Vice-Líderes Rogério Carvalho (60,96,97,104) Otto Alencar (3,46,51,52) Confúcio Moura (15,85) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,74) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,62,72) Zenaide Maia (21) Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100,105) Leila Barros (79)</p>
<p>Oposição</p>		



Líder Rogério Marinho - PL (50,70)		
Vice-Líder Marcos Rogério (44,94)		

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
38. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
39. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
42. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
45. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
46. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
47. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
48. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
49. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
50. Em 18.10.2024, o Senador Rogério Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
51. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
54. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
55. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
56. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
57. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
58. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLI/GLREPUBL)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



59. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
60. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).
61. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
62. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).
63. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
64. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).
65. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
68. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
69. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
70. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
71. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLI/BLALIAN).
72. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
73. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
74. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
77. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
78. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
81. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
84. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
85. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
88. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
89. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
92. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
93. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).
95. Em 09.07.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 188/2025-GSLB).
96. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º Vice-Líder do Governo, renumerando-se os demais Vice-Líderes (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
97. Em 13.08.2025, o Senador Jaques Wagner comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Governo. Durante seu afastamento, o Senador Rogério Carvalho exercerá a Liderança (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
98. Em 13.08.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
99. Em 13.08.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
100. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Durante seu afastamento, a Senadora Augusta Brito exercerá a Liderança (Of. nº 025/2025-GLDPT).
101. Em 11.09.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 11/09/2025 a 20/09/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 031/2025-GLPL).
102. Em 17.09.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Assunção da Liderança da Bancada Feminina no Senado Federal" (Of. nº 716/2025-GSPDORIN).
103. Em 08.10.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. nº 056/2025-GABLI/GLREPUBL).
104. Em 14.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
105. Em 14.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
106. Em 14.10.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
107. Em 27.10.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 27/10/2025 a 04/11/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 33/2025-GLPL).
108. Em 27.10.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 49/2025-GLPODEMOS).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾	1.
	2.

Notas:
1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



2) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO
DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

Finalidade: elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2025

PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾

Leitura: 22/04/2025

Instalação: 21/10/2025

Prazo final: 30/05/2026

MEMBROS

Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS nº 1/2025).
2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS nº1/2025).
3. Em 21.10.2025, o Grupo de Trabalho reunido elegeu o Senador Marcos Rogério como Vice-Presidente. Designado Relator o Senador Rogério Carvalho (Of. nº 1/2025-GTMTI).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: gtmti@senado.leg.br



**3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA
INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA**

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025

MEMBROS

Secretário(a): Renata Felix Perez | Adjunto: Antonio Silva Neto
Telefone(s): 3303 3490



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA INTERLOCUÇÃO
SOBRE AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS COM OS EUA

Finalidade: Manter, no prazo de 60 dias, interlocução "in loco" com parlamentares norte-americanos em Washington, DC, sobre as relações econômicas bilaterais.

Requerimento nº 556, de 2025

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽³⁾

Instalação: 07/08/2025

Prazo final: 06/10/2025

Prazo prorrogado: 06/12/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	3. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽²⁾	4. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾

Notas:

- 1. Em 17.07.2025, a Presidência designa o Senador Nelsinho Trad Presidente desta comissão.
- 2. Em 17.07.2025, a Presidência designa os Senadores Nelsinho Trad, Tereza Cristina, Jaques Wagner e Fernando Farias membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Rogério Carvalho e Carlos Viana, membros suplentes, para compor a comissão.
- 3. Em 07.08.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada Relatora desta comissão (Of. nº 3/2025-CTEUA).

Secretário(a): Anderson Antunes de Azevedo | Adjunto: Victor Ramon Gonçalves Ferreira

Telefone(s): 3303-3517



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR O
PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2025 (ART. 374 RISF)

Finalidade: destinada a analisar o Projeto de Lei nº 4, de 2025, que "dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata".
ATS nº 19, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽²⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 24/09/2025
Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 03/03/2026
Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 30/04/2026
Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 29/05/2026
Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 29/06/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽¹⁾	4. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	5. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	6. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾	7. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	8. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾	9. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾	10. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	11. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 23.09.2025, a Presidência designa os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Rodrigo Pacheco, Otto Alencar, Flávio Arns, Marcos Rogério, Carlos Portinho, Weverton, Fabiano Contarato e Tereza Cristina membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Zequinha Marinho, Angelo Coronel, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues e Laércio Oliveira membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº19/2025).
2. Em 24.09.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Pacheco e Efraim Filho a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado Relator o Senador Veneziano Vital do Rêgo.
Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | **Adjuntos:** Henrique Evangelista e Keny Martins
Telefone(s): 6133033490
E-mail: ctcivil@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**1)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



2)CPI DO CRIME ORGANIZADO

Finalidade: apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "modus operandi" de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor.

Requerimento 470, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹²⁾

RELATOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹²⁾

Leitura: 17/06/2025
Instalação: 04/11/2025
Prazo final: 14/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(10,15)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(1,13,20,21)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(1,13,20)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁶⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ^(8,9,11,19)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ^(8,14,17)	2.
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽³⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(4,16)	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(4,16)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(4,16)	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁸⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁸⁾

- Notas:**
- Em 20.10.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2025-GLUNIAO).
 - Em 20.10.2025, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLPSD).
 - Em 20.10.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro e Magno Malta foram designados membros titulares e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pela liderança do Partido Liberal, para compor a comissão (Of. nº 21/2025-GLPL).
 - Em 20.10.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Jaques Wagner foram designados membros titulares e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pela liderança do Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2025-BLPBRA).
 - Em 20.10.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 70/2025-GLMDB).
 - Em 20.10.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pela liderança do PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPODEMOS).
 - Em 21.10.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pela liderança do Partido Socialista Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 57/2025-GLDPSB).
 - Em 30.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-GLPSD).
 - Em 03.11.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 19/2025-GLPSD).
 - Em 03.11.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-GLMDB).



11. Em 03.11.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-GLPSD).
12. Em 04.11.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Hamilton Mourão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado relator o Senador Alessandro Vieira (Of. nº 1/2025-CPICRIME).
13. Em 04.11.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sergio Moro, que passa a membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2025-GLUNIAO).
14. Em 04.11.2025, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 21/2025-GLPSD).
15. Em 04.11.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 103/2025-GLMDB).
16. Em 04.11.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e o Senador Jaques Wagner, membro suplente, pela liderança do Partido dos Trabalhadores, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-GLDPT).
17. Em 04.11.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 22/2025-GLPSD).
18. Em 04.11.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pela liderança do Partido Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 58/2025-GLPP).
19. Em 04.11.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelas lideranças do Partido Social Democrático e do Partido dos Trabalhadores, em vaga cedida pelo PSD, para compor a comissão (Of. 23/2025-GLPSD).
20. Em 06.11.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Sergio Moro, que deixa de compor a comissão, pela liderança do União Brasil (Of. nº 40/2025- GLUNIAO).
21. Em 12.11.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pela liderança do União Brasil (Of. nº 42/2025- GLUNIAO).

Secretário(a): Anderson Antunes de Azevedo | Adjuntas: Fernanda Moreira Pinheiro Lima e Renata Félix Peres

E-mail: cpicrime@senado.leg.br



3)CPI DA ADULTIZAÇÃO

Finalidade: Para, no prazo de 180 dias, com limite de despesas de R\$ 400.000,00, realizar investigação das irregularidades e dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes no País; bem como apuração da atuação de influenciadores digitais e plataformas de redes sociais na promoção e disseminação de conteúdos que sexualizam crianças e adolescentes; a investigação da relação entre o conteúdo exposto por influenciadores como Hytalo Santos e a potencial exploração sexual de menores; e o exame da efetividade das políticas de proteção à infância no ambiente digital e a resposta das autoridades competentes às denúncias de pedofilia e abuso online.

Requerimentos nºs 618 e 619, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 20/08/2025



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,10)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(1,10)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	6. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(7,10)	7. Senador Giordano (MDB-SP) ^(7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,10)	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,14,18)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(9,15,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁹⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁵⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(5,11)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,12)

Notas:
*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.
1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB).



2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Moraes e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimarães membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLID/BLALIAN).
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLID/BLALIAN).
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG).
14. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDM).
15. Em 02.09.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 17/2025-BLPBRA).
16. Em 10.09.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2025-BLPBRA).
17. Em 07.10.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Laércio Oliveira Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2025-CAE).
18. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDM).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(1,11)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,20,21,22,23,25)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,24)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁶⁾
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁸⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾

- Notas:**
1. Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM).
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM).
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM).
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLD/BLALIAN).
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG).
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 26/03/2025, p. 121](#))
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM).
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG).
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG).
22. Em 20.08.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 075/2025-BLVANG).
23. Em 06.10.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 098/2025-BLVANG).
24. Em 19.11.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 40/2025-BLPBRA).
25. Em 24.11.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 128/2025-BLVANG).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1.

- Notas:**
- 1. Em 11.08.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
 - 2. Em 11.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
 - 3. Em 11.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS
RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER.

Finalidade: Debater, apreciar e elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, propostas relacionadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no sistema de saúde de terapias, vacinas e medicamentos de alto custo, para prevenção ou tratamento dos diferentes tipos de câncer.

(Requerimento 54, de 2025 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾

Instalação: 27/08/2025

Prazo final: 05/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁵⁾	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

- Notas:**
1. Em 21.08.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
 2. Em 21.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
 3. Em 21.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
 4. Em 27.08.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Dra. Eudócia e o Senador Dr. Hiran, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
 5. Em 01.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 245/2025-SACAS).
 6. Em 15.09.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 295/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,12)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,12)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,12)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,12)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,12,19,20)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,12)	4. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,12)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,12)	5. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,12)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,12)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11,12,16)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(8,12)	7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,12)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(10,12)	8. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(10,12)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(11,12)	9. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(4,13,15)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ^(4,30,32)	3. Senador Irajá (PSD-TO) ^(4,23,26)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	5. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ^(4,27)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(4,31,33,34,36)	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ^(4,35,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,21,24)
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	5. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17,18)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(5,22,37)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁵⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,25)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾	4. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(6,38,39)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(6,28,29)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁶⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(6,11)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(6,11)

Notas:
*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.
1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagattoli membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/oriadsf>



5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Orioivisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3ª titular e 3ª suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLI/BLALIAN e 004/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Orioivisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA).
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA).
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLEMO).
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG).
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG).
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLEMO).
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLEMO).
21. Em 16.07.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 71/2025-BLVANG).
22. Em 16.07.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 13/2025-BLPBRA).
23. Em 06.08.2025, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA).
24. Em 15.08.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 72/2025-BLVANG).
25. Em 19.08.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 15/2025-BLPBRA).
26. Em 19.08.2025, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA).
27. Em 04.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 65/2025-GSEGAMA).
28. Em 09.09.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 45/2025-GABLI/BLALIAN).
29. Em 11.09.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 46/2025-GABLI/BLALIAN).
30. Em 16.09.2025, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 73/2025-GSEGAMA).
31. Em 17.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 74/2025-GSEGAMA).
32. Em 18.09.2025, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 79/2025-GSEGAMA).
33. Em 22.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2025-GSEGAMA).
34. Em 23.09.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA).
35. Em 23.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA).
36. Em 29.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2025-GSEGAMA).



37. Em 21.10.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 37/2025-BLPBRA).

38. Em 29.10.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 58/2025-GABLID/BLALIAN).

39. Em 12.11.2025, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pela Liderança do Progressistas (Of. nº 65/2025-GLPP).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,8,10)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,10,11,14)	4. VAGO ^(3,10)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,16,20)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,13)	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(2,13)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	2. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(6,18,19)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,15,18)	3. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹²⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE).
8. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB).
9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLI/BLALIAN).
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG).
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM).
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
17. Em 26.08.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Veneziano Vital do Rêgo Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 254/2025-CE).
18. Em 1º.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-BLPBRA).
19. Em 22.10.2025, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2025-BLPBRA).
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ⁽¹⁰⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,12)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,10,19)	4. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(9,10)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(9,19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,17,20)	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²¹⁾	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁵⁾	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁶⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁶⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
- Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG).
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM).
- Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG).
15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO).
16. Em 17.06.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-BLPBRA).
17. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
18. Em 10.09.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 20/2025-BLPBRA).
19. Em 07.10.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão; e o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 76/2025-BLDEMO).
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).
21. Em 12.11.2025, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 115/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)
Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,10)
VAGO ^(3,10,12)	4. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(3,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,10)	5. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6. VAGO ^(9,19,23)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹³⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,24,25)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	3.
VAGO ^(20,22)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁴⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,17,18,21)	1. Senador Weverton (PDT-MA) ^(6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,17)	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,17)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,11)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,26,27)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

- Notas:**
1. Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).
 2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
 3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
 4. Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
 5. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
 6. Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
 7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
 8. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
 9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
 10. Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
 11. Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLID/BLALIAN).



12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). ([DSF de 11/03/2025, p. 23](#))
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 85](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT).
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO).
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA).
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA).
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA).
23. Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO).
24. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
25. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM).
26. Em 03.11.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 62/2025-GABLID/BLALIAN).
27. Em 07.11.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Daniela Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 64/2025-GABLID/BLALIAN).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI

Finalidade: acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami.

(Requerimento 87, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater, no prazo de 180 dias, a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 2, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾

Instalação: 21/05/2025

Prazo final: 17/11/2025

Prazo prorrogado: 27/11/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽¹⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	5. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 05.05.2025, os Senadores Damares Alves, Flávio Arns, Ivete da Silveira, Mara Gabrilli e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito, Jaime Bagattoli, Jussara Lima, Laércio Oliveira e Professora Dorinha Seabra membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 116/2025-CDH).

2. Em 21.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 153/2025-CDH).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh.haia@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,10)	4. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁰⁾	6. ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾	1. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹¹⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	4. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	3. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecção, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE).
- Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).



11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG).
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE).
13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG).
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG).
15. Em 08.10.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 105/2025-BLVANG).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Instalação: 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE)

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,11)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,11)	3. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,11)	5. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11,23)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,11)	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ^(4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,19,22)
Senador José Lacerda (PSD-MT) ^(4,20,21)	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾
Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,17)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,13)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio, Wellington Fagundes e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLIID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLI/BLALIAN).
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN).
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM).
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA).
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
18. Em 01.07.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLPBRA).
19. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
20. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
21. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
22. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).
23. Em 18.11.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 90/2025-BLEMO).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

Finalidade: Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

(Requerimento 9, de 2025 - CI)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,9,11,12)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,9)	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(4,9)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁹⁾	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,9)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁵⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁵⁾
Senador José Lacerda (PSD-MT) ^(5,17,18)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁵⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁵⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁵⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,10,13)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,14)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁶⁾	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	2. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁷⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁷⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR).
4. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
7. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
10. Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG).
11. Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM).
12. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLEMO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG).
14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLREDEM).
15. Em 15.07.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLREDEM).
16. Em 18.08.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLDEMO).
17. Vago em 1º.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
18. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,11,12)	1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,11,12)
VAGO ^(1,11,12,18)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11,12)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11,12)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(8,11,12)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,11,12)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,12,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senador José Lacerda (PSD-MT) ^(4,22,23)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,24)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,15,19)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(6,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,14,21)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁵⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA).

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

9. Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB).

10. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB).

11. Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).

12. Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).



13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). ([DSF de 28/03/2025, p. 43](#))
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEMO).
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
21. Em 15.07.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2025-BLPBRA).
22. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM).
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS
POR PARTE DO IBAMA

Finalidade: Acompanhar, avaliar e fiscalizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, todas as ações referentes aos embargos de terras por parte do Ibama.

(Requerimento 24, de 2025 - CRATERRAS)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽²⁾

Instalação: 11/06/2025

Prazo final: 08/12/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ⁽¹⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 26.05.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Alan Rick e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e o Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho, membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 80/2025-PRESIDÊNCIA/CRA).
2. Em 11.06.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Jaime Bagattoli e Hamilton Mourão, Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRATERRAS).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(10,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,10,11,15)	3. VAGO ^(2,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,10)	4. ⁽¹⁰⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)	5. VAGO ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽³⁾	1. Senador José Lacerda (PSD-MT) ⁽¹⁷⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽³⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(3,16,20)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽³⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁸⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(4,13)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(4,13,21)

- Notas:**
1. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
2. Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecão e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLIID/BLALIAN).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT).
7. Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB).
8. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
12. Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM).
13. Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLIID/BLALIAN).
14. Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.



15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLDEMO).

16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).

17. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLREDEM).

18. Em 06.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-BLPBRA).

19. Em 09.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 102/2025-GSEGAMA).

20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM).

21. Em 06.11.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 62/2025-GABLID/GLREPUBL).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

Finalidade: Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

(Requerimento 10, de 2025 - CCT)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1)	1.
	2.
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)	3. VAGO (6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (3)	1. Senador José Lacerda (PSD-MT) (8)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (4)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4)

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

4. Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

6. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).

8. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLRESDM).

Secretário(a): Felipe Costa Gerales
Telefone(s): 3303-3491
E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (9,11)
Senador Giordano (MDB-SP) (1,11)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) (11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8,11)	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,11,12)	5. VAGO (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4)	1. Senador Irajá (PSD-TO) (4)
Senador José Lacerda (PSD-MT) (4,22,23)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,20,24)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) (16)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (21)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (5,17)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,17)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5)
Senador Beto Faro (PT-PA) (5,17)	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (18)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (6)	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (6)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (6)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (6)

- Notas:**
1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA).
8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
12. Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM).



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA).
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA).
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA).
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG).
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2025-GLPDT).
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 07.07.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2025-BLVANG).
22. Vago em 1º.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Airtton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS
PARA REALIZAÇÃO DA COP 30

Finalidade: acompanhar, no prazo de 300 (trezentos) dias, os preparativos para realização da COP 30, na cidade de Belém do Pará.

(Requerimento 61, de 2025 - CMA)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾

Instalação: 07/05/2025

Prazo final: 13/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽¹⁾	1.
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽¹⁾	2.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽¹⁾	3.
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾	4.
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	5.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	6.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽³⁾	7.

Notas:

1. Em 28.04.2025, os Senadores Leila Barros, Beto Faro, Eliziane Gama, Zequinha Marinho e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, para compor a subcomissão (Of. nº 16/2025-CMA).
2. Em 05.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 19/2025-CMA).
3. Em 06.05.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 20/2025-CMA).
4. Em 07.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros como Presidente e a Senadora Augusta Brito como Vice-Presidente. Designado o Senador Beto Faro como Relator (Of. 1/2025-CMACOP30).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,11)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,11)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,11)	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,11)	6. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senador José Lacerda (PSD-MT) ^(4,26,27)	2. VAGO ^(4,9)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,29)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,23,25)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,15,16,21,22)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(2,18,19)	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁴⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ^(6,14,17)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁴⁾
VAGO ^(12,24,28)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP).
8. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA).
10. Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).



12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). ([DSF de 11/03/2025, p. 24](#))
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). ([DSF de 01/04/2025, p. 24](#))
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG).
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT).
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG).
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 050/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 15.07.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 068/2025-BLVANG).
22. Em 16.07.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 069/2025-BLVANG).
23. Em 04.09.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2025-BLVANG).
24. Em 09.09.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-BLPBRA).
25. Em 15.09.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 86/2025-BLVANG).
26. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
27. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
28. Em 07.10.2025, o Senador Randolfe Rodrigues deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 31/2025-BLPBRA).
29. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	2.
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,9,10)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

9. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).

10. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025/BLREDEM).

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9)	1. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(1,9,15)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,9)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹²⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾	1.

- Notas:**
- Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
 - Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrilli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
 - Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
 - Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
 - Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
 - Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO).
 - Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).
 - Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of.nº 008/2025-BLDEM).
 - Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
 - Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of.nº 33/2025-GLPDT).
 - Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2025-BLVANG).
 - Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2025-BLVANG).
 - Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2025-BLEMO).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos
Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -
Telefone(s): 3303-2540
E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**12ª Eleição Geral:** 18/09/2019**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**13ª Eleição Geral:** 21/03/2023**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPGF
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)
COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NAOT
Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Augusta Brito (PT-CE)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



13) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES
(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:



14) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)***PRESIDENTE:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Carlos Portinho (PL-RJ)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5713**E-mail:** npfg@senado.leg.br

15) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



16) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



18) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)



19) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



20) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA)



21) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



22) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



23) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.)

Presidente do Comitê Técnico João Paulo Mendes de Lima
Independente:

MEMBROS	
Comitê Técnico Independente - Representante do Senado Federal	José Edmar de Queiroz
Comitê Técnico Independente - Representante do Ministério da Educação	João Paulo Mendes de Lima
Comitê Técnico Independente - Representante da Unesco	Rebeca Otero Gomes
Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Roberto Marinho	Rosalina Maria Soares
Comitê Técnico Independente - Representantes das Entidades Educacionais do Terceiro Setor	Bárbara Panseri - Fundação Lemann
	Débora de Freitas Viégas - Associação Bem Comum
	Márcia Ferri - Instituto Natura



29) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



30) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



31) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



32) COMENDA CECI CUNHA
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS)



33) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

